



UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ

Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências Humanas,
Sociais e da Natureza

Multicampi Cornélio Procópio e Londrina

Lucas Paulo Golin Xavier do Nascimento

**DISCURSOS E PRÁTICAS DE ENSINO EM ALGUMAS UNIDADES
PRISIONAIS NO PROCESSO DE RESSOCIALIZAÇÃO VIA EJA**

CORNÉLIO PROCÓPIO
2024

LUCAS PAULO GOLIN XAVIER DO NASCIMENTO

**DISCURSOS E PRÁTICAS DE ENSINO EM ALGUMAS UNIDADES
PRISIONAIS NO PROCESSO DE RESSOCIALIZAÇÃO VIA EJA**

**Discourses and Teaching Practices in Some Prison Units in
the Resocialization Process Through EJA**

Dissertação de Mestrado Profissional
apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Ensino de Ciências Humanas, Sociais e da
Natureza – Multicampi Cornélio Procópio e
Londrina, Universidade Tecnológica Federal do
Paraná, como requisito parcial à obtenção do
título de Mestre em Ensino de Ciências
Humanas, Sociais e da Natureza.

Área de Concentração: Ensino, Ciências e Novas
Tecnologias.

Linha de Pesquisa: Fundamentos e Metodologias
Para o Ensino de Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. David da Silva Pereira.

Coorientador: Prof. Dr. Carlos Roberto da Silveira.

CORNÉLIO PROCÓPIO
2024



[4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/)

Esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho para fins não comerciais, desde que atribuam o devido crédito e que licenciem as novas criações sob termos idênticos.

Conteúdos elaborados por terceiros, citados e referenciados nesta obra não são cobertos pela licença.



Ministério da Educação
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Campus Londrina



LUCAS PAULO GOLIN XAVIER DO NASCIMENTO

**DISCURSOS E PRÁTICAS DE ENSINO EM ALGUMAS UNIDADES PRISIONAIS NO PROCESSO DE
RESSOCIALIZAÇÃO VIA EJA (E-BOOK DE POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO POLÍTICA-PEDAGÓGICA
DA EJA NAS UNIDADES PRISIONAIS)**

Trabalho de pesquisa de mestrado apresentado como requisito para obtenção do título de Mestre Em Ensino De Ciências Humanas, Sociais E Da Natureza da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Área de concentração: Ensino, Ciências E Novas Tecnologias.

Data de aprovação: 03 de Julho de 2024

David Da Silva Pereira, - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Dr. Carlos Roberto Da Silveira, Doutorado - Universidade São Francisco (Usf)

Dra. Gesilane De Oliveira Maciel Jose, Doutorado - Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (Ifms)

Jose Bento Suart Junior, - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Documento gerado pelo Sistema Acadêmico da UTFPR a partir dos dados da Ata de Defesa em 03/07/2024.

Dedicatória
*À minha avó **Maria Aparecida Colucci Golin**,
com todo amor que houver nessa vida!*

AGRADECIMENTOS

*Presentemente, eu posso me
Considerar um sujeito de sorte
Porque apesar de muito moço
Me sinto são, e salvo, e forte*

*E tenho comigo pensado
Deus é Brasileiro e anda do meu lado
E assim já não posso sofrer
No ano passado*

*Tenho sangrado demais
Tenho chorado pra cachorro
Ano passado eu morri
Mas esse ano eu não morro*

Sujeito de Sorte- Belchior

À energia Suprema do Universo, Substância infinita de infinitos atributos. Ao pensamento puro, no qual a ideia alcança, nada além do Ser em suas infinitas perfeições.

À Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil e Mãe do meu povo. À nobre Dama que nos rodeia com seu manto azul, a nos dar proteção, agradeço.

À minha mãe Sandra e meu pai Carlos pelo dom da vida, aos meus irmãos Guilherme Augusto, Carlos Matheus e Isabelle pelo amor recíproco. Ao meu avô Antonio Golin (*in memoriam*), à minha avó Ilda (*in memoriam*) e minha tia Sônia (*in memoriam*) pelo amor dos últimos anos conosco. Aos meus tios, em especial a minha Tia Silvana, o Tio Reginaldo e minha Tia Cíntia, por cuidarem de mim e dar todo apoio que sempre precisei em todos os momentos.

Aos amigos irmãos Adriana, Márcio, Nicole, Graziela, Aline, Ana Paula, Érica e Laís, por todo incentivo, e por estarem juntos comigo nas batalhas da vida. Vocês são pessoas incríveis.

Ao Pedro Felipe amigo e irmão de caminhada, obrigado por tanto e à Tia Simone e ao Tio Silvio, obrigado por me acolherem nas viagens e o carinho que sempre possuem comigo.

À Fabiana Felício, minha primeira professora de piano e amiga, obrigado por tanto sempre.

Aos Reverendíssimos Padres Sérgio, Teddy, Deivid e Tiago, pela amizade e companheirismo que sempre tiveram comigo ao longo do meu trajeto.

Às minhas amigas da escola para vida: Midori, Amanda e Vanessa. Com todo carinho, agradeço por me dar sempre as mãos.

Aos meus afilhados Vinícius Eduardo e Maria Antônia, com amor.

À Amanda Feliciano, amiga e confidente, meu agradecimento eterno.

À Franciéli Carvalho, amiga e companheira pró Madonna, “God save the Queen!”

Aos integrantes da “KGB do Imperador”, meus fiéis ex-alunos e amigos (vida longa), com um destaque especial ao João Antonio e ao Pedro César, obrigado por fazerem parte da minha vida.

À Ludmila Freitas, pela amizade que adquirimos fazendo Pós-Graduação e por me incentivar a ir em frente e nunca desistir.

Aos amigos que no mestrado conquistei, em especial para a Maria Luiza, Cíntia, Vanessa, Gisele e Magna, obrigado por me acolher e estarem comigo nesse trajeto. “A luz no fim do túnel sempre chega!”. À Sueme, ao Nazor Jr. e ao Jean Lucas com carinho, por terem me ajudado em passos fundamentais.

À Flávia Simões, obrigado pela excelência no trabalho, a disponibilidade e a amizade.

E não menos importante, meu orientador, Profº. Dr. David da Silva Pereira, por me acolher, orientar, ajudar e ser como um pai para mim durante todo esse processo. Obrigado pela humanidade presente em seu coração.

Ao meu coorientador, Profº. Dr. Carlos Roberto da Silveira, obrigado pela acolhida e gentileza na participação dessa pesquisa.

E a todos que me incentivaram e comigo estão, meus sinceros agradecimentos.

A handwritten signature in black ink, reading "Gelin, Lucas Paulo". The script is fluid and cursive, with the first name "Gelin" and the last name "Lucas Paulo" clearly distinguishable.

*“Nós não podemos mudar este mundo e tratarmos uns aos outros
com dignidade humana e respeito sem educação.*

Minha revolução começa com educação.

A educação não é um luxo, é um direito!”

Madonna

“Veja bem, ninguém é mais do que ninguém,

Veja bem

Veja bem e eles são nossos irmãos também”

Racionais MC's

*“Ninguém pode condenar o outro pelos erros que cometeu, nem mesmo infligir sofrimentos
ofendendo a dignidade humana. As prisões precisam ser sempre mais humanizadas, e é difícil
ouvir que muitas vezes são consideradas lugares de violência e de ilegalidade, onde se
alastram as maldades humanas. [...] a prisão, lugar de pena e sofrimento, seja também
laboratório de humanidade e de esperança.”*

Papa Francisco

NASCIMENTO, Lucas Paulo Golin Xavier do. **Trabalho e Discurso em Algumas Unidades Prisionais Quanto a Práticas Docente**. 2024. 122 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de Ciências Humanas, Sociais e da Natureza) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná” – Multicampi Cornélio Procópio e Londrina, Cornélio Procópio/PR, 2024.

RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo analisar se as práticas de ensino utilizadas pelos docentes e seus discursos nas unidades prisionais podem colaborar no processo de ressocialização. Usou-se da justificativa que o trabalho docente nas unidades prisionais pode colaborar para o processo de ressocialização, cumprindo seu papel social enquanto instituição. O presente trabalho possui uma relevância acadêmica diante da perspectiva de olharmos para a educação de jovens adultos nos ambientes prisionais, sendo uma modalidade existente e pertencente à nossa sociedade. Para que isso fosse possível, usamos a metodologia da revisão bibliográfica, em que se encontra no pensamento de Michel Foucault como surge a prisão no mundo contemporâneo e como ela passa a manipular e adestrar os corpos ali submetidos por meio de um regime disciplinar que atua e favorece o sistema capitalista de produção. Não obstante, ao tratar da educação dentro do sistema penitenciário, lida-se com duas instituições fortes do aparelho ideológico de estado como afirma Althusser, presente em nossa sociedade capitalista, e como essas instituições acabam por reproduzir a ideologia da classe dominante, ao produzir e reproduzir indivíduos aptos ao trabalho e às relações de produção, conforme Bourdieu e Passeron. A ideologia da classe dominante conforme Karl Marx e Friedrich Engels é capaz de fazer com que seus interesses dominem o pensamento das pessoas na relação de classes e nas relações de produção, que alicerça no meio da classe trabalhadora indivíduos que colaboram para manter a ideologia dominante. O presente trabalho também contou com uma pesquisa de campo, no qual foram entrevistados professores do sistema prisional do Estado de São Paulo para averiguar se mesmo diante do sistema vigente eles possuem consciência do trabalho que realizam e se suas práticas são voltadas ao seu público alvo nos ambientes prisionais para colaborar para a ressocialização. A coleta de dados, autorizada pelo número do CAAE: 73747423.1.0000.5547, realizou-se por meio das entrevistas estruturadas com uma pequena amostra e estudo de caso, em que se fortaleceu tal argumento, que levou em consideração a análise do conteúdo do discurso dos professores e como a partir de suas vivências nas salas de aulas das unidades prisionais eles conseguem aplicar práticas de ensino que colaboram para a ressocialização dos alunos privados de liberdade. A pesquisa trouxe como principais resultados diante da análise do conteúdo do discurso dos professores, que mesmo frente aos problemas enfrentados pelo sistema, tais profissionais se debruçam para garantir boas práticas pedagógicas e ir contra o pensamento da ideologia dominante, resgatando no aluno privado de liberdade o acesso à uma educação mais humana.

Palavras-chave: Práticas de ensino; Educação Prisional; Ressocialização; Vigiar e Punir.

NASCIMENTO, Lucas Paulo Golin Xavier do. **Work and Apeech in Some Prision Units in Regard to Teaching Pratices.** 2024. 122 p. Masters Dissertation (Professional Master's in Teaching Human, Social and Natural Sciences) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Multicampi Cornélio Procópio e Londrina, Cornélio Procópio/PR, 2022.

ABSTRACT

The present research aims to analyze whether the teaching practices used by teachers and their speeches in prison units can contribute to the resocialization process. The justification was that teaching work in prison units can contribute to the resocialization process, fulfilling its social role as an institution. The present work has academic relevance from the perspective of looking at the education of young adults in prison environments, being an existing modality that belongs to our society. To make this possible, we used the methodology of bibliographical review, which shows in Michel Foucault's thought how prison emerges in the contemporary world and how it starts to manipulate and train the bodies subjected there through a disciplinary regime that acts and favors the capitalist system of production. However, when dealing with education within the penitentiary system, we are dealing with two strong institutions of the ideological state apparatus, as stated by Althusser, present in our capitalist society, and how these institutions end up reproducing the ideology of the dominant class, by producing and reproducing individuals capable of work and production relations, according to Bourdieu and Passeron. The ideology of the dominant class according to Karl Marx and Friedrich Engels is capable of making its interests dominate people's thinking in class relations and production relations, which establishes individuals among the working class who collaborate to maintain the dominant ideology. The present work also included field research, in which teachers from the prison system of the State of São Paulo were interviewed to find out whether, despite the current system, they are aware of the work they carry out and whether their practices are aimed at their target audience in prison environments to contribute to resocialization. Data collection authorized by CAAE number: 73747423.1.0000.5547, was carried out through structured interviews with a small sample and case study, in which this argument was strengthened, which took into account the analysis of the content of the teachers' speech and how, based on their experiences in the classrooms of prison units, they are able to apply teaching practices that contribute to the resocialization of students deprived of their liberty. The research brought as main results in the analysis of the content of the teachers' speech, that even in the face of the problems faced by the system, these professionals strive to guarantee good pedagogical practices and go against the thinking of the dominant ideology, rescuing in the student deprived of freedom the access to a more humane education.

Keywords: Teaching practices; Prison Education; Resocialization; Discipline and Punish.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Localização das Unidades Prisionais nas Cidades do Estado de São Paulo.....	32
Figura 2- Croqui Sala de Aula com Grade.....	80
Figura 3- Croqui Pavilhão Escolar.....	81

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Áreas de Atuação dos Docentes.....	54
Quadro 2- Datas das Entrevistas.....	57
Quadro 3- Sondagem Inicial dos Docentes.....	60

LISTA DE SIGLAS E ACRÔNIMOS

LISTA DE ACRÔNIMOS

CONEDU	Congresso Nacional de Educação
FUNAP	Fundação Nacional de Apoio ao Preso
SEDUC-SP	Secretaria da Educação do Estado de São Paulo
SEMAT	Semana Acadêmica de Matemática
UNESCO	<i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</i>
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

LISTA DE SIGLAS

AIE	Aparelho Ideológico de Estado
CAAE	Certificado de Apresentação de Apreciação Ética
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
EJA	Educação de Jovens e Adultos
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PCC	Primeiro Comando da Capital
PEI	Projeto Ensino Integral
PEP	Programa de Ensino nas Prisões
PET	Produto Educativo Tecnológico
PPP	Projeto Político Pedagógico
SAP	Secretaria da Administração Penitenciária
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TCUISV	Termo de Consentimento para Uso de Imagem de Som e Voz

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO E INTRODUÇÃO.....	14
1.1. APRESENTAÇÃO	14
1.2. INTRODUÇÃO	17
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	20
2.1. DA DISCIPLINA E DO ADESTRAMENTO DOS CORPOS	20
2.1.1. As Prisões: Sistemas de Correção e Punição	24
2.1.2. O Aparelho Ideológico do Estado Chamado Escola	27
2.1.3. Um Breve Relato da História das Prisões no Estado de São Paulo	29
2.2 A IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NAS PRISÕES.....	32
2.3. AS PRÁTICAS DOCENTES.....	41
2.4. A EDUCAÇÃO NAS PRISÕES NO ESTADO DE SÃO PAULO.....	43
3. DELINEAMENTO METODOLÓGICO	48
3.1. CARACTERIZAÇÃO DO TIPO DE PESQUISA	48
3.2. LOCAL DA PESQUISA	52
3.3. SUJEITOS DA PESQUISA	54
3.4. CRITÉRIOS ÉTICOS.....	58
4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	60
4.1. SOBRE O SISTEMA	60
4.2. SOBRE OS PROFESSORES, A FORMAÇÃO CONTINUADA E O MATERIAL	62
4.3. O OLHAR DOS PROFESSORES PARA O TRABALHO NAS UNIDADES PRISIONAIS E PARA OS ALUNOS PRIVADOS DE LIBERDADE.....	67
4.4. A CONTRIBUIÇÃO DOS PROFESSORES PARA O ENSINO NAS UNIDADES PRISIONAIS	71
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	85

REFERÊNCIAS	90
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) E TERMO DE CONSENTIMENTO PARA USO DE IMAGEM E SOM DE VOZ (TCUISV).....	94
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA ESTRUTURADA.....	97
APÊNDICE C – PRODUTO EDUCATIVO TECNOLÓGICO	99

1. APRESENTAÇÃO E INTRODUÇÃO

O primeiro capítulo tem por escopo apresentar o percurso formativo do autor, além de elencar as informações sobre o problema que resultou a presente pesquisa, a construção do referencial teórico, assim como a metodologia utilizada para tal.

1.1. APRESENTAÇÃO

O percurso formativo que me leva a percorrer o caminho da docência remonta ainda durante o Ensino Médio, quando no contraturno das aulas, ministrava aulas de piano erudito para crianças e adolescentes no Instituto Musical Fabiana Felício, em Lavínia-SP.

Esse foi meu primeiro momento com a docência, em que tive contato com crianças e adolescentes e pude experimentar de perto a arte de ensinar. Não obstante, também ministrava aulas de catequese na Paróquia Nossa Senhora Aparecida, onde eram encontros frutuosos e de grandes ensinamentos.

Ao terminar o Ensino Médio, dirigi-me à formação para Sacerdotes na Diocese de Lins-SP, tendo contato com a filosofia e, ao ser transferido para o Seminário Arquidiocesano de Marília-SP, pude realizar o curso de licenciatura em Filosofia, com término no ano de 2013, na Faculdade João Paulo II.

Ao finalizar o curso de Filosofia, e já tomado pelos ensinamentos filosóficos, decidi pedir dispensa do seminário e iniciar minha trajetória docente como professor de Filosofia e Sociologia.

Ao voltar a minha cidade natal, comecei a lecionar na Escola Estadual, onde ainda leciono. Iniciei com um antigo projeto chamado de “professor de apoio à aprendizagem” por alguns meses e logo fui redirecionado para dar aulas no sistema prisional, ligado a essa unidade escolar.

Inicialmente, com muitas dúvidas, um pouco de medo e ansiedade, foi que iniciei o meu trabalho nas unidades prisionais, e pude observar a complexidade do ambiente. Lembrei dos traços marcantes das obras de Michel Foucault estudados na faculdade e que, naquele momento, estavam presentes no meu dia a dia de forma explícita.

O Vigiar e Punir e o adestramento dos corpos se fizeram parte do meu ambiente de trabalho e da minha vida, já que como professor, ali também passo por todo esse sistema de vigilância, sou cobrado pela minha postura e comportamento.

Em 2015, iniciei a primeira pós-graduação *lato sensu* em Filosofia e Ensino de Filosofia, campo no qual procuro aprimorar meus conhecimentos. O resultado dessa especialização me rendeu novas perspectivas para o ensino, para os conhecimentos filosóficos e para procurar novas pesquisas, o que gerou meu primeiro artigo a ser publicado.

Continuei com alguns estudos juntamente com o trabalho, em que procurei me esforçar ao máximo para garantir um bom aprendizado dentro das unidades prisionais.

Ao longo do tempo, lecionei em mais duas escolas particulares, pude perceber a grande diferença de ensino entre o sistema público e o privado. Observei como o capitalismo pode render conhecimento e como não pode. Em minha percepção, há um sistema feito pra aqueles que podem pagar por uma boa educação e outros não.

A percepção da inércia capitalista se estampou na minha face, frente aos estudos de Karl Marx; vi e percebi a sociedade em todas as suas peculiaridades, do sistema público de ensino, do sistema prisional e do sistema privado de ensino. Sistemas diferentes, cosmovisões diferentes, desigualdades e nada de justiça ou paz, mas em tudo uma grande alienação daquilo que o próprio sistema capitalista faz com os sujeitos.

Em 2020, iniciei mais uma Pós-Graduação *lato sensu* em Ensino de Sociologia na Universidade do Mato Grosso do Sul (UFMS). Naquele mesmo ano, tivemos que nos trancar em casa devido a pandemia da COVID-19, momento de muito trabalho para construir conhecimento junto aos alunos de forma *online* e estudar totalmente de maneira *online* também, já que a pandemia não nos permitia estarmos juntos em sala de aula.

Em 2022, um colega de trabalho me enviou o edital para o mestrado profissional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Realizei minha inscrição e escrevi meu pré-projeto de pesquisa. Após realizar essa primeira parte, fui chamado para a entrevista ainda que incrédulo sobre meu potencial, recebi o resultado com grande alegria e satisfação.

Fui muito bem acolhido pelo orientador. Iniciei minha participação no Grupo de Pesquisa Observatório de Políticas Públicas em Cornélio Procopio- PR e, no início de 2023, juntamente com o grupo Leitores de Foucault, com a obra “*Em defesa da Sociedade*” no qual percorremos um capítulo por mês durante todo o ano.

Esses dois grupos fortaleceram minha caminhada e as discussões sobre o pensamento de Foucault, assim como a observação de quais políticas públicas são implementadas para o desenvolvimento educacional em nosso país.

No primeiro semestre de 2023, cursei duas disciplinas do mestrado: “Ensino, Ciências e Novas Tecnologias” e “Sociologia do trabalho e Implicações ao Ensino e à Escola: Efeitos no Ensino e na Condição Docente”, ambas favoreceram na produção acadêmica, seja na

compreensão sobre as novas tecnologias para o ensino, seja para análises sociológicas sobre as condições de trabalho dentro do capitalismo contemporâneo (neoliberalismo) e as implicações diretas no ambiente de trabalho, ou seja, a escola e as relações interpessoais.

Em meio ao recesso escolar de julho, aproveitei para adiantar a documentação e a submissão do meu projeto de pesquisa para a Plataforma Brasil, no qual o Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) aprovou meu projeto para ser realizado com os docentes das unidades prisionais. Isso na segunda tentativa após alguns ajustes necessários em 05 de outubro de 2023 sobre o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE): 73747423.1.0000.5547.

Já no segundo semestre, cursei três disciplinas do mestrado, que são “Metodologias Contemporâneas de Ensino”, “Interdisciplinaridade e Ensino” e “Metodologia da Pesquisa Aplicada”. A disciplina de Interdisciplinaridade e Ensino favoreceu diretamente o meu trabalho docente de Ciências Humanas nas unidades prisionais, de maneira a contribuir com o trabalho interdisciplinar e como aplicá-lo de forma mais eficaz. Na disciplina de Metodologia da Pesquisa Aplicada revisamos toda a parte metodológica do nosso projeto de pesquisa, o que possibilitou o conhecimento em novas implicações e pensamentos sobre como melhor analisar os dados obtidos nas pesquisas, assim como a necessidade epistemológica de aprofundarmos nossas pesquisas.

Nesse mesmo semestre, participamos de alguns eventos importantes para o percurso formativo do mestrado, a começar no mês de outubro com o IX Congresso Nacional de Educação (CONEDU), do qual participamos por meio da apresentação, redação e submissão de trabalhos. Tivemos os artigos completos aprovados e publicados nos Anais do congresso e em *E-Book* no prelo.

No mesmo mês, participei junto aos meus colegas do Grupo de Pesquisa Observatório de Políticas Públicas da X Semana Acadêmica da Matemática (SEMAT) da UTFPR-Cornélio Procopio, em que junto ao orientador ofertamos o minicurso denominado: “Formação docente inicial e continuada nos termos das orientações do Conselho Nacional de Educação”. No minicurso compartilhamos as nossas experiências e nossa formação, tanto na Graduação quanto na Pós-Graduação, com o intuito de elucidar a formação de novos professores.

O mês de novembro foi reservado para as seguintes atividades: aplicação do meu produto educacional tecnológico, ou seja, as entrevistas com os docentes das unidades prisionais para o desenvolvimento dessa pesquisa e a visita do orientador Professor Dr. David na minha cidade, para conhecer a minha realidade local, assim como os ambientes nos quais eu leciono em Lavínia e Mirandópolis.

O fruto de todo esse trajeto resultou na presente pesquisa, diante dos estudos em Filosofia, sobretudo com as obras de Michel Foucault, da minha experiência no ensino prisional no Estado de São Paulo e de toda trajetória enquanto ser humano, ex-seminarista e professor das redes públicas e privadas de ensino.

1.2. INTRODUÇÃO

Diante da realidade prisional no Estado de São Paulo, observa-se a oferta da modalidade de Ensino de Jovens e Adultos (EJA) para os indivíduos privados de liberdade. A modalidade EJA abrange desde o Ensino Primário até o término do Ensino Médio, em que vários alunos privados de liberdade possuem contato com a escola e terminam seus estudos dentro das unidades prisionais.

A educação é um direito inalienável de todo e qualquer indivíduo, e é garantida pela Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984) dentro das unidades prisionais como forma de ressocialização dentro de tais ambientes. Segundo Foucault (2014), em seu livro *Vigiar e Punir: O nascimento das prisões*, as prisões cumprem um papel regulador sobre a vida e os corpos dos indivíduos que dela fazem parte.

Logo é necessário um olhar atento sobre a educação em tais ambientes, para observar como a educação é empregada dentro do sistema, de maneira a contribuir para que o indivíduo chegue à ressocialização e a exercer sua cidadania dignamente ao retornar ao convívio comum.

Segundo Freitas e Oliveira (2020), a educação nas prisões tem a responsabilidade de trazer a humanização do indivíduo no processo de reinserção social, não obstante realizamos uma pesquisa exploratória com revisão bibliográfica para verificar como os Aparelhos Ideológicos do Estado (Althusser, 1985), como a escola e a prisão se organizam para cumprir seu papel de reprodução do sistema capitalista e como os professores atuam por meio de suas práticas de ensino para melhor adequar os conteúdos à realidade das unidades prisionais.

Diante da perspectiva crítica colocada por Paulo Freire e da construção de conhecimento diante de uma educação democrática, é preciso levar em conta uma formação crítica, que eleve o indivíduo como ser humano e dono de si, que passe por um processo emancipatório e cidadão.

A educação é parte forte e notória do processo de socialização, ao exercer o papel dentro de uma instituição de ressocialização, deve se ter um olhar atento para que não se

reproduza os mesmos casos de marginalização e de descaso com os indivíduos ali presentes, que outrora foram realizados em sociedade.

No que consiste o problema da pesquisa, o projeto observava as seguintes problemáticas: a educação nos ambientes prisionais cumpre com seu papel humanizador, ressocializador e emancipador? E ainda: quais as metodologias empregadas pelos professores que atuam nos ambientes prisionais que colaboram para esse processo?

Com o amadurecimento desta pesquisa e junto ao referencial voltado aos docentes que atuam nas unidades prisionais, passou-se a um olhar para o surgimento da prisão e o adestramento dos corpos ali presentes, e preferiu-se por analisar como pergunta problema: Como podem as práticas docentes e seus discursos colaborar no processo de ressocialização?

Como objetivo principal espera averiguar se o discurso sobre as práticas docentes dos professores das unidades prisionais colabora para o processo de ressocialização.

Tem-se como objetivos específicos os seguintes pontos:

- Compreender como os professores que lecionam nas unidades prisionais concebem a educação dentro das unidades prisionais;
- Investigar se o discurso dos professores vai de encontro ou não com a ideologia dominante.

Para que isso fosse possível, realizou-se uma pesquisa de campo por meio de entrevistas estruturadas mediante a plataforma *Google Meet*, efetivou-se uma pesquisa qualitativa com os docentes que atuam nas unidades prisionais, para coletar dados e compreender a atuação desses profissionais no referido ambiente e quais as práticas docentes adotadas pelos mesmos para que a educação não seja apenas a reprodução ideológica da classe dominante, ou algo simbólico dentro da estrutura do Estado na instituição prisão. O resultado da presente pesquisa se materializará em forma de *e-Book* para os professores que atuam ou atuarão na educação dentro das unidades prisionais.

No primeiro capítulo, foi realizado um levantamento bibliográfico sobre a questão, em que se utilizou do pensamento de Michel Foucault, Karl Marx, Bourdieu e Passeron, Althusser e Paulo Freire sobre o assunto, que apresentará, segundo Foucault, como as sociedades ocidentais procuram adestrar os corpos a partir do século XVIII, assim como o surgimento da prisão e de sua função social de remodelar os indivíduos nas sociedades e no Brasil. Nessa perspectiva, como pressuposto da pesquisa, a instituição escola vai desempenhar um papel forte dentro das prisões, que faz com que se investigue a implementação da educação nesses ambientes e como ela é oferecida.

O segundo capítulo acompanha todo o trajeto realizado para que essa pesquisa fosse elaborada, aplicada e desenvolvida em meio à pesquisa bibliográfica, as questões éticas que envolvem seres humanos e a criação do Produto Educativo Tecnológico (PET).

O terceiro capítulo trata da análise e discussão dos resultados obtidos pelas entrevistas e a fundamentação teórica, para que se possa verificar por intermédio da análise do conteúdo do discurso, como os docentes que atuam nas unidades prisionais tratam a questão das práticas de ensino, da educação dentro do sistema penitenciário e do indivíduo ali inserido.

Deve-se esclarecer de antemão, que o processo educativo não é apenas dos professores, mas de todos os agentes envolvidos para que a educação e a ressocialização possam acontecer de fato nos ambientes prisionais. Seria um grande erro deixar apenas sobre a incumbência dos professores e demais profissionais da educação a função de ressocializar os indivíduos, antes de tudo, a ressocialização depende de vários outros agentes e fatores a serem analisados e compactuados juntos à educação para que esse processo seja proveitoso e eficaz.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O desenvolvimento da fundamentação teórica desse estudo baseou-se no pensamento e nas contribuições dos autores como Michel Foucault, em que se analisou o surgimento da prisão no mundo contemporâneo e como ela se torna um mecanismo de adestramento dos corpos.

Ao analisar a ideologia dominante e como ela se reproduz, utilizou-se do pensamento de Karl Marx, Bourdieu e Passeron, Althusser, para compreender como as instituições sociais funcionam como aparelhos ideológicos do Estado.

Diante do pensamento de Paulo Freire obteve-se as condições necessárias para que haja uma discussão sobre o tema proposto dentro das Ciências Humanas e Sociais sobre a necessidade da educação nas prisões e de se pensar um projeto de educação cidadã para os indivíduos privados de liberdade.

2.1. DA DISCIPLINA E DO ADESTRAMENTO DOS CORPOS

O início da Idade Contemporânea colheu o que pensadores e filósofos da Idade Moderna já haviam trilhado sobre o corpo. A necessidade de corpos dóceis agora se estende à economia preponderante, há uma negatividade do trabalho no campo e a ascensão dos corpos aptos ao trabalho nas cidades, no qual a cerimônia necessária e mais importante é o exercício do corpo e sobre o corpo (Foucault, 2014).

O corpo humano foi-se feito algo digno de estruturação, responsável por trazer ao indivíduo sua dignidade diante de sua postura, postura essa adquirida, pensada de antemão por todo um sistema que valoriza a destreza e a utilidade do corpo. São as operações sobre o corpo que (Foucault, 2014, p. 135) chama de disciplinas:

[...] Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar de “disciplinas”. Muitos processos disciplinares existiam há muito tempo: nos conventos, nos exércitos, nas oficinas também. Mas as disciplinas se tornaram no decorrer do século XVII e XVIII fórmulas gerais de dominação.

Dominação esta que parte de uma ideia geral de desenvolvimento social acarretado nos meios de produção capitalista, ao qual o homem deve ser disciplinado para atender às

demandas físicas da produção. A disciplina fabrica corpos dóceis, ou seja, corpos submissos e adestrados, aptos para o trabalho nas fábricas e indústrias:

[...] A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma “aptidão”, uma “capacidade” que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita. Se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada (Foucault, 2014, p. 135-6).

Karl Marx nos lembra que o trabalho é inerente à vida humana, pois ele fornece as estruturas necessárias para a sobrevivência humana diante das necessidades materiais básicas. “O processo de trabalho, [...] é a atividade orientada a um fim- a produção de valores de uso-, apropriação do elemento natural para a satisfação de necessidades humanas [...]” (Marx, 2017, p. 261).

O que acontece no mundo contemporâneo é a forma como o trabalho se tornou alienante e um modo de exploração do homem pelo sistema capitalista diante da venda da força de trabalho e a vigilância constante de seu desempenho no trabalho pelo capitalista (dono do meio de produção).

Diante do sistema capitalista, encontra-se nas escolas, por meio de uma educação rigorosa, o desenvolvimento de toda essa disciplina dos corpos, modos de se sentar, andar, falar, de obedecer ao professor, na disciplina dos exercícios físicos, a máquina de gerar indivíduos aptos ao trabalho e ao mundo capitalista, que demonstra toda sua virilidade e força para assim fazer parte dos meios de produção, e executar seu trabalho com maestria, como indivíduos dignos e respeitados segundo os moldes do sistema:

[...] a produção se divide e o processo de trabalho se articula por um lado segundo suas fases, estágios ou operações elementares, e por outro, segundo os indivíduos que o efetuam, os corpos singulares que a ele são aplicados: cada variável dessa força- vigor, rapidez, habilidade, constância – pode ser observada, portanto caracterizada, apreciada, contabilizada e transmitida a quem é o agente particular dela (Foucault, 2014, p. 143).

É por essa rede de poder que se analisa o trabalho individual, que classifica os indivíduos e suas potencialidades diante do trabalho exercido, classificado, analisado e vigiado. A constante vigilância traz consigo a rigidez de uma produção “fértil” de indivíduos disciplinados para o trabalho.

Segundo Bourdieu e Passeron (1982, p. 206):

[...] o trabalho pedagógico [...] tem por efeito produzir indivíduos modificados de forma durável, sistemática por uma ação prolongada de transformação que tende a dotá-los de uma mesma formação durável e transferível [...], de esquemas comuns de pensamento, de percepção, de apreciação e de ação [...].

O investimento sobre o corpo necessário para uma sociedade capitalista é quando o poder se faz denso, rígido e meticuloso a partir do século XVIII. Deu-se então o surgimento de regimes extremamente disciplinares nas escolas, hospitais e oficinas. Ainda Segundo Foucault (2014, p. 136) “[...] Encontramo-lo em funcionamento em colégios, muito cedo; mais tarde nas escolas primárias; investiram na lentamente o espaço hospitalar; e em algumas dezenas de anos reestruturaram a organização militar”.

A disciplina sobre o corpo é a alternativa que o poder, micro fragmentado em todas as suas instâncias alcança seu objeto como ponderador do que é adequado para a sociedade e para os corpos, do que é correto e necessário para o desenvolvimento da sociedade e quais corpos devem ser eliminados, ou deixados fora do convívio comum. Em outras palavras, a disciplina sobre o corpo é o ponto chave para dizer quem está apto ao convívio comum e quais corpos devem ser eliminados.

A aptidão ao trabalho é a força motriz do poder na sociedade capitalista que nega a alguns seus direitos básicos devido a contrariedade de seus corpos e adquire a adequação das singularidades pelo meio da disciplina, do exercício e da força do corpo.

É por meio do adestramento dos corpos nas sociedades ocidentais do século XVIII que o efeito da disciplina é alcançado. Corrige-se a postura, o modo de levantar a cabeça, a maestria em executar um exercício com força e perfeitamente, o modo como se apresentar e comportar se diante dos demais. A formação do indivíduo inicia-se com as “posturas” dentro de casa. Ao menino a virilidade do corpo e das ações, à menina a docilidade dos gestos.

O adestramento dos corpos começa pela rigidez do espaço físico, bem pensado e elaborado para tanto, no qual se organizam os lugares, as fileiras, arquiteturas funcionais que permitem uma hierarquização, ao garantir a obediência dos indivíduos e uma economia do tempo e dos gestos (Foucault, 2014) para assim todo e qualquer movimento esteja de acordo com os padrões estabelecidos nessa sociedade em que se evita desperdícios em vista da produtividade:

O tempo medido e pago deve ser também um tempo sem impureza nem defeito, um tempo de boa qualidade, e durante todo o seu transcurso o corpo

deve ficar aplicado a ser exercício. A exatidão e a aplicação são, com a regularidade, as virtudes fundamentais do tempo disciplinar (Foucault, 2016, p. 148).

Adestra-se o modo de falar, o modo de comer, de andar, sempre se é colocado a forma como o “homem” deve caminhar, ou a moça se sentar, a família exerce o adestramento já nos primeiros anos de vida do indivíduo. A criança já nasce marcada por seu sexo biológico e sua desenvoltura diante dele.

Eis que o século XVIII e XIX aprofundou a conduta dos corpos diante dos aspectos sociais e políticos, regimentou-se uma conduta apta para o trabalho nas fábricas e indústrias. Segundo Foucault (2016, p. 215):

[...]Todos conhecem as grandes transformações, os reajustes institucionais que implicaram a mudança de regime político, a maneira pela qual as delegações de poder no ápice do sistema estatal foram modificadas. Mas quando penso na mecânica do poder, penso em sua forma capilar de existir, no ponto em que o poder encontra o nível dos indivíduos, atinge seus corpos, vem se inserir em seus gestos, suas atitudes, discursos, sua aprendizagem, sua vida cotidiana.

O exercício da disciplina e do adestramento dos corpos remonta a posição do dominante e do dominado, na eterna luta de classes demonstrada por Marx, a posição do dominado é nada mais do que o adestramento físico no qual o indivíduo é impelido para sua sobrevivência dentro do sistema.

Nas palavras do próprio Marx (2017, p. 262):

O trabalhador labora sob o controle do capitalista, a quem pertence seu trabalho. O capitalista cuida para que o trabalho seja realizado corretamente e que os meios de produção sejam utilizados de modo apropriado, a fim que a matéria-prima não seja desperdiçada e o meio de trabalho seja conservado.

O sistema assim sobrevive devido os dominantes terem aliados no meio dos dominados, seja de forma ideológica, seja por meio do poder fragmentado e distribuído em todas as camadas sociais. Foi a mudança de estrutura a parte fundamental para a modificação dos pequenos exercícios do poder. Uma mudança que partiu da quebra do poder centralizado do monarca absolutista e se espalhou para todas as camadas sociais, por meio da burguesia que se torna dona dos meios de produção (Foucault, 2016).

Mas o que fazer se um indivíduo, ou vários deles, não se adequam à disciplina ou ao adestramento ao qual estão submetidos? Ou melhor, o que fazer com aqueles indivíduos que desobedeceram às leis, e estão sujeitos à pena?

As instituições socializadoras e aparelhos do Estado vigilante não deram conta de socializar tais indivíduos, o que demanda a atuação de outra instituição. O que resta é a prisão, a penitência, o isolamento e um novo adestramento com nome de “regeneração”, “ressocialização”, “reeducação”. Benelli (2014, p. 69) ao analisar a prisão na sociedade disciplinar diante da leitura de Foucault realça:

[...] A prisão foi desde o princípio uma “detenção legal” encarregada de um suplemento corretivo: instituição de modificação dos indivíduos que a privação da liberdade permite fazer funcionar no sistema legal, visando sua ressocialização. O encarceramento penal, desde o início do século XVIII, recobriu ao mesmo tempo a privação de liberdade e a transformação técnica dos indivíduos.

É a instituição prisão que possui o dever de novamente adestrar e corrigir tais corpos e discipliná-los de acordo com a moral e as leis vigentes do sistema político, social e econômico capitalista. A transformação técnica dos indivíduos privados de liberdade possui um caráter emergencial nesse sistema. Se adestra o indivíduo para o compromisso com o sistema social que Foucault chamou de instituição oficina, que permite e que leva os indivíduos a se postularem aptos ao trabalho e assim demonstrarem seu bom engajamento nas oficinas prisionais, e como recompensa, obter sua liberdade novamente, agora regenerado e pronto para reerguer sua vida de forma “digna”, ou seja, por meio do trabalho.

2.1.1. As Prisões: Sistemas de Correção e Punição

A partir da visão de Michel Foucault (2014) em seu livro *Vigiar e Punir: O nascimento das prisões*, observa-se o desdobrar da sociedade civilizatória contemporânea advinda do fim do século XVIII e início do século XIX com o surgimento de uma nova instituição, a prisão.

O mundo contemporâneo que aspira a liberdade individual como a máxima preponderante se refez em instituições que passaram a disciplinar e adestrar os indivíduos e seus corpos para a nova sociedade capitalista em que o sistema de produção denomina os modos de vida e o que é adequado ou inadequado na sociedade civilizada. Conforme Foucault (2014, p. 29):

[...] Este investimento político do corpo está ligado, segundo relações complexas e recíprocas, à sua utilização econômica; é, numa boa proporção,

como força de produção que o corpo é investido por relações de poder e de dominação; mas em compensação sua constituição como força de trabalho só é possível se ele está preso num sistema de sujeição [...]; o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso.

Observa-se a fragmentação do poder, em micropoderes que agora se espalham em pequenos fragmentos sobre a sociedade, sejam eles sobre o corpo, sobre a disciplina, sobre o comportamento, sobre o que é moralmente correto em sociedade, em que todos estão licenciados a exercer a vigilância constante e a punição adequada a todo e qualquer indivíduo que se encontre fora dos padrões estabelecidos. Segundo Foucault, 2016, o poder não possui um titular, ele vai em determinada direção, com uns de um lado, outros de outro, não se pode afirmar ou dizer quem o possui, mas podemos verificar aqueles que não o possuem.

Ora, meticulosamente, aquilo que se produzia enquanto espetáculo a ser visto como exemplo para todos, cujo suplício era a forma mais comum de ensinar, o que até então era considerado legítimo em uma sociedade cai por terra, o indivíduo tornou-se livre, e a igualdade jurídica exaltada após as revoluções do século XVIII.

O que se trata aqui é da criação de uma instituição nessa nova sociedade contemporânea civilizatória, capaz de punir, retirar algo que todo indivíduo possui e tem direito, sua própria liberdade, ou seja, é necessário criar uma instituição capaz de realizar tudo aquilo que as outras instituições não conseguiram fazer, penitenciar o indivíduo a perda de seu maior direito, sua liberdade em razão de um adestramento contínuo e que o reformule. Conforme Foucault (2014, p. 225):

[...] A prisão: um quartel pouco estrito, uma escola sem indulgência, uma oficina sombria, mas, levando a fundo, nada de qualitativamente diferente. Esse duplo fundamento- jurídico-econômico por um lado, técnico-disciplinar por outro – fez a prisão aparecer como a forma mais imediata e mais civilizada de todas as penas. E efeito, é clara: a prisão não foi primeiro uma privação de liberdade a que se teria dado em seguida uma função técnica de correção; ela foi desde o início uma “detenção legal” encarregada de um suplemento corretivo, ou ainda uma empresa de modificação dos indivíduos que a privação de liberdade permite fazer funcionar no sistema legal.

A instituição prisão “[...] peça importante no conjunto das punições, marca certamente um momento importante da história da justiça penal: seu acesso à “humanidade” (Foucault, 2014, p. 223). A justiça igualitária cria seu mecanismo de restringir a liberdade de acordo com a gravidade da infração, é o novo aparelho judiciário que opera em defesa de uma sociedade civilizada e que nega as atrocidades antes realizadas com tortura e a morte aos condenados em nome de suas leis e sua moral.

O sistema penitenciário que se espalha pelo mundo ocidental é capaz de controlar o indivíduo que ali cumpre sua penitência, seja pelo isolamento, o silêncio que remonta aos mosteiros medievais, a hora das orações, a hora do trabalho e das refeições, a postura e a cabeça baixa diante dos guardas, a prisão é pensada e construída com essas intenções, a solidão e o pesar da consciência individual é o campo estratégico em que o aparelho judiciário quer alcançar, em outras palavras, não se pune o corpo, mas a alma. Beccaria, (1979, p. 77), descreve esse processo como algo a ser realizado em menor tempo entre o crime e a pena, pois:

[...] a presteza da pena é mais útil porque, quanto menor é a distância de temo que medeia entre a pena e o crime, mais forte e mais durável é, na alma humana, a associação destas duas idéias (sic.): delito e pena, de tal maneira que, insensivelmente, passam a ser considerados uma como causa e outra como efeito necessário e infalível.

O indivíduo penitenciado é ali depositado, sozinho (ou esperava-se que sozinho, devido a grande demanda de indivíduos privados de liberdade, com o tempo as celas não abrigam apenas um prisioneiro), o que faz com que o silêncio e a solidão fosse a exímia de sua culpa.

A prisão projetada e construída até a atualidade demonstra todo o aparelho de vigilância e punição ao qual o Estado submete os indivíduos. Suas estruturas, seu arquétipo, tudo remonta a um grande local no qual os carcereiros, guardas e policiais possuem total poder de vigiar e controlar tais indivíduos em todas as eventualidades, o que faz com que a estrutura da prisão siga um padrão panóptico, pensado e construído sutilmente para exercer seu papel eficazmente, o de vigiar:

[...] A prisão deve ser um aparelho disciplinar exaustivo. Em vários sentidos: deve tomar a seu cargo todos os aspectos do indivíduo, seu treinamento físico, sua aptidão para o trabalho, seu comportamento cotidiano, sua atitude moral, suas disposições; a prisão, muito mais que a escola, a oficina ou o exército, que implicam sempre numa certa especialização, é “onidisciplinar”. [...] ela dá um poder quase total sobre os detentos; tem seus mecanismos internos de repressão e de castigo: disciplina despótica (Foucault, 2014, p. 228).

A prisão reflete uma sentença igualitária e significa o pressuposto para punir a alma e o interesse pela prisão passa a ser considerado por outras instituições que assim visam manter seu *status* benevolente que salva, cura, regenera os indivíduos ali aprisionados, sejam elas instituições religiosas ou meramente civis, que tem por discussão, segundo Foucault (2016), se a conversão, a medicina, a arquitetura ou a administração seriam as prioridades para tal vigilância e resignação dos indivíduos privados de sua liberdade.

Não obstante, algo deve ser combatido nessa estrutura, a ociosidade. O trabalho dentro das prisões é o artefato da ideologia capitalista que volta a trazer dignidade ao indivíduo. “O trabalho não é nem uma adição nem um corretivo ao regime de detenção [...]. Mas uma necessidade, [...] uma reparação útil para a sociedade” (Foucault, 2014, p. 233). A regeneração se inicia e tem seu ápice ao fazer com que o prisioneiro entenda que é apenas pelo trabalho que sua liberdade poderá ser devolvida e, assim, poderá retornar novamente à sociedade como um bom trabalhador, digno de seu salário e de suas recompensas.

2.1.2 O Aparelho Ideológico do Estado Chamado Escola

A instituição escola é o *modus operandi* em que o Estado é capaz de reproduzir a ideologia da classe dominante. Sem ela, a disciplina e a organização social não são tão eficazes como forma de controle dos indivíduos que dela fazem parte.

Por meio do aparato escolar, o Estado multiplica sua essência em fazer dos indivíduos corpos dóceis como foi apontado no tópico anterior, e mais do que isso, fazer com que cada indivíduo seja programado para ocupar seus devidos lugares dentro do mundo do trabalho capitalista, que obedece, cumpre e realiza seu papel de trabalhador e de pessoa “digna” dentro do sistema.

Althusser chama a atenção ao se referir à instituição escolar como Aparelho Ideológico de Estado (AIE), no qual a define e fala sobre seu funcionamento como:

Designamos pelo nome de aparelhos ideológicos do Estado um certo número de realidades que apresentam-se ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas (Althusser, 1985, p. 68).

[...] devemos dizer que os Aparelhos Ideológicos do Estado funcionam principalmente através da ideologia, e secundariamente através da repressão seja ela bastante atenuada, dissimulada, ou mesmo simbólica. (Não existe aparelho puramente ideológico). Dessa forma, a Escola, as Igrejas “moldam” por métodos próprios de sanções, exclusões, seleção etc... não apenas seus funcionários mas também suas ovelhas. [...] (Althusser, 1985, p. 70).

Ao moldar os indivíduos, a escola, como nos aponta o autor, controla e regula os indivíduos ao reproduzir a ideologia da classe dominante das relações de produção, ela se torna uma das principais formações sociais capitalistas, juntamente com a Igreja, a família, a política e o sistema jurídico.

A escola, segundo Althusser, é o preparo do indivíduo para o mundo do trabalho, para formar e especializar os indivíduos para a execução plena de seu posto de trabalho e a realizar com aptidão as tarefas que lhes são confiadas.

É a escola capaz de transformar a sociedade ou emancipar os indivíduos?

A pergunta acima remete a um questionamento contínuo de qual é realmente a função da instituição escolar. Talvez o que deveria emancipar e colaborar para a socialização dos indivíduos acaba por reproduzir a face da estrutura social capitalista. Ao tratar sobre o assunto, Silva (2021, p. 63) afirma:

[...] vale dizer que à escola não cabe apenas a função de preparar os alunos/indivíduos para os postos de trabalho através de sua qualificação técnica e/ou profissional. Mas, igualmente, produzir em efeito de submissão às normas da ordem vigente, tornando cada aluno um operário que não somente executa e realiza bem as tarefas que a ele são impostas, mas que também aceite passivamente a reprodução dominante [...].

Do mesmo modo, Bourdieu e Passeron (1982, p. 208) questionam a autonomia disposta nos sistemas de ensino, porém usada para manter os interesses da classe dominante:

É com efeito à sua autonomia relativa que o sistema de ensino tradicional deve o fato de poder trazer uma contribuição específica à reprodução da estrutura das relações de classe já que lhe é suficiente obedecer às suas regras próprias para obedecer ao mesmo tempo aos imperativos externos que definem sua função de legitimação da ordem estabelecida, isto é, para preencher simultaneamente sua função social de reprodução das relações de classe, assegurando a transmissão hereditária do capital cultural e sua função ideológica de dissimulação dessa função, inspirando a ilusão de sua autonomia absoluta.

Tanto Althusser como Bourdieu e Passeron concordam que a escola é a instituição responsável por reproduzir o sistema social, ou melhor, a hierarquia da qual a sociedade vive historicamente. Tanto como aparelho ideológico do estado, e por meio do capital cultural, o ensino e a cultura são transmitidos de maneira desigual, de acordo com a estrutura ou classe a que os indivíduos estão situados e a função na qual eles irão exercer dentro da sociedade hierarquizada.

Observa-se uma aproximação entre os autores, que concordam que a escola é capaz de manter a desigualdade produzidas pela sociedade. Althusser aponta a escola como AIE para formar o indivíduo para manter o sistema capitalista, Bourdieu e Passeron nos apresentam a escola como sistema que cumpre seu papel social de reproduzir a estrutura dominante.

As práticas escolares que deveriam ser socializadoras e janelas para um olhar crítico da realidade se fecham para uma prática que não socializa, não critica, não faz do aluno um sujeito pensante, o que leva a sociedade a criar a instituição prisão como forma de fazer o que ela deveria ter realizado antes.

Logo, a resposta para a pergunta colocada acima pode ser formulada a partir da visão dos autores como a escola que é uma instituição que não socializa, emancipa ou muito menos transforma o indivíduo e a sociedade, mas ao contrário disso, é responsável por perpetuar o sistema capitalista e a reprodução das desigualdades historicamente enraizadas na sociedade.

2.1.3. Um Breve Relato da História das Prisões no Estado de São Paulo

O que se compreende da história das prisões no Estado de São Paulo corresponde desde do período colonial, passa pelo Império e chega à República. Observa-se no período colonial a falta de estrutura, na qual, segundo Garcia (2020, p. 172) era realizada a manutenção da ordem pelos “somaneiros”, homens voluntários que patrulhavam as ruas da vila e retiravam do convívio comum todos que perturbavam a paz, o problema se aprofundava por não ter quem realizasse o trabalho de carcereiro durante esse período:

A cadeia era localizada junto ao Colégio de São Paulo, onde congregavam todos os poderes administrativos da cidade. Isso era usual na sociedade colonial brasileira, a existência da chamada Casa de Câmara e Cadeia. Na maioria dos municípios, a separação se deu na Independência, já que, com a Constituição de 1824, com o Código Criminal de 1830 e o Ato Adicional de 1834, a autoridade local perde poderes em favor dos governos provinciais, e os tribunais, as cadeias e as milícias passam a ser abrigadas em prédios distintos.

Com o advento da República foi necessário oferecer mais dignidade às condições de encarceramento, já realizada a abolição da escravidão e criado o novo Código Penal de 1890, era preciso tratar com dignidade aos moldes republicanos a questão da privação de liberdade, e foi extinta a pena de morte e a privação de liberdade não pode ultrapassar trinta anos.

Entre o fim do século XIX e quase até o fim do século XX várias instituições foram criadas pelos governos de acordo com a “necessidade” política em que se encontrava, seja centro de detenções, presídios, hospícios ou casa de detenções. A aplicação de penas aos indivíduos socialmente “desviados” era uma forma da população acreditar que o Estado mantinha o controle social:

Finalmente, em 1920, foi inaugurada a Casa de Detenção de São Pulo, o Presídio do Carandiru. A data é um marco muito importante: as experiências ocorridas lá dentro, tanto as bem-sucedidas quanto os desastres, moldaram a administração prisional do estado durante toda a sua existência (Garcia, 2020, p. 176).

Inicialmente, o Carandiru comportava todas as necessidades da época em questões de salubridade e vigilância, porém, com o passar das décadas, tornou-se um depósito humano, rodeado de superlotação, graves condições de insalubridade e condições péssimas de alojamento e promoção de milícias dentro do Estado de São Paulo.

O Carandiru, nessas condições, foi palco propício para inúmeras rebeliões, recheadas de violência e mortes de internos e funcionários. A pior delas ficou conhecida como “O massacre do Carandiru”, em 1992, com a morte de 111 internos por membros da polícia militar paulista.

O Massacre do Carandiru tomou proporções internacionais e demonstrou o descrédito do Estado sobre o controle das penitenciárias, além da ineficiência do Estado sobre as condições carcerárias no Estado de São Paulo e a violência exercida pela polícia militar do Estado:

O problema apontado não se refere exatamente à ausência do Estado no universo prisional, o que seria um total contrassenso, visto que essas instituições são estatais e o Estado está lá dentro *necessariamente*, de alguma forma. O problema é a forma pela qual o Estado se insere nesse sistema, o que acaba por minar sua credibilidade e sua legitimidade para atuar como autoridade central, acima das partes, capaz de regular e mediar os conflitos ali existentes. A sua atuação distorcida, seja por meio da corrupção de diretores e funcionários, seja pela truculência e a violência, deslegitima a sua autoridade moral diante da população carcerária, o que incide diretamente sobre a ordem social das prisões (Dias, 2011, p. 191).

O Estado de São Paulo, ao lidar com o conflito que desencadeou o massacre do Carandiru, teve como consequência o advento de uma das maiores facções criminosas do país, o Primeiro Comando da Capital (PCC), que surge em 1993 como forma de protesto e vingança contra o massacre do Carandiru, com o lema de “paz, justiça e liberdade” para acabar com a opressão do Estado frente aos presos. Como aponta Pereira (2023, p. 25):

O massacre do Carandiru não só motivou a existência da facção, mas também ensejou mudanças na tratativa do sistema prisional de São Paulo, em uma tentativa um tanto quanto desesperada pelo controle das entidades prisionais para se evitar rebeliões que culminaram em episódios drásticos como o massacre de 1992. Por isso, o governo de São Paulo começou uma reforma nas instituições, tendo como ponto de partida a ampliação das dimensões do

sistema prisional, de modo a expandir as capacidades e espalhar penitenciárias por todo o Estado, para manejar a superlotação que era crescente.

Diante do evento, políticas públicas desencadearam medidas para que se criassem presídios por todo o interior paulista, assim como escolhas políticas favoreceram o acolhimento de novas penitenciárias espalhadas por todo o Estado:

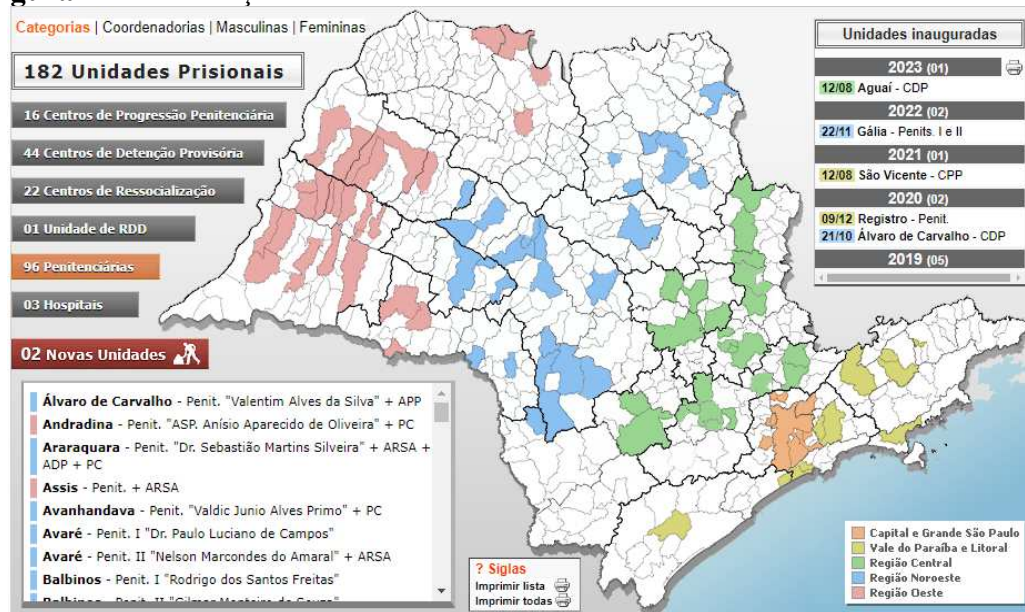
A primeira ação foi a desativação de Carandiru. A proposta agora era de presídios de pequeno porte, espalhados por todo o estado, com estrita divisão relacionada ao tipo de crime cometido e à origem geográfica do preso. Presos do interior deveriam cumprir pena nas suas regiões administrativas de origem, enquanto os da capital eram distribuídos pelo estado, tendo em vista que a cidade não tinha vagas o suficiente para mantê-los (Garcia, 2020, p. 189).

Foi criada no Estado de São Paulo a Secretaria da Administração Penitenciária, que fez com que fosse construído em inúmeras cidades penitenciárias de pequeno porte, para abrigar os indivíduos privados de liberdade e “melhorar” as condições do processo penal do Estado.

Ao mesmo tempo que as penitenciárias se espalharam pelas cidades do interior do Estado de São Paulo, o PCC também ampliava seu domínio sobre as mesmas e em outros estados do país.

Logo, é possível observar na Figura 1 como fica distribuído as penitenciárias no Estado de São Paulo até o ano de 2023.

Figura 1 – Localização das Unidades Prisionais nas cidades do Estado de São Paulo



Fonte: Secretaria da Administração Penitenciária¹ (2023)

Observa-se na figura 1 a presente realidade das cidades que comportam uma ou mais unidades prisionais no Estado de São Paulo, em que os indivíduos privados de liberdade são espalhados por todo o Estado, distanciam-se da capital do Estado e, conseqüentemente, de seus familiares e de seus vínculos sociais, em vista da diminuição da superlotação nos presídios da capital.

2.2 A IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NAS PRISÕES

Dentro da prisão surgem outras instituições que ali desempenham seu papel na reinserção social do indivíduo. Eis que a instituição escola (uma das mais fortes) ali se apresentará diante de algumas premissas, com o tempo. Compreende-se as ações da Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura (UNESCO) de 1948, observando como aponta (José; Leite, 2020), dar-se o início de todo um projeto que garante

¹ Disponível em: <http://www.sap.sp.gov.br/uni-prisionais/pen.html> Acesso em: 18 jan. 2024.

entre o direito fundamental à instrução gratuita para todos, que proporciona o desenvolvimento da pessoa humana em seus mais diversos aspectos.

É a partir do início da década de 1950 que foi pensada e postulada uma educação voltada para os ambientes prisionais, que constitui a postulação da UNESCO de 1948 que dispõe a educação como objetivo de desenvolvimento humano e social e assume um caráter inclusivo com a Declaração Mundial sobre Educação para todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem em 1998, assim como o Compromisso de Dakar de 2001, em que:

Buscaram afirmar o compromisso de que toda pessoa tem direito à aprendizagem e ao acesso à alfabetização e à educação básica, ressaltando a necessidade de uma educação inclusiva, que contemple os pobres, desfavorecidos, jovens e adultos atingidos por conflitos, inclusive, em face do crescimento significativo de tensões, violências e guerras (José; Leite, 2020, p. 36).

Ainda segundo os autores, a contemplação de grupos excluídos ao acesso à educação é o que permite dizer o que possibilitou a abertura para que as unidades prisionais acolhessem a educação como modo permanente de ressocialização dos indivíduos ali presentes.

No Brasil, a Lei de Execução Penal garantiu que a educação fosse anexada no contexto das Unidades Prisionais, o que vem de acordo com até então futura Constituição de 1988, que colocou a educação como direito básico a todo o indivíduo. A saber, consta-se na Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984), na seção V sobre a assistência educacional:

Art. 17. A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado.

Art. 18. O ensino de 1º grau será obrigatório, integrando-se no sistema escolar da Unidade Federativa.

Art. 18-A. O ensino médio, regular ou supletivo, com formação geral ou educação profissional de nível médio, será implantado nos presídios, em obediência ao preceito constitucional de sua universalização ([Incluído pela Lei nº 13.163, de 2015](#)) (Brasil, 1984).

É importante ressaltar, segundo José e Leite (2020), que a educação nessas condições possui uma alta função na prevenção de conflitos, que pode trazer uma maior estabilidade das relações, ao tratar, sobretudo, a conservação dos direitos humanos e a liberdade individual, que é fundamental em todo Estado democrático de direito:

O Estado democrático de direito tem o indeclinável dever de empreender políticas sociais endereçadas à construção ou ao resgate da cidadania. O princípio da não-exclusão aplica-se, com especial ênfase, às pessoas que estão cumprindo pena privativa de liberdade, que, assim, têm direito aos recursos

indispensáveis à superação dos obstáculos à emancipação social. Só com a oferta de uma alternativa ao delito, o Estado tem legitimidade para o exercício do *ius puniendi*. A educação, neste cenário, apresenta-se como a mais importante política emancipadora (Marcondes; Marcondes, 2008, p. 3).

As perspectivas contemporâneas de democracia deveriam por excelência garantir que a educação tivesse esse papel emancipador, que levasse o indivíduo ao pensamento crítico e à cidadania, que participe ativamente da sociedade em que vive e dela faz parte.

A inclusão do indivíduo e o resgate de sua cidadania partem do pressuposto da “igualdade” jurídica em que se encontram todos os indivíduos e é a base comum dos direitos humanos e de nossa Constituição da República Federativa do Brasil.

Quanto aos Direitos Humanos, o Conselho Nacional de Educação em suas Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (CNE/CP 008/2012) apresenta:

a educação vem sendo entendida como uma das mediações fundamentais tanto para o acesso ao legado histórico dos Direitos Humanos, quanto para a compreensão de que a cultura dos Direitos Humanos é um dos alicerces para a mudança social. Assim sendo, a educação é reconhecida como um dos Direitos Humanos e a Educação em Direitos Humanos é parte fundamental do conjunto desses direitos, inclusive do próprio direito à educação (Brasil, 2012, p. 2).

A educação deve ser uma das bases essenciais para o conhecimento de si e dos outros, do reconhecer-se como sujeito e como integrante de toda a sociedade. Porém, na educação também estão enraizadas as profundas desigualdades da nossa sociedade, mas é por meio dela que se inicia a transformação de toda violência ou violação dos Direitos Humanos colocados sobre as pessoas.

Conforme a Resolução Nº 2, de 19 de maio de 2010, que dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais:

As ações de educação em contexto de privação de liberdade devem estar calcadas na legislação educacional vigente no país, na Lei de Execução Penal, nos tratados internacionais firmados pelo Brasil no âmbito das políticas de direitos humanos e privação de liberdade, devendo atender, às especificidades dos diferentes níveis e modalidades de educação e ensino e são extensivas aos presos provisórios, condenados, egressos do sistema prisional e àqueles que cumprem medidas de segurança (Brasil, 2010, art. 2º).

É nesse intuito que a educação nos ambientes prisionais deve colaborar às demandas de ensino, em prol da dignidade humana e o cumprimento de políticas públicas que exerçam os direitos humanos em favor dos marginalizados ou excluídos da sociedade em questão.

Ainda conforme a resolução acima, é elementar que se tenha uma campanha pela educação e seu devido valor dentro do sistema prisional, o que respeita e promove a garantia dos direitos enquanto cidadãos dos indivíduos privados de liberdade. O Art. 7 da resolução garante que os indivíduos privados de liberdade possam ser acolhidos no devido espaço físico voltado à educação dentro das unidades prisionais, e o documento ainda reforça a promoção de atividades culturais no devido espaço em seu artigo 10, além da promoção e manutenção de bibliotecas e promoção da leitura em seu artigo 3.

No exercício da educação dentro dos sistemas prisionais, os indivíduos ali presentes por tempo determinado passam a reestruturarem seus pensamentos e, novamente, ao terem contato com o que foi deixado de lado durante sua vida, ou seja, uma educação que o leve a compreender o mundo e a sociedade em que vive, que possa trazer como ponto de referências as vivências de cada um para a construção de um conhecimento crítico e sistêmico.

Sobre a Educação de Jovens e Adultos, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) em sua Lei Federal 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em seu artigo 37 declara que: “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de seus estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida” (Brasil, 1996, art. 37), ou seja, é necessário que a educação contemple todos aqueles que não puderam por inúmeros motivos continuar seu trajeto educacional no ensino básico.

Ao olhar para nossa sociedade, observa-se a desigualdade presente e a forte diferença de classes sociais, o que nos leva a refletir como e o porquê há tantos indivíduos que não conseguiram concluir o ensino básico na idade propícia, já que a educação é oferecida pelo Estado e garante um dos direitos fundamentais dos indivíduos:

A EJA, como modelo que atende prioritariamente alunos das camadas mais pobres da população, cuja trajetória educacional é marcada por desigualdades sociais e educacionais, também funciona para atender necessidades intergeracionais dentro de um mesmo espaço escolar: por motivos diversos, não concluem os estudos, enquanto os jovens são excluídos do processo escolar devido ao seu insucesso escolar (Rocha, 2023, p. 345).

Por questões econômicas, sociais e a ausência da funcionabilidade do Estado em diversos setores e áreas da sociedade, inúmeros indivíduos são levados a abandonar os estudos

na idade propícia em busca de trabalho, ou melhoria das condições sociais, dentre outros fatores como a falta de incentivo, as necessidades humanas, a marginalização e a falta de segurança nas zonas periféricas.

Diante do problema em questão, há um processo da EJA de maneira a trazer novamente o direito ao indivíduo ao acesso à educação e a melhoria das suas condições de vida e de trabalho.

Ainda segundo Rocha (2023, p. 345):

A escolarização é uma possibilidade de melhorar sua situação socioeconômica e cultural. A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é concebida não apenas como um processo de ensino e aprendizagem, mas também como um espaço de tensão e aprendizado em diferentes contextos da vida. Nesse sentido, a EJA desempenha um papel fundamental na formação dos sujeitos como agentes históricos e na promoção de sua emancipação.

Nas décadas de 1970 e 1980, vários pensadores como Paulo Freire se dedicaram a pensar a melhoria da educação e a oferta de uma educação justa para os jovens e adultos, o que trouxe benefícios para os indivíduos em sua vida e a melhoria do seu desenvolvimento no mercado de trabalho, ao contribuir para uma formação que quebrasse a discriminação, as formas de dominação, ou seja, emancipadora do indivíduo.

Conforme Freire (1979), quanto mais o indivíduo é levado a refletir sobre sua situação no mundo, seu tempo e sua história, mais consciente será o sujeito ativo na sociedade. Por isso é preciso um constante exercício de reflexão, para que o indivíduo tome a consciência da realidade que ocupa.

Para sanar esse desafio, é necessário que a formação na EJA contenha um currículo adequado, reelaborado e pensado de acordo com a realidade vigente de cada comunidade ou público alvo, ou seja, se faz necessário uma adequação curricular por parte dos professores para atender a esse público, de maneira que contemple sua formação dentro do contexto cultural, social e econômico ao qual está empregada:

[...] a experiência internacional sugere flexibilizar currículos, meios e formas de atendimento, integrando as dimensões da educação geral e profissional, reconhecendo os processos informais e formais de aprendizagem, combinando o ensino presencial e a distância para que os indivíduos possam adquirir novos estudos e a respectiva certificação (Di Pierro, 2001, p. 71).

Ao se tratar da modalidade da EJA, logo depara-se com “o mundo do trabalho”, de maneira que se concebe uma educação para jovens e adultos que automaticamente os prepara para o mercado de trabalho ou para melhorar seu desempenho enquanto trabalhador.

As raízes econômicas e sociais empregadas nesse pensamento nos leva a pensar a ideologia da classe dominante frente aos desafios de lidar ou esconder a miséria e a má formação dos trabalhadores. O ensino formalizado pela classe dominante faz com que os indivíduos, em maioria na sociedade, distanciem-se da educação por se sentirem incapazes de compreender o que é ensinado, ou pela pauperização do ensino ofertado pelo Estado. O conjunto ideológico que se forma é a aptidão para o trabalho e a negativa para a emancipação libertadora que a educação é capaz de construir:

A formação integral e humana na Educação de Jovens e Adultos depende sim de uma tomada de consciência desses sujeitos, mas antes, depende de uma tomada de consciência da sociedade, daqueles que possuem o poder de desenvolver políticas públicas voltadas a essa formação. Além disso, do compromisso desses e da coletividade envolvida, com uma educação de qualidade e libertadora, promovendo assim a devolução aos educandos/cidadãos a sua dignidade de desenvolvimento e de emancipação intelectual, profissional e social (Marca, 2023, p. 62).

A educação para o mundo do trabalho não pode ser fruto de alienação do trabalhador, mas antes motivo que o leva à reflexão e ao entendimento do mundo e de seu desdobrar. A sociedade em que o sujeito está inserido é a principal responsável pela promoção de tal ensino, e é o poder público o que primeiramente deve desenvolver políticas públicas para que isso ocorra de maneira eficaz.

Nesse sentido, a EJA nas Unidades Prisionais possui um trabalho redobrado ao fazer com que a educação colabore dentro das prisões para um ensino democrático, ou seja, trazer os indivíduos privados de liberdade ao conhecimento, ao acesso à cultura e à ressocialização, de maneira que integre seu percurso de forma positiva e faça com que a educação coopere com a cidadania.

A EJA ofertada nas unidades prisionais deve estar pautada não apenas no mundo do trabalho, mas na colaboração da construção de novos indivíduos que criem um pensamento crítico e colaborativo com a sociedade.

A educação nos sistemas prisionais se aprimorara ao longo do tempo, ela passa a ter um importante papel no âmbito da ressocialização:

O Estado democrático de direito tem o indeclinável dever de empreender políticas sociais endereçadas à construção ou ao resgate da cidadania. O princípio da não-exclusão aplica-se, com especial ênfase, às pessoas que estão cumprindo pena privativa de liberdade, que, assim, têm direito aos recursos indispensáveis à superação dos obstáculos à emancipação social. Só com a oferta de uma alternativa ao delito, o Estado tem legitimidade para o exercício do *ius puniendi*. A educação, neste cenário, apresenta-se como a mais importante política emancipadora (Marcondes; Marcondes, 2008, p. 3).

Trata-se de um direito inalienável, a educação dentro do sistema penitenciário é algo garantido por lei e deve assegurar ao indivíduo o exercício pleno ao seu direito à educação, direito esse ao qual, por inúmeras circunstâncias, lhe foram tirados em sua juventude.

A educação nos ambientes prisionais coopera de modo significativo dentro do processo de ressocialização. Deve ser um espaço crítico e democrático, que leve em conta a visão de mundo do educando, para uma educação verdadeira, que não se permite deixar descuidar da direção da humanização do sujeito ali inserido.

Trata-se aqui da questão da ressocialização, não se pode achar que o processo é mágico, ou que teremos uma mudança radical no sujeito de um dia para o outro, mas antes, como todo e qualquer processo, a ressocialização por completa depende de inúmeros fatores sociais, governamentais e econômicos aos quais podem ser realizados a curto, médio e longo prazo, que exige planejamento, tempo e discussões para criar estratégias e um olhar humanizado da sociedade, da prisão e da própria instituição escola sobre os indivíduos privados de liberdade:

[...] educar no sistema penitenciário toma, ou deveria tomar, uma responsabilidade ainda maior, não somente de instruir e oferecer oportunidades para a profissionalização, mas também no sentido de humanizar o indivíduo no processo de reinserção social. A educação é o melhor caminho para aumentar a autoestima e desenvolver a criatividade dos detentos, remodelando sua formação integral, reduzindo as possibilidades que os mesmos voltem a vida criminal e mostrando a eles que há uma vida digna, honesta e promissora fora das celas e que a mesma pode ser encontrada no ambiente profissional (Freitas; Oliveira, 2020, p. 3).

Nos sistemas prisionais, os quais são ofertados aos alunos o material destinado à EJA, cabe ao educador planejar e adequar o material para suas aulas de acordo com a realidade prisional, o que gera mais um desafio ao docente enquanto educador. São as práticas docentes de replanejar e adequar o material para suas aulas que promovem um ambiente democrático, que favorece a entrada da realidade histórica e cultural dos indivíduos ali presentes:

Quando um pedagogo quer exercer sua função no ambiente prisional, ele deve estar disposto a enfrentar diversos obstáculos, sejam eles didáticos, falta de

recursos e requisitos internos do presídio, falta de valorização dos próprios funcionários que afirmam que os presos não necessitam de estudo. Além disso, é muito comum ouvir coisas como as quais os detentos tiveram oportunidades fora desse ambiente e que muitos não creem na reabilitação social (Santos, 2015, p. 105).

Com o olhar positivo a essas barreiras, a educação fornece a reconstrução do indivíduo ali presente, ao oferecer aquilo que muitas vezes lhe foi tirado dentro da sociedade em suas diversas discrepâncias sociais e econômicas. A principal delas, a mais importante, é a educação, na qual qualifica e se torna um dos principais agentes de socialização de nossa sociedade:

Na atualidade, a educação nas prisões não deve ser concebida como mera medida humanitária ou estratégia de gestão prisional, e sim como um direito do preso. Trata-se de um direito que, se não pôde ser exercido na época oportuna, o Estado tem o dever de oportunizá-lo posteriormente, não havendo motivos para excluí-lo numa situação em que a pessoa está presa (Marcondes; Marcondes, 2008, p. 7).

Ao abordar as práticas docentes nos ambientes prisionais, falamos de todo o trabalho e comprometimento que vários docentes desenvolvem, muitas vezes sozinhos, para lidar com essa modalidade de educação. Realizar um bom plano de ensino, objetivos a serem alcançados, utilizar dos poucos recursos materiais que são disponibilizados ou que podem ser utilizados em tais ambientes, são fortes componentes que o docente vai procurar para tornar seu trabalho mais dinâmico.

Para que isso ocorra, as ações pedagógicas devem estar alinhadas de forma a favorecer que o trabalho docente em grupo e as perspectivas trazidas por cada área do conhecimento venham de encontro com esse pensamento, com sentido ao ato de lecionar em tal ambiente, de poder fazer com que a educação gere frutos e garanta novas perspectivas de vida para o ressocializando. Logo, é preciso alinhar conhecimentos e estratégias de ensino, fazer valer toda a perspectiva pedagógica que nos é apresentada na graduação e colocá-la em prática, que modifica o trajeto político pedagógico que nos foi apresentado até então:

[...] os alunos nessa modalidade de ensino, via de regra oriundos das camadas populares, com valores e expressão diferenciados daqueles que se estabelecem na cultura escolar, excluídos da escola regular por dificuldades de acesso, de conciliação com a inserção precoce no mercado de trabalho, ou da adaptação à própria organização escolar, e agora inseridos nessa instituição que não foi originariamente concebida para atender esse público, vão demandar um trabalho específico que considere o seu contexto de vida, necessidades de aprendizagem, desejos e expectativas em relação à escola e o vasto mundo de

conhecimentos construídos ao longo da vida (Diniz-Pereira; Fonseca, 2001, p. 60).

Percebemos que o aprendizado passa a ter efeitos positivos ao partimos de uma aprendizagem significativa, em outras palavras, o aluno privado de liberdade já traz consigo uma série de experiências vivenciadas dentro e fora do sistema prisional, e com a junção de tais experiências a uma proposta pedagógica dinamizada e adequada são capazes de fazer com que as práticas educativas sejam eficazes e possibilite ao aluno levar tal aprendizado ao se reinserir à sociedade:

[...] a educação, dentre outras práticas destinadas à ressocialização de detentos (as) sempre foram citadas como parte importante do processo de ressocialização, ou seja, nos processos de punição, a educação tem como função mudar os indivíduos, durante o cumprimento de pena, paralelamente às técnicas carcerárias [...] (Leme, 2018, p. 47).

A educação nas unidades prisionais deve ser um ponto de humanização diante de um sistema de vigilância e punição e não deve atender a um sistema que não reintegra o indivíduo, antes disso, deve cumprir seu papel de comprometimento do indivíduo com a cidadania, ao enxergá-lo como um ser humano, dotado de dificuldades, porém com grandes experiências e espírito crítico, que pode mudar um cenário de desigualdades tão fortemente marcado no Brasil, no qual tal oferta de ensino:

[...] não se refere apenas a conhecimentos básicos para a formação do indivíduo, não apenas como um direito fundamental, mas como um meio de acesso a saberes sistematizados que são desenvolvidos no espaço escolar, enquanto um lugar de contradições e lutas que estejam a serviço da promoção dos princípios mínimos de igualdade, bem como uma possibilidade de ruptura com os mecanismos geradores de desigualdade (José, 2019, p. 101).

O docente deve valer-se da criticidade dos estudantes privados de liberdade, deve aproveitar das inúmeras experiências para construir conhecimentos junto aos alunos, ao levar sempre em conta seu aspecto humano em constante construção, que agora foca em construir uma educação que possa ajudá-lo na emancipação e à maturidade, sempre em busca da cidadania plena de cada indivíduo e sua liberdade:

A libertação é o fim da educação. A finalidade da educação é libertar-se da realidade opressiva e da injustiça; tarefa permanente e infundável. [...] A educação visa à libertação, à transformação radical da realidade, para melhorá-la, para torná-la mais humana, para permitir que os homens e as mulheres

sejam reconhecidos como sujeitos da sua história e não como objetos [...] A educação deve permitir uma leitura crítica do mundo. [...] Paulo Freire foi chamado certa vez de andarilho da utopia. A utopia estimula a busca: ao denunciar certa realidade, a realidade vivida, temos em mente a conquista de outra realidade, uma realidade projetada. Esta outra realidade é a utopia. A utopia situa-se no horizonte da experiência vivida (Gadotti, 1996, p. 89).

Percebe-se a necessidade de constante aprimoramento dos professores, em vista da necessidade de melhor contribuir para a formação do indivíduo privado de liberdade. Devem ocorrer constantes formações e momentos de discussões, para que o trabalho seja realizado em conjunto com os demais professores, e com isso favorecer trabalhos interdisciplinares, em que cada disciplina caminhe lado a lado.

Assim, a educação nos ambientes prisionais reforça a função de humanização do indivíduo. Indivíduo esse que está privado de liberdade temporariamente e que, por meio da educação e de outros tantos fatores importantes à vida humana em sociedade, pode voltar de maneira emancipada para a sociedade, tornar-se um cidadão crítico, atuante na sociedade e na comunidade em que vive.

2.3. AS PRÁTICAS DOCENTES

É entorno da Educação de Jovens e Adultos que aqui se deve priorizar as práticas de ensino adotadas pelos professores das unidades prisionais, são os mesmos objetos de estudo e análise diante do pensamento de Paulo Freire.

Na EJA, nas unidades prisionais, os docentes devem estar atentos ao momento histórico e a realidade em que estão inseridos e realizar a ponte necessária entre o saber e o diálogo, para uma educação voltada à autonomia do indivíduo:

A perspectiva dialógica da EJA é mostrada sob diferentes aspectos: a leitura de mundo a partir de atividades e experiências que possibilitam a discussão e a apreensão da realidade; o respeito aos ritmos de aprendizagens dos/das estudantes traduzidos no *tirar dúvidas, incentivar a capacidade de realização de atividades*; a amorosidade vista no *clima da confiança, zelo pela aprendizagem e cuidado com o ambiente escolar* [...] (Santiago; Batista Neto, 2016, p. 134).

Ao adentrar no pensamento de Freire (2014), em seu livro *Pedagogia da Autonomia*, é preciso compreender a relação entre o educador e o educando, o primeiro deve se atentar

criticamente a sua prática de ensino, ao abandonar a prática do que o autor denomina de uma educação bancária, que permite ao educando apenas ser o receptor dos conteúdos e acrítico da realidade vigente.

Para Freire, o educador deve assumir uma postura democrática ao expandir o olhar dos educandos com uma proposta educacional crítica da realidade, contra a alienação e a exploração desenvolvida pelo sistema vigente. “Ensinar não é *transferir conhecimentos*, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção” (Freire, 2014, p. 47).

A proposta de uma prática de ensino que leve o indivíduo a constituir-se sujeito é o paradoxo de um sistema de ensino vinculado à reprodução das relações de classes, ou a imposição da ideologia da classe dominante, é fazer do educando um sujeito crítico, que assimile o conhecimento com a realidade e constitui-se como sujeito de si, de sua própria autonomia e criticidade.

Para isso, faz-se necessário que os educadores possuam uma prática docente crítica e dialética, que reflita sobre suas ações para a melhoria da aprendizagem dos alunos. Não podemos dizer que há docência sem haver a discência, ambas se completam e são protagonistas do ensino aprendizagem. Segundo Guedes, Silva e Abreu (2016, p. 261):

A reflexão crítica da prática suscita um aperfeiçoamento da prática do educador e a superação de uma curiosidade ingênua para uma curiosidade epistemológica por parte do educando. A reflexão crítica incita uma disponibilidade para mudar, e neste sentido, mudar significa desenvolver atitudes de ruptura com as desigualdades, exploração e alienação.

Respeitar a leitura de mundo de cada indivíduo diante das práticas educativas é fundamental para o sucesso da aprendizagem, o aluno só conhece de fato ao conseguir aplicar o que aprendeu na sua realidade, diante de sua perspectiva crítica e concepção de mundo ao qual está inserido e não se pode desvincular diante da historicidade do momento.

O educador democrático é aquele que permite o aluno elucidar suas opiniões, sua vivência e sua concepção e leitura de mundo, para que o conhecimento seja um processo de construção entre o conhecimento e a realidade do aluno. Conforme Freire (2014, p. 120):

Respeitar a leitura de mundo do educando significa tomá-la como ponto de partida para a compreensão do papel da *curiosidade*, de modo geral, e da humana, de modo especial, como um dos impulsos fundantes da produção do conhecimento. É preciso que, ao respeitar a leitura de mundo do educando para ir mais além dela, o educador deixe claro que a curiosidade fundamental à inteligibilidade do mundo é histórica e se dá na história, se aperfeiçoa, muda qualitativamente, se faz metodicamente rigorosa.

A curiosidade despertada no aluno favorece o espírito de conhecimento de si e da realidade, de questionar e de ser crítico, de pensar novas formas de ver o mundo e novas alternativas para aplicar seu conhecimento diante de sua realidade. O despertar da curiosidade no aluno é a prática de ensino mais complexa e perspicaz que um educador pode realizar, pois a partir desse despertar pode-se pensar uma educação crítica, que vá contra as injustiças sociais e as explorações do sistema capitalista.

Na EJA, nas unidades prisionais, o caminho para as práticas de ensino que favoreçam a ressocialização deve ou deveria estar acompanhado desse pensamento, em que os sujeitos ali inseridos possuem uma visão de mundo, de classe e uma crítica social enraizadas em seus pensamentos, que devem ser exploradas pelos educadores junto com a construção do conhecimento em sala de aula.

Novamente, afirma-se que o aluno aprende de fato ao poder aplicar em sua realidade o aprendizado que recebeu em sala de aula. Para os indivíduos privados de liberdade, o conhecimento crítico da realidade se revela se as práticas de ensino se voltam a realidade cultural e social no qual eles estão inseridos, facilita-se assim a construção da ponte entre o conhecimento e a realidade de mundo de cada um, pelo qual o saber crítico se debruça diante de indagações, questionamentos e críticas à realidade vigente que uma boa prática de ensino pode favorecer.

2.4. A EDUCAÇÃO NAS PRISÕES NO ESTADO DE SÃO PAULO

Ao contar com a maior população carcerária do país, o Estado de São Paulo de acordo com dados da Consultoria Jurídica em 2021, consta com 209,4 mil presos, que segundo os dados do próprio governo do Estado, cerca de 18 mil presos estão matriculados nas escolas nas unidades prisionais.

O Estado de São Paulo, em resolução conjunta da Secretaria de Educação (SEDUC), a Secretaria da Administração Penitenciária (SAP) e a Fundação de Apoio ao Preso Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel (FUNAP), promulgou no ano de 2011 a educação nas prisões do Estado com conexão com o ensino público, no qual a educação nas unidades prisionais estão ligadas automaticamente a uma escola pública da região ou cidade em que a unidade prisional se encontra (São Paulo, 2011).

A iniciativa conjunta da SEDUC e da SAP proporcionou que os alunos privados de liberdade passassem a obter todo o aparato destinado à educação de jovens e adultos de maneira formal e gratuita por meio do vínculo ativo com uma unidade escolar. O que faz com que os alunos da EJA das unidades prisionais possam ter seus históricos, assim como o certificado de conclusão do ensino e a garantia dos direitos básicos de todo o estudante na modalidade EJA.

A educação nas unidades prisionais do Estado de São Paulo por muito tempo ficou à disposição da FUNAP, que exerceu e ainda exerce um papel forte dentro do projeto de ressocialização nas unidades prisionais com outros projetos.

A FUNAP está vinculada à SAP desde 1976 e desenvolve a mais de 40 anos políticas públicas voltadas à ressocialização por meio de projetos sociais, assistência jurídica, formação profissional, social e cultural para os indivíduos privados de liberdade no Estado de São Paulo.

Contudo, conforme aponta Leme (2018), a Educação Formal que ficou entre 1979 e 2010 aos cuidados da FUNAP, ela não era legalmente reconhecida como uma Instituição de Ensino. Diante disso, ocorreu que toda prática educativa realizada nas prisões não tivesse validade. Nas palavras de Leme (2018, p. 79):

Por mais que houvesse a formalidade dos registros, a aplicação de avaliações, do cumprimento de carga horária, da elaboração de projetos pedagógicos, tudo o que foi realizado, não sendo reconhecido, foi tratado como informal ou não formal. [...] os alunos para alcançarem um certificado que validasse o tempo de estudo, nesse período, tinham que recorrer aos exames públicos de eliminação de matérias e de certificação [...].

Não obstante, a retirada da educação básica à cargo da FUNAP e a ligação agora ao sistema de ensino da SEDUC pode proporcionar maior qualidade do ensino, um melhoramento do currículo e trazer novas perspectivas para que se possa pensar uma educação de qualidade dentro dos sistemas prisionais, assim como é a modalidade da EJA ofertado nas escolas.

Em 17 de agosto de 2011, foi criado o Programa de Ensino nas Prisões (PEP) pela via do Decreto Estadual nº 57.238/2011, o que representou um avanço significativo na busca pelo direito ao acesso à educação básica aos indivíduos privados de liberdade. Isso trouxe novas perspectivas a serem consolidadas pelo Estado para melhor contribuir na reinserção e ressocialização dos indivíduos privados de liberdade:

Nessa perspectiva, a criação e implementação, do PEP teve como inspiração, uma vez que todos sabiam da imposição por lei e urgência para a efetivação da proposta, elaborar um projeto que servisse enquanto instrumento de emancipação humana, capaz de desenvolver o processo cognitivo, ético e

crítico dos indivíduos, ressignificando, assim, uma experiência ancorada no exercício autoritário do poder [...] (Leme, 2018, p. 90).

De acordo com o Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional vigente (2020-2024), ficou a cargo da SEDUC:

De acordo com a estrutura e funcionamento da Secretaria da Educação (SEDUC), reestruturada pelo Decreto Estadual 64.187, de 17 de abril de 2019, e com o que dispõe a legislação vigente, o órgão estadual é responsável, por meio de suas Diretorias de Ensino e Unidades Escolares, por oferecer escolarização de Ensino Fundamental e Médio, na modalidade EJA, em classes escolares nos estabelecimentos penais, utilizando metodologia que atenda às características do público em situação de privação de liberdade e à estrutura organizacional dos estabelecimentos que integram o sistema prisional paulista, articulando-se com estes; e por meio de seus órgãos centrais, realizar as articulações necessárias e expedir orientações sobre esta oferta, a partir das atribuições legais de cada Coordenadoria da SEDUC (São Paulo, 2020, p. 20).

A criação do Programa de Ensino nas Prisões (PEP) possibilitou uma nova perspectiva educacional nas prisões, que atualmente são vinculadas à SEDUC, o que possibilita não só a oferta do ensino, mas de um ensino formal, que favoreça o crescimento intelectual, crítico, cultural e social de cada indivíduo. Assim, é levado em conta um histórico educacional (como em qualquer outra instituição de ensino) com a certificação após a conclusão das etapas do ensino fundamental e médio nas prisões:

Os estudantes matriculados nas classes de EJA em funcionamento nas Unidades Prisionais (UP) são estudantes da rede estadual, motivo pelo qual devem ter garantidos seu direito de acesso e permanência escolar, respeitando-se as características e os procedimentos de segurança do sistema prisional. Por esse motivo, a Supervisão realiza visitas às classes em funcionamento, mantém a articulação necessária regional e localmente, acompanha o desenvolvimento dos estudantes e, juntamente com o Núcleo Pedagógico, propõe e realiza ações formativas específicas, dentro de suas atribuições [...] (São Paulo, 2020, p. 22).

O PEP conta com professores contratados pela SEDUC, os quais por meio da análise do perfil são convidados a lecionar em tais lugares, ao levar em consideração a modalidade EJA e o ambiente prisional, os professores devem adequar os conteúdos segundo a necessidade e o ambiente em que são inseridos, para melhor aproveitá-los e estarem de acordo com a realidade dos indivíduos privados de liberdade.

Se faz necessário um olhar atento à diversidade social, cultural e regional em cada unidade prisional, as prisões no Estado de São Paulo estão distribuídas de maneira desigual e

nada estratégicas na capital do Estado e nas regiões interioranas. Logo, é preciso que cada escola planeje e adeque seu projeto pedagógico à realidade vigente ou a multiculturalidade presente em cada ambiente.

O PEP tem como objetivo ofertar uma educação de maneira ampla, que assegura a educação básica com excelência, que promove o desenvolvimento pessoal, cultural e profissional de cada indivíduo privado de liberdade, como forma de ressocialização e preservação da dignidade humana.

O Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional, segue os seguintes objetivos:

1. Gerir de forma compartilhada os programas educacionais para pessoas privadas de liberdade (PPL) no sistema prisional;
2. Fomentar a participação das pessoas privadas de liberdade (PPL) nos programas de leitura dirigida, por meio de clubes/grupos de leitura nas Unidades Prisionais (UP) e nos Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTP);
3. Fomentar e acompanhar a leitura livre, por meio de empréstimos de livros nas Unidades Prisionais (UP) e nos Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTP);
4. Ampliar a oferta e a ocupação de vagas disponíveis da educação formal para as pessoas privadas de liberdade (PPL);
5. Ampliar as oportunidades de cursos de capacitação para os servidores da Secretaria de Administração Penitenciária (SAP), Secretaria da Educação (SEDUC) e Fundação “Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel” (FUNAP), que executam e apoiam as atividades educacionais;
6. Ampliar a oferta de cursos de aperfeiçoamento e especialização para os servidores da Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) que possibilitem evolução no plano de carreira de Agente de Segurança Penitenciária (ASP) e de Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária (AEVP);
7. Proporcionar a participação ativa de pessoas privadas de liberdade (PPL) como monitoras de apoio à educação e de sala de leitura para atividades educacionais;
8. Ampliar a participação de pessoas privadas de liberdade PPL) aptas a realização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM PPL);
9. Ampliar a participação de pessoas privadas de liberdade (PPL) aptas a realização do Exame Nacional para a Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA PPL);
10. Ampliar a participação de pessoas privadas de liberdade (PPL) nos cursos de qualificação e capacitação profissional;
11. Ampliar a participação de egressos nos cursos de qualificação e capacitação profissional;
12. Ampliar a participação do público LGBTIA+ nos cursos de qualificação e capacitação profissional (São Paulo, 2020, p. 6-7).

Em vista a tais objetivos, percebemos o compromisso em manter uma educação sólida e a oferta dos direitos básicos às pessoas privadas de liberdade.

O Programa de Ensino nas Prisões (PEP) tem por responsabilidade colaborar para a ampliação da cidadania e a inclusão dos indivíduos na sociedade, por meio dos desafios da ressocialização e da educação, que pode promover uma educação crítica, em que cada agente do sistema colabore integralmente para que as propostas humanizadoras e emancipatórias possam favorecer a reinserção dos indivíduos novamente na sociedade de maneira ativa e digna.

Diante dos dados colhidos na presente pesquisa, as quatro unidades prisionais da escola vinculadora possuem a seguinte rotina: aulas no período matutino, das 7h às 11h30, e no período vespertino, das 13h às 17h30, com turmas diferenciadas. Os docentes devem chegar com antecedência, pois passarão por revista, detector de metais e *scanner* em seus materiais, que devem ser apenas o básico para as aulas, colocados em pastas ou bolsas plásticas transparentes.

Os docentes não podem usar roupas ou sapatos que possuam nada metálico, e fica a cargo dos agentes de segurança “convidar” os professores para passar pelo *scanner* corporal se acharem pertinente.

Após a revista, os professores atravessam cerca de 8 portões ou grades até chegarem às salas de aula no pavilhão escolar e iniciar as aulas sem intervalo. Em dias de procedimentos internos como blitz (revistas das celas e dos internos), pecúlio (compra de alimentos por parte dos internos) ou agitação em algum pavilhão, as aulas são suspensas e os professores cumprem seus devidos horários na unidade escolar vinculadora. Vale dizer que se acaso a aula estiver em curso e alguma ocorrência acontecer em algum setor da penitenciária, as aulas são interrompidas imediatamente por questões de segurança.

3. DELINEAMENTO METODOLÓGICO

Este capítulo tem por objetivo apresentar o caminho metodológico que se deu esta pesquisa, assim como o desenvolvimento do produto educacional tecnológico.

Toda pesquisa científica é dotada de um método, o que garante suas bases epistemológicas, assim, segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 43):

A pesquisa científica é a realização de um estudo planejado, sendo o método de abordagem do problema o que caracteriza o aspecto científico da investigação. Sua finalidade é descobrir respostas para questões mediante a aplicação do método científico. A pesquisa sempre parte de um problema, de uma interrogação, uma situação para a qual o repertório de conhecimento disponível não gera resposta adequada. Para solucionar esse problema, são levantadas hipóteses que podem ser confirmadas ou refutadas pela pesquisa. Portanto, toda pesquisa se baseia em uma teoria que serve como ponto de partida para a investigação.

Por meio do método científico, abordou-se o problema e se levantou hipóteses para que se possa solucionar tais problemas. Logo, a pesquisa científica ganha um norte para o desenvolvimento de suas etapas, ao partir do problema a ser investigado até suas possíveis soluções.

3.1. CARACTERIZAÇÃO DO TIPO DE PESQUISA

Para que o presente estudo se solidificasse, realizou-se uma pesquisa exploratória, em que se desenvolveu o levantamento bibliográfico dos motivos que as instituições sociais (Estado, Escola, Igreja, etc.) não conseguiram socializar o indivíduo, ao colocá-lo fora do convívio social ou ao marginalizá-lo, o que acarretou a perda de sua liberdade e levou-o a adentrar ao sistema penitenciário (que por excelência, deveria ser um ambiente de ressocialização). Para isso, analisou-se a partir da ótica de Michel Foucault e outros pensadores sobre a questão da (res)socialização e as instituições sociais, além de artigos e periódicos sobre o tema, bem como outros trabalhos como dissertações e teses que tratam sobre o assunto e que foram analisados.

No mesmo percurso de revisão e levantamento bibliográfico, analisamos minuciosamente os documentos sobre as unidades prisionais assim como as resoluções em conjunto com a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo para compreender em que contexto e de que forma o ensino adentrou os sistemas prisionais.

A Revisão Bibliográfica tem consigo um papel importante dentro da pesquisa científica, pois por meio dela o pesquisador pode se aprofundar no assunto, buscar novas teorias sobre o problema pesquisado e gerar novas hipóteses que foram analisadas durante a pesquisa. Segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 131):

Nessa etapa, como o próprio nome indica, analisamos as mais recentes obras científicas disponíveis que tratem do assunto ou que deem embasamento teórico e metodológico para o desenvolvimento do projeto de pesquisa. É aqui também que são explicitados os principais conceitos e termos técnicos a serem utilizados na pesquisa.

A revisão da literatura demonstra que o pesquisador está atualizado nas últimas discussões no campo de conhecimento em investigação. Além de artigos em periódicos nacionais e internacionais e livros já publicados, as monografias, dissertações e teses constituem excelentes fontes de consulta. Revisão de literatura difere-se de uma coletânea de resumos ou uma “colcha de retalhos” de citações.

Durante o segundo momento da pesquisa, realizou-se a pesquisa de campo em uma escola vinculadora do sistema prisional no interior do Estado de São Paulo, diante de visita à escola vinculadora e com entrevistas e diálogos com os educadores das unidades prisionais, onde foram colhidos dados que visam possíveis práticas de ensino que possam contribuir com os alunos quanto à ressocialização.

Sobre a pesquisa de campo, Prodanov e Freitas (2013, p. 59) define:

[...] pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema para o qual procuramos uma resposta, ou de uma hipótese, que queiramos comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. Consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que presumimos relevantes, para analisá-los.

A educação é uma das principais fontes de (res)socialização social, e dentro dela deve-se buscar meios para que o trabalho realizado nas unidades prisionais não seja algo desacreditado, mas antes, cumpra seu papel como um dos fatores que colaborem para a reinserção do indivíduo na sociedade, assim como sua emancipação e o livre exercício da cidadania.

Para isso, analisou-se as perspectivas dos docentes das diversas áreas do conhecimento em busca de boas práticas a serem colhidas e analisadas para compor o presente projeto.

É de suma importância que os dados colhidos façam jus ao tema proposto, ao levar a contextualizar e analisar na prática como a educação dentro das unidades prisionais deve ser motivo de suma relevância para a sociedade contemporânea.

A presente pesquisa constou com os seguintes procedimentos metodológicos:

- Revisão bibliográfica para o aprofundamento do tema discussão sobre o assunto, além da análise minuciosa dos documentos Estaduais sobre a Educação nas prisões no Estado de São Paulo;

- Pesquisa de campo e estudo de caso (coleta de dados por meio de visita à escola vinculadora e de entrevistas estruturadas (Apêndice B) com os professores que atuam no sistema prisional), com a aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa, com o Registro CAAE de número 73747423.1.0000.5547;

- Análise crítica descritiva dos dados colhidos por meio da análise do discurso e da pesquisa qualitativa;

- Desenvolvimento do produto educacional tecnológico em forma de *E-book*, para possíveis contribuições nas práticas pedagógicas dos docentes que atuam ou atuarão nas unidades prisionais.

O problema levantado na presente pesquisa é a preocupação do autor em tratar da educação e das práticas de ensino dentro das unidades prisionais, quanto à questão: podem as práticas docentes e seus discursos colaborar no processo de ressocialização?

Levantou-se uma busca na obra Vigiar E Punir: o nascimento das prisões de Michel Foucault sobre a questão da prisão, do poder, da disciplina e do adestramento dos corpos na sociedade e sobretudo dentro das unidades prisionais, nos quais os sistemas de vigilância e punição são constantes, assim como no pensamento de Althusser, Bourdieu e Passeron sobre o modo de reprodução da ideologia dominante do sistema capitalista que a instituição escola promove. Diante da perspectiva dos filósofos e de outros pensadores, a revisão bibliográfica pode trazer dados importantes sobre o assunto além de trazer a fundamentação teórica necessária para a presente pesquisa.

Deve-se lembrar que a educação não é o elemento único que vai salvar e ressocializar por completo os indivíduos privados de liberdade, pois tais indivíduos dependem de outros inúmeros fatores para se reinserirem de maneira digna na sociedade.

Observou-se também a necessidade de um olhar atento à educação de jovens e adultos como instrumento de emancipação do indivíduo, em vista da forte demanda e o alto índice de

jovens e adultos que não conseguiram terminar o ensino básico na idade adequada, assim como a necessidade dos educadores que atuam nas unidades prisionais de adequarem os conteúdos do currículo para que os assuntos sejam tratados de acordo com a realidade em questão.

A pesquisa de campo e estudo de caso realizou-se por meio de visitas à escola vinculadora e a coleta de dados realizou-se por meio de entrevistas estruturadas² diante de gravações pela plataforma *Google Meet*, ao proporcionar o contato direto com os professores atuantes nas unidades prisionais que enriquecem o desenvolvimento desta pesquisa. Logo, “o estudo de campo tende a utilizar muito mais técnicas de observação do que de interrogação” (Gil, 2008, p. 57).

Para analisar os dados colhidos, usou-se da pesquisa qualitativa, ao levar em conta o contato direto com o ambiente e o objeto do estudo em questão, que favorece a observação dinâmica entre o mundo real e os sujeitos ali inseridos.

Sobre a pesquisa qualitativa, Souza e Santos (2020, p. 1400) esclarece:

[...] a pesquisa de cunho qualitativo tem seu foco de interesse voltado para o indivíduo e para suas relações e interações com o ambiente. Do pesquisador, por sua vez, supõe contato direto e prolongado com o ambiente e a situação que está sendo investigada, num intenso trabalho de campo. Com isso, temos um método que se debruça com as formas de percepção do mundo, de comunicação, de autoconhecimento e de conhecimento dos problemas humanos.

Do mesmo modo, o presente estudo usou a análise do conteúdo do discurso para verificar se há na fala dos professores a reprodução do discurso hegemônico social, que de forma ideológica tende a desmerecer o trabalho desenvolvido nas unidades prisionais e não acreditar na ressocialização do indivíduo ou se é possível desenvolver práticas de ensino que colaborem para o papel da educação nos ambientes prisionais, em que favorece a ressocialização dos indivíduos ali presentes.

Sobre a análise do conteúdo, entende-se, segundo Laurence Bardin (2004, p. 41, *apud* Sousa; Santos, 2020, p. 1400), um conjunto de técnicas de:

análise das comunicações, que visa obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem as inferências de conhecimentos relativos de condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

² O roteiro da entrevista estruturada consta no Apêndice B da presente pesquisa.

Parafraseando Souza e Santos (2020, p. 1400), a análise de conteúdo são instrumentos metodológicos capazes de estar em constante aprimoramento, que tem por objetivo analisar diversas contribuições de conteúdo, que variam entre verbais e não-verbais, por meio de métodos colocados na análise dados.

O resultado final da presente pesquisa é a análise detalhada dos dados colhidos, assim como a discussão com os autores elencados sobre o problema. O resultado da pesquisa se materializou na forma de *E-Book*, como Produto Educativo Tecnológico (PET), que traz possibilidades de práticas pedagógicas para os professores que atuam ou atuarão nas unidades prisionais.

3.2. LOCAL DA PESQUISA

Inicialmente, realizou-se o contato com a Diretoria de Ensino da região da escola pretendida a esse estudo, por meio de uma carta de apresentação do pesquisador e o pedido de permissão para a pesquisa fornecida pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), que foi deferida pela dirigente regional de ensino. Logo após, realizou-se o pedido para a gestão escolar para realizar a pesquisa, pedido esse que também foi aprovado. Em seguida, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética para aprovação, o que foi obtido.

O estudo foi aplicado em uma Escola Estadual vinculada às unidades prisionais, de uma cidade do interior paulista. A escolha dessa escola se deu por dois fatores importantes: a primeira, no que diz à quantidade de unidades prisionais da pequena cidade, que conta com quatro penitenciárias e, a segunda, pelos professores que ali atuam, alguns desde o início do PEP.

A escola vinculadora das unidades prisionais é responsável por realizar as matrículas dos alunos privados de liberdade, promover a educação por intermédio da EJA, fornecer capacitação para os professores que ali lecionam, realizar os conselhos de classe e demais encontros coletivos além da certificação dos estudantes privados de liberdade.

Ao ter contato por meio de visitas à escola vinculadora e diante das entrevistas, colheu-se os seguintes dados:

- A escola vinculadora das unidades prisionais é a única escola estadual da cidade e que oferece ensino médio aos alunos da devida cidade, enquanto nas unidades prisionais disponibiliza o ensino desde os anos iniciais do Ensino Fundamental até o Ensino Médio.

- O acolhimento do PEP na referida escola nunca foi de bom grado, dado a gestão sempre compreender um “trabalho a mais”, no qual não há ressarcimento monetário por isso.

Desde o ano de sua implementação, o PEP passou por diversos aprimoramentos e constantes mudanças na referida escola, de acordo com a vontade da gestão. Porém, com o passar do tempo, o PEP recebeu uma coordenadora apenas para o ensino prisional, mesmo assim, o descontentamento com o vínculo prisional na escola continuou a ser motivo de promoção de um ambiente hostil, que promove a invisibilidade dos professores da unidade prisional, a começar pelo espaço físico destinado às atividades pedagógicas semanais e local de cumprimento de horário em dias de procedimentos internos nas unidades prisionais, trata-se de uma antiga sala, com cadeiras e mesas quebradas, com armários destinados à guarda de materiais de Educação Física, dentre outros materiais.

No ano de 2021, a referida escola passou a acolher o Programa de Ensino Integral (PEI), em que os professores que fazem parte das unidades prisionais foram deslocados para uma escola na cidade vizinha, com toda a logística de seus trabalhos mudados por um ano.

No ano de 2022, o ensino prisional volta a fazer parte da escola da mesma cidade, agora acompanhados por uma nova coordenadora, que entende a educação no sistema prisional, ao atentar-se de forma significativa para colaborar com os professores das unidades prisionais.

Por ter se tornado uma escola PEI, a invisibilidade do PEP se tornou ainda mais profunda dentro do ambiente escolar, como se o PEP fosse um estorvo presente naquele local. A pedido do pesquisador, foi disponibilizado pela direção o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, que até então é desconhecido dos professores e não consta em nenhuma plataforma digital. O PPP trata brevemente sobre o PEP, e nem sequer considera em seu texto o conceito de ressocialização, ou seja, há uma preocupação por excelência com a PEI, o que resulta no descaso com o PEP.

No site oficial da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo são listados somente os nomes dos professores do ensino regular, nem sequer consta que a escola possui o PEP e nem os nomes dos devidos professores do programa.³

³ Não traremos aqui o *link* do site, para não revelar a devida escola e a cidade em questão.

São esses sujeitos da pesquisa, que sobrevivem ao descaso do próprio sistema, comprometem-se a desenvolver a educação dentro dos sistemas prisionais.

3.3. SUJEITOS DA PESQUISA

Na referida escola, os sujeitos que participaram da pesquisa integram o quadro do magistério estadual de São Paulo e atuam no PEP. Foi pedido à secretaria o *e-mail* de todos os professores que atuavam no PEP, em que foi estendido o convite a todos por meio de *e-mails* individuais, aos quais o critério de seleção dos participantes foram os (5) cinco professores que respondessem primeiro ao convite para a realização das entrevistas.

Obtivemos a resposta de cinco professores das seguintes áreas:

Quadro 1: Áreas de Atuação dos Docentes

Professor	Área de Atuação
Professor 1	Matemática
Professor 2	Ciências Humanas
Professor 3	Ciências da Natureza
Professor 4	Códigos e Linguagens
Professor 5	Alfabetização (Anos Iniciais do Ensino Fundamental)

Fonte: O Autor (2024)

Ainda diante das visitas à escola vinculadora e diante de dados colhidos nas entrevistas, constatou-se:

- Os professores que atuam no PEP são contratados pelo Estado, denominados professores “categoria O”, além de duas professoras que são denominadas estáveis “categoria F”.
- Professores titulares de cargo não podem lecionar dentro das unidades prisionais.⁴
- Os professores passam por avaliações periódicas a cada três meses, e estão sujeitos à recondução no programa ou não, ou seja, caso haja um desvio ou algum problema colocado

⁴ O Estado de São Paulo separa os professores por categorias, que são os titulares de cargo (efetivos) categoria A, professores estáveis, categoria F, que tinham aulas atribuídas em (02/06/07) data da LC 1.010/2007. e os professores contratados por período de 2 a 4 anos, categoria O.

pela gestão escolar ou pela unidade prisional, o professor não é reconduzido e fica impedido de lecionar nas unidades prisionais.

- A avaliação realizada pela escola vinculadora segue o modelo disponibilizado e padronizado pela Diretoria Regional de Ensino, que pontua os professores de 1 a 5 pontos em 8 requisitos.

A pontuação segue de acordo com os indicadores:

- 1 ponto – INSUFICIENTE (indica baixo desempenho no indicador, demonstrando que o professor possui muitas dificuldades na realização de suas atribuições).
- 2 pontos – REGULAR (indica desempenho moderado no indicador, demonstrando que o professor possui alguma dificuldade na realização de suas atribuições).
- 3 pontos – BOM / EFICIENTE (indica desempenho que atende às expectativas em relação ao indicador).
- 4 pontos – MUITO BOM / COMPETENTE (indica que o professor atende ao indicador com competência agregando valor à ação).
- 5 pontos – ACIMA DAS EXPECTATIVAS (indica que o professor atende ao indicador, superando as expectativas).

Que analisa os seguintes requisitos do perfil do professor:

I – Assiduidade - Índice de frequência do docente ao trabalho, executando-se as faltas abonadas. Avaliar se o professor foi assíduo, evitou atrasos e ausências durante o período avaliado, e se manteve comunicação prévia sobre ausências. Considerar a assiduidade para ministrar aulas, bem como a participação nas ATPC promovidas pela escola.

II – Disciplina - Cumpre as normas e procedimentos de segurança estabelecidos no local de trabalho, bem como o planejamento pedagógico elaborado. Avaliar se o professor não deixou que interesses/compromissos pessoais prejudicassem o andamento dos trabalhos, se providenciou atividades e orientações a serem desenvolvidas com os alunos e se cumpriu os prazos solicitados (pela SEE e SAP), bem como manteve os registros e diários de classe atualizados e organizados.

III - Capacidade de Iniciativa - Busca solucionar problemas do dia-a-dia de maneira proativa independente de estímulos externos e apresenta propostas novas oriundas das necessidades dos alunos, ou seja, antecipa-se na execução dos trabalhos antes mesmo de ser cobrado. Avaliar se o professor formula e reformula suas atividades a partir de erros, faz sugestões e críticas construtivas ao trabalho; se procura conhecer a instituição onde atua inteirando-se da sua estrutura e funcionamento e de suas atribuições.

IV – Responsabilidade - Assume compromissos e empenha-se nas obrigações de trabalho; conhece e domina os conteúdos a serem ministrados em sua classe/disciplina. Avaliar se o professor conhece os objetivos do Projeto em que atua, bem como suas orientações pedagógicas (da escola, DE e SEE) e se organiza com responsabilidade – evitando desperdício e mau uso dos recursos físicos – os materiais didático-pedagógicos utilizados com os alunos nas atividades, de forma contextualizada, verificando com atenção os que podem oferecer riscos de segurança e mantendo comunicação com a área pedagógica da unidade prisional e com a escola vinculadora.

V - Comprometimento com a Administração Pública - Conhece a legislação e as orientações emanadas da escola/DE/SEE e SAP, tem visão de responsabilidade organizacional e consciência da limitação dos recursos disponíveis. Zela pelo patrimônio do local de trabalho e evita desperdícios. Atua de forma ética e profissional com o público atendido no projeto educacional e participa das ações de formação realizadas pela rede.

VI – Eficiência - Empenhou-se em solucionar situações de trabalho que demandaram buscar o melhor rendimento com o mínimo de erros. Em sua prática educativa promove o envolvimento e a participação dos alunos às atividades propostas e administra ações contra preconceitos e discriminações. Relaciona-se bem com os colegas de trabalho e alunos, com espírito cooperativo e solidário, favorecendo o relacionamento cordial e interpessoal.

VII – Produtividade - Engaja-se nos trabalhos no qual é envolvido dedicando-se na obtenção de resultados. Racionaliza e otimiza o tempo na execução das tarefas. Avaliar se o professor põe em prática os pressupostos e eixos norteadores do Projeto em que atua, de acordo com a legislação vigente, tais como a utilização de metodologias flexíveis de ensino, visando a melhoria do desempenho escolar, a aprendizagem dos alunos e a continuidade dos estudos.

VIII - Perfil - O professor tem postura ética condizente com o trabalho dentro de estabelecimento penal. Avaliar o professor quanto: proximidade com um aluno, desvio de comportamento / postura, conversas fora do contexto das aulas, questionamento normas das unidades prisionais, recusa em cumprir normas das unidades prisionais.

O professor pode não ser reconduzido se acaso obtiver menos da metade da pontuação elencada no perfil, ou seja, menos que 20 pontos.

Outro aspecto importante do dado colhido é que nenhum professor da unidade prisional leva a nota máxima em nenhum dos requisitos, disposta no documento como 5 pontos, diante da perspectiva da diretora do programa da escola vinculadora alegar que “Nem ela é 5!” (acima das expectativas), então nenhum professor pode ser.

Os professores são obrigados a registrar dois pontos, um ponto físico com assinatura diária na escola vinculadora e o ponto digital na unidade prisional (o segundo de caráter apenas punitivo), que é enviado para a escola vinculadora todo mês com os registros de horários de entrada e saída de cada professor. Se o professor assinar o ponto na escola e não registrar o ponto digital ou se estiver atrasado por alguns minutos levará falta dia, também levará falta dia se o professor não assinar o ponto físico na escola e bater o ponto digital apenas na unidade prisional, por isso o caráter punitivo do ponto digital, pois não vale para provar que o professor trabalhou, apenas para punir em caso de atraso.

Esta pesquisa levou em conta a disponibilidade de tempo dos professores para participarem das entrevistas remotas *on-line* via *Google Meet*. Por critério de exclusão, foi considerado a desvinculação do professor do PEP, a autoexclusão ou afastamento legais acima de quinze dias por motivos de saúde ou outros.

Aos participantes que aceitaram o convite, foi enviado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assim como o Termo de Consentimento para uso de imagem e som de voz (TCUISV) devidamente aprovados pelo Comitê de ética e pesquisa com seres humanos (CEP).

Para a eficácia e o anonimato dos participantes, os mesmos serão nomeados como professor 1 a professor 5 para a descrição de suas entrevistas, a adotar a ordem das entrevistas realizadas de acordo com o cronograma a seguir:

Quadro 2: Datas das Entrevistas

Dia da Entrevista	Participante
14/11/2023	Professor 1
18/11/2023	Professor 2
21/11/2023	Professor 3
25/11/2023	Professor 4
28/11/2023	Professor 5

Fonte: O Autor (2024)

São aos professores que atuam no sistema prisional que se destinará a criação PET, para que seja colhido dados sobre as práticas educacionais já realizadas dentro do ambiente prisional na modalidade EJA e oferecido a outros profissionais que atuam ou atuarão no sistema prisional.

3.4. CRITÉRIOS ÉTICOS

Os critérios éticos estabelecidos nessa pesquisa foram previamente aprovados pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) em 2023.

No início do segundo semestre de 2023, foi submetido na Plataforma Brasil o projeto de pesquisa com seres humanos intitulado Educação nas Prisões: Educação como forma de ressocialização por meio das práticas docentes no Estado de São Paulo (Guia sobre a EJA nas unidades prisionais como instrumento de ressocialização).

Durante esse percurso, o pesquisador teve uma série de cuidados éticos com documentações e pedidos de permissão para que a pesquisa fosse aprovada. Inicialmente, pediu-se duas cartas de apresentação para coordenação do PPGEN da UTFPR endereçadas à Diretoria de Ensino no Interior Paulista e outra para a Escola Estadual, na qual a presente pesquisa se realizou.

Com os documentos de aprovação em mãos, os outros documentos como: projeto detalhado, cronograma, ementa, roteiro das entrevistas, TCLE-TUCISV, orçamento e as devidas autorizações, o projeto foi submetido à apreciação ética, com o parecer favorável em 05 de outubro de 2023 sob o parecer de número: 6.391.489, com o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAEE) N° 73747423.1.0000.5547.

O Objetivo Principal do projeto é:

- Averiguar se o discurso sobre as práticas docentes dos professores das unidades prisionais colabora para o processo de ressocialização.

Os objetivos específicos do projeto são:

- a) Compreender como os professores que lecionam nas unidades prisionais concebem a educação dentro das unidades prisionais;
- b) Investigar se o discurso dos professores vai ou não ao encontro com a ideologia dominante.

Apontou-se o seguinte benefício: a formação e a articulação dos professores com a escola para a promoção de uma mudança educacional, ao desempenhar um papel relevante em uma nova profissionalização docente e na formação de uma nova cultura entre professores, alunos e escola nos ambientes prisionais.

Os riscos da presente pesquisa estavam relacionados aos entrevistados, momentos de discussões e interação, nos quais os participantes podem expressar seus pensamentos e opiniões, o que pode gerar o receio de se manifestar por revelar a maneira de ser crítica ou não sobre o tema proposto. Para minimizar esse risco, garantiu-se o direito de não manifestarem suas opiniões ao se sentirem desconfortáveis.

Sabe-se das delimitações das tecnologias e os riscos por ser em ambiente virtual, nenhum arquivo foi armazenado em nuvem, realizou-se o *download* de todos os dados e entrevistas e salvos em dispositivo separado (*pendrive*).

Logo, a metodologia utilizada nessa pesquisa se deu por meio do descrito acima, para proporcionar uma melhor abordagem do assunto, assim como a compreensão de uma análise detalhada de dados, cuidados éticos e procedimentos para a coleta de dados e construção do PET.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A presente discussão e análise de dados trazem as falas dos professores do PEP sobre a realidade que vivenciam em sala de aula. Diante disso, algumas perguntas foram voltadas ao conhecimento profissional dos docentes, assim como de alguns aspectos em que poderia influenciar no discurso dos mesmos.

Tais dados se apresentam na seguinte tabela:

Quadro 3- Sondagem Inicial dos Docentes

	Sim	Não
Você encontra significação para sua vida profissional no seu ambiente de trabalho?	5	0
Você fez aprofundamentos, cursos, especializações?	4	1
Você já foi privado de liberdade ou possui algum familiar que foi privado de liberdade?	0	5
Você tem algum familiar que é agente de segurança nas unidades prisionais?	4	1

Fonte: O Autor 2024

Diante dos dados apresentados na tabela, realizar-se-á a análise do conteúdo do discurso dos referidos professores.

4.1. SOBRE O SISTEMA

A fala do professor 3 é rodeada de indignação quando perguntada sobre se é possível a construção da confiança entre aluno e professor, pois o olhar pejorativo sobre a educação dentro do sistema prisional afeta diretamente o trabalho e dignidade do educador em seu trabalho árduo e necessário.

Nas unidades prisionais ainda há uma resistência muito grande com o ensino, e criam muitas barreiras “muito grande”, o próprio sistema acha que os reeducandos não precisam de educação, pois já tiveram oportunidade aqui fora [...]. **Professor 3**

Trata-se de dois ambientes nos quais os professores fazem parte, o primeiro deles é a escola vinculadora (onde é realizada a atribuição, a formação continuada semanal e os devidos trâmites burocráticos do ensino) e, a segunda, a unidade prisional (onde todas são de regime fechado e o professor ali realiza seu trabalho dentro dos limites da carceragem).

O sistema, no qual está empregada a educação nas unidades prisionais, vê a educação como algo não apropriado para os indivíduos privados de liberdade, ou melhor, de não interesse que haja uma melhor reinserção de tais indivíduos na sociedade. Interesse esse da qual a classe dominante só se apropria sobre questões econômicas, como nos aponta Foucault (2005, p. 39):

[...] A burguesia não dá a menor importância aos delinquentes (*sic.*), à punição ou à reinserção deles, que não têm economicamente muito interesse. Em compensação, do conjunto dos mecanismos pelos quais o delinquente (*sic.*) é controlado, seguido, punido, reformado, resulta, para a burguesia, um interesse que funciona no interior do sistema econômico-político geral [...].

Foucault aqui oferece algo a ser pensado sobre o sistema, no qual só caminha e funciona por meio de seu interesse econômico-político, em outras palavras, a burguesia que controla e é detentora dos meios de produção se serve de tais sistemas com uma reta intenção, a de extrair de alguma forma um benefício econômico e não de pensar um modelo de reinserção de indivíduos já marginalizados pelo próprio sistema capitalista.

Marx, ao afirmar que o controle da burguesia só funciona por ter cúmplices entre o proletariado no seio da sociedade, é capaz de explicar tal fenômeno, no qual os próprios agentes de segurança perpetuam o pensamento da invalidez de tais indivíduos privados de liberdade perante o sistema:

Os indivíduos que compõem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que eles o fazem em toda a sua extensão, portanto, entre outras coisas, que eles dominam também como pensadores, como produtores de ideias, que regulam a produção e a distribuição das ideias de seu tempo; e, por conseguinte, que suas ideias são as ideias dominantes da época (Marx; Engels, 2007, p. 47).

A contribuição ideológica da classe dominante colocada sobre os trabalhadores atuantes nas unidades prisionais, ou seja, os agentes de segurança, ou guardas, (agora denominados policiais penais) é de que “bandido não se ressocializa”, ou mais severamente ouve-se dizer: “bandido bom, é bandido morto”, ou seja, a classe que permeia a instituição prisão como forma de se manter empregado com a seguridade do Estado, não acredita na sua

própria atuação, antes disso, dificulta o processo, acham-se imunes ao sistema do quais eles mesmos exercem a vigilância e punição:

Nesse sentido, o professor se depara com duas realidades metodológicas: a primeira é uma metodologia voltada para tendências pedagógicas libertadoras e igualitárias que busca desenvolver no seu aluno (mesmo enquanto preso) o pensamento crítico e humanizado e a segunda, é uma metodologia tradicional e conservadora que o sistema penitenciário insiste em adotar de maneira opressiva, autoritária e que anula o reeducando enquanto sujeito. Isso é mais um impasse para o docente do sistema prisional que precisa aprender a lidar com um ambiente totalmente desfavorável ao desenvolvimento crítico do cidadão ao mesmo tempo que precisa ensiná-lo e dar voz a esse aluno tornando-o protagonista do seu próprio aprendizado. Segundo Duarte (2013) outro dificultador são os funcionários, sobretudo os agentes penitenciários que não aceitam a escola e não consideram que os presos tenham direito à educação. “Os funcionários que pensam assim, geralmente não aceitam os professores, nem o seu relacionamento com os presos” (Borges; Santos, 2022, p. 121-2).

O sistema em si acarreta enormes dificuldades em fazer emergir a ressocialização. Não é pelo fato das pessoas estudarem mais, ou possuir ensino superior que muda o olhar ideológico sobre a ressocialização dos indivíduos privados de liberdade, antes de tudo a humanidade não tende a aparecer em ambientes aos quais o sistema retira direitos e aprisionam o indivíduo de maneira a sujeitá-los às margens da sociedade. Como foi demonstrado, o sistema tende a atender à ideologia de uma classe dominante que não se interessa pela ressocialização, e sim do aparato econômico que ela pode tirar disso.

4.2. SOBRE OS PROFESSORES, A FORMAÇÃO CONTINUADA E O MATERIAL

A classe que compõe o magistério estadual para a educação nas prisões é formada em sua maioria de professores contratados (categoria O). Professores titulares de cargo (efetivos) não podem assumir aulas no sistema prisional.

O Estado de São Paulo faz com que os professores efetivos sempre estejam dispostos ao serviço nas escolas regulares, diante do discurso que não haja falta de educadores nas escolas. Ora, o professor titular de cargo deve atender à demanda dos alunos regulares nas escolas como a principal e única atividade a ser exercida.

O comprometimento do Estado com os professores do ensino nas prisões é falho. Por que apenas professores contratados ou estáveis (categoria F) podem atuar nas unidades prisionais? A resposta é clara e objetiva.

A linha de frente do aparelho do Estado na educação nas unidades prisionais deve ser substituível a qualquer momento, não se pode ter com eles vínculos efetivos ou permanentes, deve-se antes de tudo ter o poder de desvincular tais educadores ao achar pertinente e assim regular as formas como o ensino é empregado ou como deve ser o agir do professor dentro das unidades prisionais. A precarização do trabalho de tais professores é a resposta do descaso do Estado para com a educação nos sistemas prisionais:

Primeiramente, precisamos entender que o professor que se credencia para lecionar nos presídios, é aquele pertencente à Categoria O, isto é, contratado pela Lei nº1.093/2009, por um prazo determinado, e muitas vezes, por não conseguir aulas na escola regular, busca outras modalidades de ensino, mesmo sem conhecimento ou formação específica para tal. É nesse interim que ocorre a falha sistêmica da educação brasileira, com a precarização e desvalorização do profissional que nela atua. Pois, esse sujeito, mesmo com uma graduação em licenciatura não possui específica formação para educação nas prisões ao passo que também não lhe é ofertado cursos para adquirir competências e desenvolver suas habilidades para dar aulas dentro de um presídio (Borges; Santos, 2022, p. 120).

A esse respeito, os professores entrevistados relatam sobre a formação continuada para a EJA das unidades prisionais:

Nunca teve. Tivemos uma no qual fomos lá (diretoria de ensino) achando que íamos ter uma luz, algo que ia nos ajudar, mas foi mais para saber como a gente trabalhava, a gente foi passando como era feito e como era. Mas nunca tivemos, nunca. **Professor 1**

O professor 1 relata a experiência, na qual foi convocado para uma reunião de formação com os professores das unidades prisionais na diretoria de ensino, porém não tiveram uma formação, mas sim um momento para falarem como funciona as aulas no sistema prisional.

Não, nenhuma. Foi a atribuição de aulas assim como era no regular, eu participei da atribuição e consegui pegar as aulas e fui na escola e soube dos meus horários e o conjunto de obrigações éticas que eu tenho que seguir. **Professor 2**

O professor 2 narra como se deu o processo de atribuição de aulas. Ele foi para a atribuição e essas aulas estavam ali ofertadas, ele se dispôs a trabalhar no projeto e assumiu as aulas, apenas sabia dos seus horários e o que poderia usar de vestimenta e o modo de agir

dentro do sistema prisional, o que poderia e o que não poderia levar para as aulas (essas seriam as obrigações éticas citadas).

(risos) na primeira vez que entrei na unidade prisional, nem me falaram onde era o endereço, eu que tive de pesquisar onde era. **Professor 3**

O riso apresentado pelo professor 3 demonstra a insatisfação de como foi apresentado o projeto para ele, se nem o endereço lhe foi passado, imagina as outras diretrizes para o trabalho nas unidades prisionais, tudo realizado com tamanho descaso. O professor 3 está no PEP desde o início do programa e demonstra a falta de preparo para com os docentes no início do projeto.

Não, não houve. **Professor 4**

Não, não foi formação. Na verdade, quando eu iniciei, nós tivemos uma apresentação do lugar pela escola e uma visita na unidade que nos deu uma noção do que seria o trabalho lá dentro. No início fomos cobaia, que vieram de encontro com muita coisa que não tinha estrutura, não estava estruturado e tivemos que aprender como poderíamos trabalhar ali dentro. O que teve depois não foi formação suficiente. **Professor 5**

A fala do professor 5 é muito significativa, o mesmo usa o termo “cobaia”, ou seja, os professores do PEP foram apenas colocados dentro de um sistema sem estrutura, e aprenderam a lidar com as situações sem formação prévia, apenas empurrados pelo sistema.

Observa-se na fala dos entrevistados o descaso com a categoria e com o ensino prisional. A linha de frente do Estado para lidar com a educação em um ambiente que deveria ser ressocializador não possui instrução, ou melhor, tiveram que tirar do zero as metodologias e as maneiras de adequar os conteúdos e materiais para o ensino prisional.

Para que se cessem tais problemas acima mencionados, é preciso uma mobilização que envolva toda a equipe, dos educadores, gestores e supervisores de ensino, é necessário ter um suporte fixo, ações de planejamento e formação continuada para que o exercício da educação prisional possa ter o suporte adequado. Segundo José (2019, p. 179):

[...] é fundamental uma formação específica de toda a equipe, de maneira que estejam aptos a dirigir e participar das diferentes formas de gestão, além de coordenar um trabalho assessorando os professores e prestando apoio logístico a toda comunidade envolvida com o trabalho em prisões. Cabe, portanto, à Secretaria de Educação promover formações direcionadas a esse grupo, de forma que resulte em ações positivas na escola prisional como um todo.

Na presente pesquisa, dois professores ainda apresentaram em suas falas questões relacionadas ao material disponibilizado pelo Estado para as Unidades Prisionais:

[...] o material da EJA não é completo como o material das regulares (escolas).
Professor 4

[...] até mesmo os livros que temos à disposição, é um livro que não está de acordo com a realidade das unidades prisionais. **Professor 3**

O material fornecido para os estudantes privados de liberdade são os mesmos oferecidos pelo Estado para a EJA e o Mundo do Trabalho das escolas regulares, o que faz com que o conteúdo ali exposto seja completamente diferente e não adequado para a realidade prisional, o que acaba por trazer um desconforto aos professores na hora de trabalhar com o material, o que deveria ser ajustado e fornecido pelo próprio Estado de acordo com o exposto nas Diretrizes Nacionais, para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais, Resolução nº 2 de 19/05/2010:

Art. 5º Os Estados, o Distrito Federal e a União, levando em consideração as especificidades da educação em espaços de privação de liberdade, deverão incentivar a promoção de novas estratégias pedagógicas, produção de materiais didáticos e a implementação de novas metodologias e tecnologias educacionais, assim como de programas educativos na modalidade Educação a Distância (EAD), a serem empregados no âmbito das escolas do sistema prisional (Brasil, 2010).

O material deve ser adequado e remodelado pelos professores, para que ao usá-los, usem apenas alguns textos ou exercícios ali propostos, de modo a encaixarem seus conteúdos com a realidade vigente prisional:

Dessa maneira, são inúmeras as dificuldades e adversidades que o docente irá percorrer para ministrar aulas na EJA prisional, desde a falta de conhecimento acadêmico e formação continuada para esses profissionais e principalmente da gestão, à inexistência de material pedagógico que condiz com a realidade dos alunos em caráter de privação de liberdade, o ambiente opressor e desmotivador (Borges; Santos, 2022, p. 122).

Sobre o material, os professores ainda elencam a dificuldade de levar materiais diversificados para as aulas, devido ao aparato de segurança, na qual os professores também são revistados na entrada e saída das unidades prisionais para averiguar o que levaram e se estão sendo trazidos de volta.

Segundo os professores, perguntados se levam materiais diversificados para as aulas nas unidades prisionais, eles respondem:

Muito pouco. Porque o local não permite que a gente faça algo de diferente. Pode levar o *pendrive* com alguma coisa? Pode, mas é muita burocracia, então fica muito difícil levar uma coisa diferente, então eu pego a tampa do lixo para medir circunferência, diâmetro, pego barbante pra mostrar metro, medir. O que eu tenho ali eu tento fazer a diferença, mas não temos material para fazermos coisas diferentes. Até para usar lápis de cor é muito regrado.

Professor 1

Devido ao uso limitado de recursos pedagógicos didáticos não, mas uma coisa que dá muito certo é análise de imagens, para associar os conteúdos. **Professor 2**

Mesmo com a carência de materiais voltados diretamente para o ensino prisional e os professores barrados pelo aparato de segurança do sistema para levarem outros materiais, observa-se nas presentes falas a tentativa de fazer com que as aulas não sejam um tempo perdido. Utilizam dos poucos recursos, promovendo discussões, rodas de conversas, análise de imagens e outras formas de medir uma circunferência, como foi citado pelo professor 1, para que a aula se torne atrativa, para que os alunos consigam aplicar o que aprenderam diante de sua realidade.

As possíveis, há uma resistência muito grande lá dentro, mas à medida que eu posso eu tento contextualizar com materiais simples que tragam alguma representação do que estamos aprendendo. **Professor 3**

Ali não tem muito material de apoio na mão, é o básico, tem que fazer do básico algo suficiente para que haja avanço dentro dos estudos. **Professor 4**

Somos privados pelo aparato de segurança, pra estar tendo condições de apresentar outras formas de trabalho diferentes. Mas, eu procuro fazer aquilo que é proposto, o que se pode, levo muita leitura, eles propõem e eu busco pra eles, trabalho reflexivo, roda de conversa, mas.... não temos os recursos que poderíamos usar para isso. Mas o que eles me pedem, na medida do que é possível eu tento trazer para reflexão. **Professor 5**

O material utilizado pelos professores basicamente se resume àquilo que já se encontra nas unidades prisionais, como livros e alguns materiais para realização de cartazes. Nada além disso tem autorização da segurança da unidade prisional para entrar.

Tais professores passam pelo vigiar e punir antes mesmo de adentrar as salas de aula.

A professora 3 ainda acrescenta que: “ainda somos muito jogados”, ao se referir ao suporte que o sistema dá para iniciar e continuar a desenvolver o trabalho nas unidades prisionais.

[..] percebe-se que a estrutura oferecida para o desenvolvimento das atividades educacionais, de forma geral, é inadequada e precária; os materiais pedagógicos, ainda que uma parte seja disponibilizada aos estudantes, são insuficientes para a realização do trabalho docente; os livros estão

desatualizados e também são descontextualizados, sobretudo, da realidade do cárcere [...] (José, 2019, p. 191).

Observa-se nas falas dos entrevistados a ineficiência do Estado e seus representantes nos sistemas prisionais e na educação em promover condições dignas aos professores, que não lhes oferta o amparo necessário para realizar suas atividades e promover uma educação digna, dentro de um espaço completamente diferente do convencional ou que estamos acostumados a ver como espaços educacionais.

4.3. O OLHAR DOS PROFESSORES PARA O TRABALHO NAS UNIDADES PRISIONAIS E PARA OS ALUNOS PRIVADOS DE LIBERDADE

Mesmo com as dificuldades elencadas acima, os professores desempenham um papel importante no dia-a-dia dos alunos privados de liberdade; na maioria das vezes, como afirma a professora 3, “somos uma ponte. Somos os únicos que conseguem entrar e mostrar como o mundo está lá fora.”

Nessa perspectiva, perguntou-se aos professores como é lecionar na EJA nas unidades prisionais e obtivemos as seguintes respostas:

Desde o início em 2010, no antigo telecurso, muita gente falava: você é doida de entrar em um lugar daquele. Eu sempre tive em mente, mesmo com portões e grades se fechando, sempre vi aquilo como uma sala de aula, porém com mais atenção. Não tem diferença de quando eu estou em uma sala de aula na rua e lá dentro. **Professor 1**

A presente fala demonstra a irrelevância do lugar para o professor 1 diante da maior preocupação que é ensinar. Mesmo com o estereótipo do lugar, o professor 1 vê a realidade prisional como sala de aula, no qual não possui diferença entre o ensino regular e o ensino nas prisões.

A experiência no prisional EJA é sair da minha bolha. Eu tenho contato com outro público, com outra realidade, é uma escola com suas diferenciações, mas eu consigo ter uma troca de experiência da vida. Porém, meu contato lá está sendo surpreendente, porque querendo ou não, pelas atividades, não é cem por cento aproveitável, mas sempre tem uma pessoa te escutando e recebendo o conhecimento que você está disposto a trocar. **Professor 2**

Para o professor 2, lecionar na EJA nas unidades prisionais é sair da realidade que ele vive, é ter a consciência que existem outras realidades que precisam ser analisadas, ao realizar uma troca de experiência, mesmo que não há um total aproveitamento, sempre vai ter um aluno que troca conhecimento e visões de mundo com o professor, e é algo que talvez o professor 2 não tivesse dimensão antes de lecionar no ambiente prisional.

Iniciei sem entender muito, comecei em 2010, quando era telecurso e não compreendia como era o sistema, mas a partir dali eu comecei a aprender muito, tirando o paradigma de que todos ali são ruins e que merecem a penalidade máxima. Comecei a compreender que existem pessoas com suas histórias, expectativas e que ali sim, precisa sim atuar todas as formas de ressocialização. A gente chega com um pensamento e começa a compreender que todo ser humano tem seu lado bom e seu lado ruim, e a vida lapida qual lado vai aflorar. **Professor 3**

A fala do professor 3 é muito significativa, pois quebra o paradigma colocado pela sociedade que ninguém ali é capaz de se ressocializar, mas antes, cada indivíduo ali presente tem sua história, suas expectativas e, dessa forma, ele como professor deve atuar para contribuir para a ressocialização dos indivíduos.

É algo diferente, eu lecionei na EJA regular e o público é diferente, é totalmente diferente no sistema prisional, que você encontra pessoas que vão querer em algum momento desabafar com você e tem que ter um psicológico bem firme para isso. **Professor 4**

O professor 4 menciona a diferença da EJA no ensino regular da EJA no sistema prisional, ao apontar o quanto os indivíduos privados de liberdade acabam por gerar determinada confiança no professor, no qual em determinado momento vai querer compartilhar sua experiência de vida, seus desafios, seus medos, suas frustrações, e o professor deve ter uma capacidade grande em conseguir ouvir, escutar sem julgar e se manter firme diante do seu papel enquanto educador dentro do sistema prisional.

É muito bom, é maravilhoso, o trabalho com essa turma de jovens e adultos privados de liberdade faz com que a gente tenha uma vontade maior de fazer um trabalho diferenciado. Antes de entrar ali, temos que ter um olhar mais amplo, e olhar ele como alunos, não como sentenciados e procurar fazer um trabalho de integração, de ressocialização, mostrando o valor da escola e incentivo a capacidade que eles têm e trazer à tona essa capacidade que eles possuem, muitas pessoas não tem essa noção de que o trabalho ali é bem maior. **Professor 5**

Novamente, na presente fala do professor 5, observamos um olhar voltado para a reinserção do indivíduo na sociedade, uma postura de não ver o aluno como sentenciado, mas como um indivíduo que possui potencialidades a serem exploradas, que quebra com o paradigma de que o trabalho do docente não surte efeito, mas ao contrário disso, é um trabalho árduo e satisfatório.

É perceptível nas falas dos professores a mudança de perspectiva do olhar de fora das prisões e de quando você leciona lá dentro. Como exposto, o público é diferente, e faz com que os professores tenham que aprender e se acostumar a um novo sistema, a uma nova forma de empregar o ensino.

Desmistificar o olhar da sociedade para com os indivíduos privados de liberdade é o fator principal para que as aulas fluam e o desempenho escolar seja satisfatório.

O valor empregado pelos professores ao dizer se “esquecer” do ambiente em que estão, enfatiza a necessidade de olharmos para a educação nas unidades prisionais de maneira diferenciada, com mais respeito, ao valorizar a pessoa humana que ali bebe da educação.

Ao apontar o “desabafo” dos estudantes privados de liberdade, o professor 4 já indica a necessidade de olhar para o socioemocional desses alunos, e também a preparação para a escuta dos mesmos, fundamental para a construção da relação professor/aluno.

Pode-se apontar aqui, diante da fala dos professores, o cuidado de si e dos outros na perspectiva foucaultiana, em que o olhar para o outro parte da humanização daqueles indivíduos que ali se encontram como prática ética da liberdade.

É no exercício do cuidado de si e dos outros, que o olhar para os alunos privados de liberdade se transforma. É a necessidade de ver ali um projeto de diálogo e modificação do ambiente prisional e de seus modos de aplicação de vigilância e punição.

Ser educador no sistema penitenciário é abrir janelas para a vida e para a liberdade, é construir a ponte entre o saber, o conviver e os sonhos enraizados em cada indivíduo ali presente, o que traz mais humanidade no ambiente prisional, tão marcado pela violência e por um olhar estereotipado e discriminatório sobre os indivíduos ali presentes.

Ao perguntar aos professores sobre como eles chamam os alunos privados de liberdade, observa-se o cuidado de transformação do local em um local de acolhimento e humanização. Ao chamar os alunos, eles se referem a eles como:

Meus alunos. É porque eu vejo eles assim, apesar de ter aqueles que não querem aprender, mas na rua também tem, então não vejo diferença. Não chamo pelo nome pois tenho problemas em gravar nomes, alguns mais antigos

eu chamo pelo nome, quando eu lembro o nome eu prefiro chamar pelo nome.

Professor 1

Estudantes, alunos. Porque eu vejo que ali é um espaço de educação, por mais que o local seja de privação de liberdade, eles estão na escola onde temos professores e alunos. **Professor 2**

Chamo pelos nomes, por respeito, pra lembrar que eles são cidadãos.

Professor 3

Chamar os alunos pelo nome, ou de estudantes/alunos faz com que o ambiente prisional, tão marcado pelo estereótipo da marginalização e os alunos privados de liberdade serem apenas números, seja marcado por um traço de humanização, em que o indivíduo ali presente não perde a sua identidade como cidadão. O tratamento dos professores gera a humanização do indivíduo em sua maior carência de privação de liberdade, onde não se trata de mais um, mas de um indivíduo em específico que se apresenta em sala de aula para o aprendizado.

Eu chamo eles pelos nomes, pois para mim são alunos como da escola regular, sei que estão presos por algo que fizeram no passado, mas isso não os condenam no momento que estamos vivendo ali. **Professor 4**

Meus alunos, porque eu acho que eu tenho que criar uma proximidade professor-aluno, tem que existir um comportamento profissional, mas trazer um olhar mais afetivo, acolhendo seus alunos. Como se fosse uma mãe com os pintinhos debaixo das asas na alfabetização. Muitas vezes cheguei e tinha aluno que me falava: “hoje não estou bem, mas assim que eu der uma melhorada eu faço”. E assim acontece, somos uma família aqui dentro, e a professora tende a fazer o melhor, mas respeitando o lado da pessoa, e é fundamental pra ter o aluno próximo, pois tudo que é feito sem carinho você não tem o aluno ali interagindo. Vejo o lado dos alunos e eles sabem do meu trabalho. **Professor 5**

Ao invés de reproduzir o que o sistema realiza ao chamar cada indivíduo por números, de acordo com sua matrícula no sistema prisional, os professores optam por chamá-los pelos nomes ou de alunos. Percebe-se uma flexibilização da ação docente ao tratar o ambiente prisional como sala de aula, ao se importar com o acolhimento e a humanização do espaço escolar e dos alunos, ao preocupar-se com o socioemocional dos mesmos, sabe-se que é preciso estar ali como um lugar de aprendizado.

4.4. A CONTRIBUIÇÃO DOS PROFESSORES PARA O ENSINO NAS UNIDADES PRISIONAIS

Ao analisar os conteúdos relatados acima, faz-se necessário voltar às práticas de ensino docentes em sala de aula e como esses professores contribuem para uma educação que permita um olhar diferenciado sobre a realidade dos indivíduos privados de liberdade.

“[...] aos professores que, em condições assustadoras, tentam voltar contra a ideologia, contra o sistema e contra as práticas que os aprisionam, as poucas armas que podem encontrar na história e no saber que “ensinam”. São uma espécie de heróis” (Althusser, 1985, p. 80).

Questionado sobre o que seria o ensino para esses professores, os mesmos relataram:

O ensino pra mim é alguma coisa que pudesse mudar a vida das pessoas, não só no sentido financeiro, ter uma formação, trabalho, mas também a parte emocional, eu vejo muito dentro da escola que muitas pessoas descobrem na escola que tem problemas familiares, o ensino pra mim não vai só no transferir conhecimento, ele envolve a vida pessoal de cada pessoa, dentro ou fora de São Paulo. O ensino já foi aquela coisa de apenas transferir conhecimento, o ensino hoje vai pra saúde, não só do saber, mas de muitas coisas. **Professor 1**

O professor 1 demonstra a preocupação em ter dentro da educação apenas um modelo de transferência de conhecimentos, para ele tal método já ficou para trás, hoje é necessário voltar-se para o socioemocional do aluno, saber lidar com as dificuldades que ele apresenta dentro e fora do ambiente escolar.

A partir do momento que se tem um ensino voltado pra aula expositiva dialogada, que você passa um contrato com os alunos, de que acima de tudo há o respeito, qualquer ensino é válido, não tem um ensino específico. A partir do momento que exista o respeito é possível fazer qualquer metodologia ali. **Professor 2**

O professor 2 dispõe de duas prerrogativas para que se possa dispor de uma metodologia que surta efeito: diálogo e respeito. Diálogo entre o professor e o aluno que se apresenta ali com sua cosmovisão, sua vivência e seu modo de ver a realidade, e o respeito como algo necessário para que todo ambiente democrático educativo possa ser efetivado. Sem essas bases, a educação perderia seu espaço de mediadora e formadora de indivíduos críticos.

Ensino é a significação de tudo que está a nossa volta. Não entendemos o significado de como as coisas acontecem sem o ensino. **Professor 3**

O ensino é minha paixão, por mais que a gente hoje encontra dentro do nosso ambiente prisional algumas barreiras, como materiais e locais. **Professor 4**

Mesmo diante das barreiras, os professores não se deixam levar como parte da maquinaria do sistema, seja do ensino, seja da prisão, os professores demonstram que mesmo diante do falho sistema eles conseguem encontrar sentido em seu trabalho, na arte de ensinar.

Aquilo que a gente absolve, aquilo que a gente pode aprender, é um processo de construção dia a dia. **Professor 5**

Observa-se o entendimento dos professores sobre o que seria o ensino como algo já não pautado na metodologia tradicional e sim voltados aos valores humanos em busca de uma construção do saber que se faz em conjunto e ultrapassa as barreiras dos conteúdos solidificados em materiais didáticos ou prontos.

Há uma atenção do professor 1 ao socioemocional dos alunos, perspectivas essas que colaboram para que o ensino não seja algo padronizado, mas que leve em conta a realidade vivida de cada indivíduo ali presente, seus sentimentos e seu momento histórico.

Ao se tratar da educação nos ambientes prisionais, foi perguntado aos professores o que seria a ressocialização, eles respondem:

Pra mim a ressocialização seria bem diferente do que acontece, porque a gente sabe que eles são marcados pelo resto da vida, quando eles saem pra fora eles carregam com eles até o final da vida uma marca, então para ressocializar um indivíduo que tem algo impregnado naquilo é difícil, se eles tivessem condições de arrumar um dinheiro que não seja sujo, mas falta essa ação do governo de acompanhar eles para que eles tenham pelo menos o básico, alguns vão voltar, porque o dinheiro é fácil, mas tinha que ter um acompanhamento aqui fora, com emprego e acompanhamento psicológico aqui fora. **Professor 1**

A presente fala demonstra a indignação do professor diante da realidade do que seria a ressocialização. Ao resgatar essa “marca” que tais indivíduos levarão para a vida toda, o professor constrói um discurso de descontentamento com a realidade vigente, demonstrando que não é apenas a educação que irá reinserir tais indivíduos na sociedade, mas antes de tudo, depende de outros fatores, sobretudo há um descontentamento com o aparato do Estado, que por meio de suas políticas públicas não contribui para a reinserção de tais indivíduos.

No meu ponto de vista é tentar de alguma maneira reinserir não só na sociedade, mas nos campos da sociedade, no trabalho, na festa, na praça, no convívio familiar que o reeducando ali vai estar buscando posteriormente. Não só reinserido na sociedade, mas de que forma? **Professor 2**

A respectiva fala do professor 2, demonstram que a ressocialização acontece de forma a reinserir o indivíduo dentro da sociedade, assim como a mudança de pensamento e perspectiva de vida de cada um a partir do conhecimento. O sentimento de pertencimento à sociedade é o ponto chave para que se quebre os aspectos da exclusão e da marginalização dos indivíduos privados de liberdade.

Ressocialização é eles começarem a se enxergar de outra maneira e se sentir pertencentes à sociedade e atuantes. **Professor 3**

É mudar a linha de pensamento deles usando o estudo pra isso, mostrando para eles que uma formação é muito importante. **Professor 4**

A educação é a tentativa de mudança de pensamento, de abertura de novas janelas para novos horizontes, que contribui significativamente para um processo de humanização dentro dos ambientes prisionais, ao demonstrar que ressocializar é ressignificar o ponto de vista, o pensamento e perspectiva de vida de cada um.

É um processo de transformação, é você tentar inserir novamente junto com esse aluno o propósito de resgatar a vida dele, e a escola vai abrir sua mente, seu conhecimento e fazer com que ele se sinta mais importante, trabalhar o socioemocional, e todo esse aparato que damos pra ele, para que ele volte a sociedade e resgate sua cidadania frente a sociedade. **Professor 5**

As presentes falas levam a refletir sobre como os professores se atentam para a questão de uma boa formação para tais indivíduos, para que eles busquem novas perspectivas e voltem atuantes na sociedade em que vivem. O destaque para o professor 5 que retoma a questão socioemocional, demonstra o resgate do indivíduo enquanto pessoa humana, que possui fatores internos e externos que precisam ser trabalhados ao longo do tempo junto com a educação.

Ao refletir sobre o objetivo da educação, Campos e Sá (2021, p. 126) afirmam:

A educação tem como seu objetivo principal a formação do indivíduo como cidadão: formando-o para uma vida cidadã, com gozo de seus plenos direitos e plena consciência de seus deveres. A questão fundamental é: que modo de vida a educação forma, de uma forma ampla e geral. Que dinâmicas cotidianas os processos de formação estão estimulando na medida em que operam nos indivíduos.

Como qualquer outro indivíduo, necessitamos nos encontrar inseridos na sociedade e na comunidade em que vivemos, tal sentimento parte da premissa de uma boa socialização e dos agentes da socialização, porém, já retratamos na presente pesquisa o quão ruim é o processo de socialização na sociedade em que vivemos e o que ela faz com os indivíduos ao moldá-los para o sistema vigente.

O sistema que estamos inseridos é capaz de formular e reformular suas práticas, assim como é capaz de criar instituições “necessárias” para todos aqueles que não se adequam ao modo de vida proposto para que sejam remodelados. O que se denomina ressocialização, na verdade, é a busca pela socialização e a entrada do indivíduo a um molde estabelecido.

Ora, inseridos dentro da instituição penitenciária e ao levar o nome de outra grande instituição (escola), como então se dá o tempo entre professor e alunos dentro das unidades prisionais?

É um tempo de aprender com eles, passar alguns conhecimentos e ver a vida diferente, porque talvez a gente chega lá olhando para certas situações com algum receio, e ao mesmo tempo, quando eles começam a falar, a gente começa a aprender algumas coisas com eles e consegue também ensiná-los, porém não são todos que estão abertos para aprender coisas novas e não vai fazer a diferença. **Professor 1**

A presente fala é repleta de significações. Observa-se a troca de experiências e um olhar diferente diante da realidade prisional. Primeiramente, ao retratar que é possível também aprender com os indivíduos privados de liberdade, o professor 1 demonstra o constante diálogo com os alunos, além de quebrar o estigma de que os alunos não possuem conhecimento de nada.

Todo mundo carrega consigo experiências que podem agregar ao saber de qualquer pessoa, o professor ao dizer que também aprende com eles se coloca num espaço democrático, no qual ele não é detentor de todo o saber, mas que se permite aprender cada vez mais com o diferente.

Noventa por cento sendo aula expositiva dialogada, aplicação de exercícios, produção de trabalho, indagação, análise de imagens. **Professor 2**

É algo muito enriquecedor, quando você leva um conteúdo que eles se interessam é muito mais válido. **Professor 4**

É rápido, é tanta coisa que a gente quer passar pro aluno, é um tempo muito construtivo, muito aproveitado, aproveito todo minuto ali dentro do meu trabalho, queria até que tivesse um tempo maior. **Professor 5**

Tanto o professor 2 quanto o 5 demonstram que não há tempo a perder, e que o foco é a construção do conhecimento. Ambos colocam o fator do tempo como o principal objetivo a se “combater”, em outras palavras, o tempo curto de contato com os alunos fazem com que não se possa perder tempo com outras questões, mas focar principalmente na aplicação e construção do conhecimento.

As pessoas mistificam muito, mas conversamos, socializamos, uma sala de aula normal, passamos os conteúdos, falamos um pouco os dois lados, e aprendemos muito, pois eles têm leitura de mundo e já pertenceram ao mercado de trabalho, então há uma troca, tem competências as vezes maiores que as nossas. **Professor 3**

O professor 3 destaca a desconstrução do estereótipo de que nada se aproveita do contato com os indivíduos privados de liberdade, pelo contrário, ele tem a consciência de que tais indivíduos possuem vivências e concepções de mundo e que podem ser socializadas por meio de uma troca sadia de conhecimentos e de competências que eles possuem.

É possível ter uma relação de confiança com tais alunos? Os professores relatam:

A confiança, eles começam a perceber na maneira que você age, como você se comporta, eles sabem quem é você, então a confiança ali dentro eu tenho que tratar ele como ser humano, mas estou ali para trabalhar, eles testam a gente, não estou ali pra levar nada, e quando percebem que de você não vão ganhar nada, eles te respeitam mais. Não adianta entrar ali e pensar: vou passar qualquer coisa. A partir do momento que eles veem que você está dando aula, trabalhando, eles te respeitam mais. **Professor 1**

Na verdade, é sempre o trabalho ali dentro é através do respeito, vamos combinar isso, isso e isso, criar um conjunto de regras que vamos seguir nas aulas. A professora segue isso, então eles já sabem o que a professora quer. Nesse seguimento de regras. **Professor 2**

Diante do que pensa o sistema penitenciário, ou o que se fala diante da confiança em tais indivíduos, os professores constroem dia-a-dia a relação de confiança com seus alunos diante do diálogo e respeito à pessoa humana ali presente, em que se cria os princípios para solidificar as relações entre professor e aluno diante do bom trabalho realizado nas salas de aula.

Diálogo e sinceridade, eu sempre chego, falo quem eu sou, como é minha aula, e o que eu espero deles, aí eu estabeleço uma confiança. **Professor 3**

É diário, porque ali como é um ambiente... custa eles confiarem em você, isso depende muito do profissional da educação ali dentro, estabelecer relações com eles em todos os sentidos. **Professor 4**

É o tratamento, o respeito, o nosso trabalho na frente de tudo, a intensidade e a qualidade do meu trabalho vai ser o mesmo na rua e na unidade prisional. E isso fez com que eu criasse esse respeito com os alunos. **Professor 5**

Em todos os relatos dos professores traz a questão do respeito como princípio da confiança entre a relação professor e aluno. Os professores ainda relatam a questão de passar por um “teste” perante os alunos, o que significa que não se pode aprofundar relações com eles, ou permitir que os alunos peçam aos professores para trazer algo além do que seja voltado para a educação.

O aluno privado de liberdade ao saber que o professor está ali para exercer apenas seu trabalho passa a confiar no profissional que ali se apresenta e leva em consideração seu exemplo como educador e como alguém que está ali para acrescentar ao cotidiano deles, a partir de um diálogo, no qual os professores narram esse diálogo entre professor e aluno da seguinte forma:

Sim, nós não podemos deixar acontecer esse diálogo partindo pra vida particular, às vezes acontece, mas temos que saber levar isso aí, eu não posso ficar falando da minha vida e eles das deles, exemplo: professora eu tenho 14 anos pra cumprir, frações, 1/3 da pena, então eu ensino eles a fazerem os cálculos, porque assim eu consigo passar conhecimento. **Professor 1**

Sim, normalmente, como estamos num local em que eles são privados de liberdade e certas informações, diálogo sobre assuntos irrelevantes não tem importância, mas o que eles veem no jornal levam para discussão na sala, juntando com os conteúdos. **Professor 2**

O diálogo acaba por trazer uma dimensão mais humana para a sala de aula, porém com algumas restrições sobre a vida pessoal, o diálogo ocorre de maneira saudável à medida que se usa de exemplos da realidade dos alunos privados de liberdade, pode-se construir um conhecimento seguro, que mantenha a privacidade do professor, mas que construa pontes com a realidade presente aqui fora.

Estabelecemos diálogo, mas sempre lembrando que eu sou professora e eles são alunos. **Professor 3**

Com certeza, pra você estabelecer relação com eles, você tem que estabelecer um diálogo, muitas vezes eles vão querer desabafar do dia deles lá fora e da história de vida deles, tem que saber escutar e aconselhar. **Professor 4**

Bastante, desde que o diálogo seja saudável, dentro daquilo que a gente propõe, dentro do meu trabalho, eu nunca tive problema de aluno me faltar com respeito ou situação constrangedora, eles têm todo um cuidado comigo, um carinho comigo como professora, eu sou realizada por isso. **Professor 5**

A narrativa dos professores nos leva a pensar naquilo que Paulo Freire propõe na construção de um ambiente propício para a educação, ou seja, um ambiente democrático, que os alunos tenham a oportunidade de se expressar e abrir novos horizontes para pensar de maneira mais abrangente as possibilidades. Segundo Silva e Santos (2021, p. 93), parafraseando Paulo Freire “Educação libertadora é a educação contrária à educação bancária, com pressupostos progressistas, baseada no diálogo”.

O professor 5 diz sobre esse carinho que os alunos privados de liberdade possuem com ele, referindo-se à confiança estruturada diante desse diálogo, presente em suas práticas de ensino.

Para que esse resultado aconteça, é necessário construir ou ter a consciência do papel da educação diante do processo de ressocialização, sobre isso, perguntado se os professores acreditam que possuem compromisso com a ressocialização, eles expõem:

Sim, muito. Eu acho que esse é o meu papel ali dentro, o papel professor dentro da Unidade Prisional é a ressocialização. Às vezes, eu não sei nem como fazer a ressocialização, mas só de estar ali, de estar tratando ele como ser humano, de estar dando atenção, de estar tentando passar alguma coisa, eu já estou fazendo uma pequena parte. **Professor 1**

O olhar do professor frente à essa realidade humana do indivíduo e sua presença ali no meio do sistema prisional acaba por trazer determinada esperança a tais indivíduos, que gera um processo mais humano diante das diversas contestações que o sistema penitenciário possui. A presença do professor é capaz de trazer uma afirmação de que nem tudo está perdido e que a educação pode transferir esse olhar mais humanizado para a situação do indivíduo privado de liberdade.

Eu acredito que sim, porque temos um feedback no final do semestre/ano, eles apresentam esse feedback pra gente, muito bom o ensinamento que a senhora passou, muito bom o conteúdo. **Professor 2**

Plenamente. Somos uma ponte, somos os únicos que conseguem entrar e mostrar como o mundo está lá fora e trazer algum tipo de segurança e esperança para que quando eles saíam se sintam pertencentes e entrem novamente no mercado de trabalho. **Professor 3**

Com certeza, o estudo tem mais a ganhar do que perder. Tive alunos que pensaram em parar a escola para trabalhar para sobreviver, e conversando eu fiz eles mudarem de ideia, e isso foi compensativo. Tive alguns relatos de agentes e diretores que foram agradecer a forma como a gente abordava e trabalha com eles ali dentro. **Professor 4**

Sem dúvida o diálogo do convencimento narrado pelo professor 4 acaba por abrir a janela do saber para tais indivíduos que não tinham em mente a educação como algo que pode mudar sua realidade. Do mesmo modo, ao narrar o agradecimento de agentes e diretores do sistema prisional para seu trabalho, o professor consegue demonstrar que uma parcela, mesmo que pequena, confia e acredita em seu trabalho.

O discurso do professor leva ao questionamento de: até quando o indivíduo privado de liberdade permite ser capturado pela educação? Ao mesmo tempo reforça a necessidade de um convencimento de que a educação é o melhor caminho a se percorrer no trajeto de privação de liberdade, ou ao menos, enquanto a educação conseguir segurar ou dar recompensas para o indivíduo quanto sua trajetória ali dentro e até o encurtamento de sua pena.

Com certeza e muito, porque primeiro antes do professor levar o trabalho dele, primeiramente ele tem que ter essa noção, ele está lidando com pessoas privadas de liberdade, antes de tudo, tem que ter essa visão, porque aí você tem condição de conseguir pontos positivos. **Professor 5**

Nas respostas colhidas observa-se novamente a presença do diálogo como mediador, diante do que o Professor 4 narra em situações que ele já presenciou. Logo, percebe-se na narrativa dos professores a consciência do papel de colaboradores para a ressocialização.

É preciso sempre levar em conta que a educação não é o que vai “salvar” ou libertar tais indivíduos, a emancipação de cada um depende da visão de mundo, da colaboração da família, do Estado, do trabalho e de tantas outras instâncias que os indivíduos terão que lidar ao sair dali. Porém, o olhar de tais professores para a realidade da educação prisional muda todo o desenvolvimento das práticas educativas, que os tornam profissionais humanos e capazes de olhar cada indivíduo ali em sua particularidade.

Como tarefas difíceis de serem alcançadas, os professores proferem:

Ali dentro, como EJA, material voltado pra EJA prisional não temos. Itinerários dentro do presídio não existe, tudo é com QR CODE, com pesquisa de campo, não tem como passar isso para eles. Tudo é feito como se o sistema prisional não existisse. Tudo o que eles fazem, nós temos que ficar pensando em como encaixar lá. E ninguém dos superiores tem olhos para ver que lá dentro a situação é outra. Tudo a gente tem que ficar adequando pra realidade da Unidade Prisional. A EJA na Unidade Prisional tem mais de 10 anos e não tem material pra isso. **Professor 1**

Uma pesquisa de campo por mais que seja feita ali dentro já é dificultoso. Entrevistas ali dentro, eles não têm acesso a material nas celas. Aluno chegar no ensino médio e não é totalmente alfabetizado, tendo que fazer toda uma

adaptação para que ele seja inserido em grupo de líderes para que ajudem ele.

Professor 2

Eu sinto que ali por ser um curso semestral, e por cada unidade não ter um currículo próprio para trabalhar na unidade prisional, é algo que dificulta, e não conseguimos manter uma sequência didática em todas as Unidades Prisionais. **Professor 3**

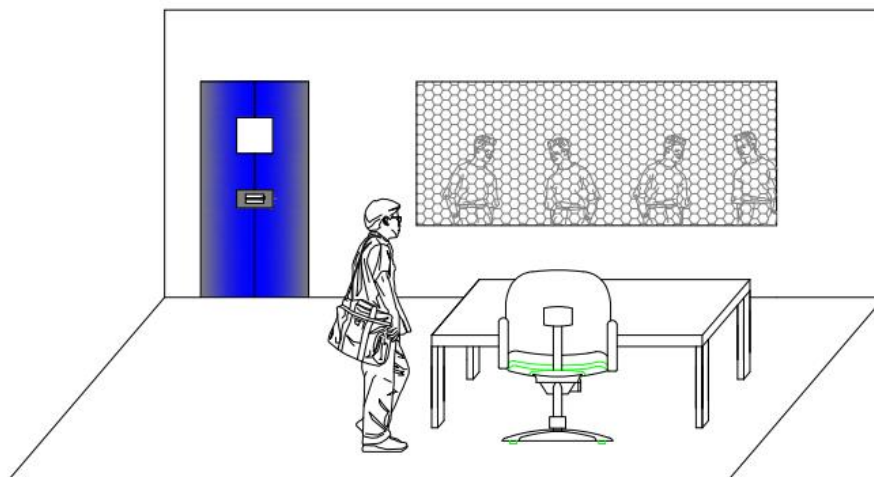
Ali não tem muito material de apoio na mão, é o básico, tem que fazer do básico algo suficiente para que haja avanço dentro dos estudos. **Professor 4**

Observa-se na descrição dos professores a falta de materiais voltados para a realidade da EJA nas unidades prisionais. O relato do professor 1 consta a dificuldade em trabalhar os chamados “itinerários formativos” incluídos nas aulas do Novo Ensino Médio, aos quais, o material já vem pronto e totalmente fora da realidade prisional, no qual é pouquíssimo o que se pode utilizar, e os professores têm um trabalho redobrado ao ministrar essas aulas.

A falta de material e ter que lidar com o básico virou rotina para tais professores, e ainda o que descreve o Professor 3 é mais assustador, há um descaso ainda maior dentro da educação prisional por não haver nem um currículo próprio para realizar uma sequência didática.

Eu acho que hoje seria assim, até porque onde eu trabalho, temos uma tela que separa, que distância e dificulta o trabalho e as tarefas que eu exercia antes dentro da sala de aula, junto com eles. É uma grade de proteção, ela separa o professor do aluno, isso já de imediato foi um obstáculo, porque antes eu sempre estava com os alunos, atendendo individualmente, e quando veio essa separação pela segurança da unidade, foi um momento difícil que eu tive que me adaptar e tentar não quebrar esse elo que eu tinha com eles. **Professor 5**

A tela que o professor 5 relata, é a descrita na imagem a seguir, no qual o professor não possui contato direto com os alunos, mas os vê e leciona por meio dessa tela:

Figura 2 - Croqui Sala de Aula com Tela

Fonte: O Autor (2024)

É assim que o professor 5 ministra suas aulas, diante dessa dificuldade do contato com os alunos. A grade foi colocada pelo sistema de segurança da unidade prisional, que alega que os professores estão mais protegidos atrás dessas grades e sem contato direto com os alunos privados de liberdade, o que faz com que o docente tenha que se redobrar ainda mais para manter a qualidade de suas aulas.

As grades talvez serviriam para eventual proteção, se acaso elas não causassem tontura.

As demais unidades prisionais seguem o modelo tradicional de pavilhão escolar, no qual os professores possuem contato direto com os alunos, como demonstra a imagem a seguir:

Figura 3- Croqui Pavilhão Escolar



Fonte: O Autor (2024)

Sobre as práticas de ensino que possuem bom desempenho, os professores elencaram:

Frações. Eles têm um interesse muito grande em frações e porcentagem, a questão da pena para eles saberem calcular. Aí eu penso o seguinte: será que esse interesse está apenas pra saber a questão da pena, aí eu vejo que não, depois que eles conseguem transformar os dias em meses, meses em anos, desperta o interesse, então eu tenho essa sorte. Outra coisa, muitos ali quando eu vou falar de área, desse tipo de coisa, trabalhou de pedreiro, com esquadria, então há uma troca muito boa, muito gostosa, onde eles faziam e não sabiam que era perímetro ou área. Aquele que trabalhava por exemplo com área, esquadria, já tem um conhecimento maior sobre isso. Porcentagem em descontos, juros bancários, cartão de crédito, juros, são conteúdos que são muito gostosos de desenvolver com eles. A gente pode fazer alguma coisa que pode acender a alma de algum, nem tudo está perdido. **Professor 1**

Na prática docente do professor 1, observa-se uma ponte entre o saber e o cotidiano dos alunos, que leva também em conta as vivências de cada um, e sabe-se que são alunos que estiveram no mercado de trabalho, a aula se torna proveitosa, utiliza-se até de conhecimentos prévios dos alunos.

A aula expositiva dialogada, estabelece o respeito de ouvir e falar, a aplicação de exercícios que questiona o senso crítico do estudante sem deixar pra trás o conhecimento prévio, sem deixar de dar opinião, estar induzindo eles à ciência, ao questionamento filosófico, ético, político. Metodologia do senso reflexivo e crítico e o ser humano como o centro da reflexão, para que ele possa estar concluindo o ensino médio e viver de forma que compreenda seu

processo histórico e se reconhecer como sujeito histórico na sociedade, para que no futuro ele seja reinserido na sociedade de forma justa. Reconhecer os períodos históricos, somos o que somos pelo que fizeram no passado. Fazer a linha do tempo da vida deles. Estamos aqui porque houve um passado. Essa linha do tempo tem o intuito de refletir sobre o presente e o que me levou até aqui, assim de como será o futuro, ou mudar o futuro. **Professor 2**

O professor 2 expõe uma prática de ensino mais crítica, voltada aos saberes das humanidades e que desperta em cada indivíduo visões de mundo e reflexões perante a realidade em que vivem. Segundo Ramos (2021, p. 64):

Espera-se que os ambientes formativos possam produzir um incremento na capacidade dos indivíduos conduzirem suas vidas sob o prisma da democracia e da racionalidade. Almeja-se que uma educação para a emancipação seja alicerçada em um quadro de referências que não tome como guia o apelo aos sentimentos primitivos e mais perversos, não obstante, que a atitude democrática seja capaz da mobilização dos sentimentos de empatia e do colocar-se no lugar do outro, razões que certamente contribuem para um ambiente mais próximo da emancipação e afastado da condição de preconceito, intolerância e violência [...].

Uma educação democrática abre espaço para o pensamento ético e assim contribui para que aspectos como violência, preconceito e censura sejam quebrados pelos alunos, que passa a uma maior criticidade pelos mesmos.

Eu gosto muito da prática que traz a realidade e o cotidiano e do que será importante para eles aqui fora, então procuro selecionar o material todo voltado à ressocialização. Em ciências da natureza, políticas públicas, saúde, meio ambiente, aula dialogada, visando a qualidade de vida, o motivo da criminalidade nas periferias, o domínio das milícias, o levantamento da melhoria das condições de vida nas três esferas, municipal, estadual e federal, mostrando o papel e a importância de cada cidadão, drogas (motivo que levaram a maioria lá pra dentro), qual o caminho das drogas, seus efeitos, a alteração na sociabilidade, impacto social e psicológico, na família, e se projetar no papel de quem leva droga, mas também o que eles provocaram nas famílias e na sociedade, como fizesse um giro de 360 graus para eles sentirem na pele o que as famílias e a sociedade sofre na pele com o uso das drogas. É importante também a questão da prevenção de doenças venéreas que acometem muito as Unidades Prisionais, assim como a higiene para prevenção de doenças, falando da insalubridade do local. Meio ambiente e ações antrópicas, a importância da sustentabilidade no mercado de trabalho. O papel do cidadão. Tecnologia, os avanços tecnológicos que não tiveram oportunidade de acompanhar. **Professor 3**

Os aspectos elencados pelo professor 3 mais que demonstram uma visão de prática de ensino voltada à consolidação do ensino à prática cidadã de cada indivíduo, ainda mais com questões que envolvem o meio ambiente, a natureza e o local em que vivemos. Observa-se

também um olhar mais voltado às políticas públicas e o cuidado com a saúde, o que faz com que os indivíduos privados de liberdade comecem a aplicar tais conhecimentos na realidade prisional de imediato.

Gosto mais de variação linguística porque tem pessoas de várias regiões do Brasil, tem indígenas, então a variação linguística ali dentro é muito rica, a vivência dele ali dentro, onde eles criam palavras, gírias, eu gosto de trabalhar pois rende. Meu componente curricular, a variação linguística, eu mostro pro aluno que aquela variação linguística vai muito mais além, e eles colhem informações que jamais pensavam, por exemplo: eu trouxe a questão que a gente estava tratando para dentro da vivência deles, como vocês chamam o pão francês? Marrocos, então vamos em tal região, essa mesma palavra não vai ser chamada de Marrocos, mas é chamado de cacetinho, eu levo a minha vivência de mundo para discutir com eles. Como vocês chamam a cama aqui? Burra. Você vai na loja quando sair daqui e pedir uma burro? Então diversifico e dinamizo para melhorar a aula. **Professor 4**

O professor 4 demonstra uma preocupação maior com o desenvolvimento da linguagem dos indivíduos privados de liberdade ao voltar ao convívio social comum, no qual não conseguirão se comunicar por gírias, e deve-se começar a praticar esse método dentro da sala de aula, ao usar um vocabulário mais formal da língua portuguesa.

Eu sempre procuro essas práticas, a gente tem que fazer uma culminância, eu faço uma interação de todas as áreas, eu gosto de fazer um eixo temático, para desenvolver atividades e os alunos serem participativos e como eles interpretam e interagem com as atividades. Pra mim, isso sempre foi fundamental. Mediante isso, criando esse trabalho com eles, é uma forma de trazer o aluno, buscar, fazer com que ele tenha esse outro lado, que ele aprenda e leve toda essa trajetória do ensino aprendizagem e leve pra vida dele. Procuro fazer o máximo para que ele aprenda e transforme o espaço dele. Eu procuro diversificar os métodos, vai muito de encontro com a turma que eu estou trabalhando no momento, eu procuro avaliar bem a turma para melhor desenvolver, trazendo situações atuais, atividades que eles vão estar desenvolvendo que cada vez mais o desenvolvimento do aluno, vou aprofundando, então são métodos variados. **Professor 5**

Ao analisar a proposta do professor 5, notamos a preocupação com um trabalho interdisciplinar, voltado também para o mundo fora das grades da prisão. A diversificação dos métodos elencado pelo professor, faz com que haja uma variação de propostas e modos de construir o conhecimento, ao procurar sempre uma profunda interação entre professor, aluno e o conhecimento a ser construído em sala de aula.

O que os presentes dados nos revelam, ao analisar o conteúdo do discurso dos professores, é que mesmo a educação/escola dentro dos ambientes prisionais tendem a

reproduzir por meio de seus sistemas a ideologia dominante conforme Althusser, ideologia impregnada no aparelho ideológico de Estado, no qual:

A escola- a educação de uma forma ampla- é então um aparelho de controle, exclusão e repressão dos indivíduos, tendo em vista que esta passa a transmitir uma ideologia que propaga e divide os saberes úteis e os não úteis, em uma relação de produção e reprodução. Entende-se por saber útil aquele que auxiliará os educandos, principalmente, nos postos de trabalho (Campos; Sá, 2021, p. 125).

Na contramão desse sistema, os professores lutam e desafiam o sistema por meio de um aspecto mais humano de educação, ao criar práticas que se adequem à realidade e se faz da educação nos ambientes prisionais “um espaço onde possa desenvolver debates amplos e dinâmicas que estimulem e fortaleçam os reconhecimentos dos sujeitos como indivíduos e cidadãos conscientes” (Campos; Sá, 2021, p. 131).

Faz se necessário ressaltar que a amostra da presente pesquisa fora com cinco (5) professores, o que não se pode concluir com a totalidade de profissionais que atuam na educação prisional do Estado de São Paulo, ou seja, os cinco professores entrevistados na presente pesquisa possuem um olhar diferenciado para o sistema, o que agregou um conteúdo valioso para a presente pesquisa, o que não se pode aplicar para a totalidade de educadores das unidades prisionais do Estado, pois em sua totalidade pode-se encontrar profissionais da educação que estão de acordo com a ideologia hegemônica e que tendem a reproduzi-la em sala de aula.

Logo, a presente análise do conteúdo do discurso demonstra um olhar para as condições que os professores se encontram em seu ambiente de trabalho, ao realizar muitas vezes um trabalho redobrado diante das perspectivas estipuladas pelo sistema e a falta de recursos voltados ao mesmo. É preciso um olhar diferenciado e humanizado para tais profissionais, pois mesmos diante do descaso público continuam a abraçar a educação em seus mais diversos lugares.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da presente pesquisa, observou-se o quanto a sociedade capitalista trabalha para manter seu sistema e suas instituições com o aparato ideológico presente em cada uma delas.

A escola como Aparelho Ideológico do Estado como nos demonstrou Althusser (1985) serve como aparelho reprodutor da ideologia dominante, faz com que os indivíduos sejam adestrados para se encaixar nas relações de produção de acordo com sua posição nas relações de classes.

Observou-se diante do pensamento de Foucault (2014) o adestramento e a disciplina dos corpos diante desse mesmo sistema, no qual os corpos devem estar aptos ao trabalho e atender as necessidades do mercado capitalista.

Do mesmo modo, a instituição prisão surge no mundo contemporâneo como uma forma “humanizadora” de lidar com as penas após as Revoluções Burguesas do século XVIII, o que seria algo certo se a instituição prisão não se tornasse um sistema de correção e adestramento de pessoas e corpos que não se adequaram ao sistema vigente, um sistema de vigilância e punição constante às pessoas que desafiaram, infringiram leis ou corromperam o sistema.

O foco da presente pesquisa se dá com a junção das duas instituições: prisão e educação. A escola presente dentro dos sistemas prisionais é um direito adquirido pelos indivíduos privados de liberdade e ao mesmo tempo, corre o risco de ser reprodutora do mesmo sistema que levaram tais indivíduos a estarem ali, em outras palavras, a escola dentro da instituição prisão corre o risco de reproduzir o sistema de vigilância e punição, ou de adestramento dos corpos ao invés de formar indivíduos críticos e colaborar para a ressocialização dos mesmos.

A proposta de investigação e coleta de dados da presente pesquisa levou ao questionamento e investigação das práticas de ensino realizadas por docentes que atuam na educação nas unidades prisionais, sobretudo para verificar a consciência do ensino e as práticas escolares que tais profissionais executam para colaborar com o processo de ressocialização dos indivíduos privados de liberdade.

O processo de ressocialização não é uma tarefa apenas da educação. A ressocialização depende de tantos outros fatores nos quais os indivíduos privados de liberdade terão que lidar após a sua saída da prisão. A educação é uma pequena e importante parte deste processo, a qual

é capaz de ampliar a visão e concepção de mundo dos alunos, assim como explorar e despertar seu senso crítico, ao levá-los a criticar o sistema vigente e a realidade que os cerca.

O educador, conforme Freire (2014), ao propiciar um ambiente democrático, que respeite a concepção e visão de mundo de cada indivíduo, é capaz de promover o despertar da autonomia do sujeito, que propiciará a abertura para o diálogo e a cidadania, dentro e fora das instituições prisão e escola.

As entrevistas com os docentes das unidades prisionais propiciaram um olhar mais atento sobre a realidade do sistema que tais educadores enfrentam, no qual estão sujeitos também a um sistema de vigilância e punição, seja dentro das salas de aula nas unidades prisionais, seja na escola vinculadora ao qual o descaso com os docentes e a educação prisional é ainda maior.

Alguns docentes, conforme descrito na análise de dados da presente pesquisa, foram claros com a insatisfação perante o sistema que enfrentam diariamente, assim como a falta de uma formação continuada digna e inteiramente voltada à EJA nas unidades prisionais.

Porém, mesmo com a insatisfação perante o sistema e a falta de recursos frente a materiais voltados à realidade prisional, observa-se o compromisso dos educadores em realizar seu trabalho com maestria e proporcionar um ambiente mais acolhedor e democrático, ao criar e adaptar suas práticas de ensino para que estejam voltadas ao seu público alvo e permita a construção de um conhecimento, que os alunos poderão aplicar no decorrer de suas vidas, seja em sociedade, em sua família ou no trabalho, já que o último é inerente à vida humana, conforme nos aponta Marx (2017).

A presente pesquisa teve como objetivo principal averiguar se as práticas docentes colaboram para a ressocialização nas unidades prisionais através da EJA. Diante do objetivo principal, pode-se analisar o conteúdo do discurso dos docentes e conhecer um pouco sobre as práticas de ensino aplicadas em sala de aula que, de certa forma, contribuem para o processo de ressocialização. Porém, obtivemos uma ampla perspectiva frente aos problemas enfrentados pelos docentes para poder aplicar suas práticas de ensino, o que leva a pensar em como esses professores, em meios às dificuldades apresentadas pelo sistema, conseguem driblar os problemas e fazer o ensino ser aplicado em suas particularidades, o que acarreta em possibilidades dos professores contribuírem para o processo de ressocialização.

Tivemos como objetivos específicos:

- a) Compreender como os professores que lecionam nas unidades prisionais concebem a educação dentro das unidades prisionais;
- b) Investigar se o discurso dos professores vai ou não de encontro com a ideologia

dominante.

Quanto ao primeiro objetivo específico, os professores demonstraram a preocupação em contextualizar e adaptar suas práticas de ensino de acordo com o que conseguem de material para poder trabalhar dentro das unidades prisionais. Diante do aparato de segurança do sistema penitenciário e com a falta de recursos, o discurso dos professores se voltam para conseguir construir práticas que os alunos possam utilizar em seu dia a dia, que objetiva o momento em que os alunos estão vivenciando e o ambiente em que estão inseridos, ao levar ao diálogo, a se pensar conceitos como a cidadania e o bem estar do conjunto como modo de contribuição para o processo de ressocialização, mesmo em meio as dificuldades já elencadas do sistema.

Diante dos objetivos específicos, no segundo conseguimos compreender por meio do discurso dos docentes suas concepções de vivência frente ao trabalho nas unidades prisionais e como eles demonstram uma preocupação frente ao ensino e ao projeto de educação implementado no sistema prisional. A dificuldade maior apresentada é lidar com toda a burocracia do sistema prisional para que de fato se possa pensar uma educação para a ressocialização, diante da pequena amostra da pesquisa, observa-se que o discurso e as práticas de ensino dos professores não vão de acordo com a ideologia dominante, afastando-se de um pensamento reprodutor do discurso hegemônico, em que o indivíduo privado de liberdade não possui direito a uma educação de qualidade ou de se reinserir novamente na sociedade.

O limite da presente pesquisa foi a variação e a indisponibilidade de horário dos professores se manifestarem para serem ouvidos. Foi-se ouvido professores dos anos iniciais da alfabetização, da área de Ciências Humanas, Ciências da Natureza, Códigos e Linguagens e Matemática.

Os obstáculos ou dificuldades de uma pesquisa dessa natureza estão contidos na pequena amostra coletada, devido ser apenas em um lugar determinado e com apenas alguns participantes, tem que ser realizada a análise do local da pesquisa e não se pode generalizar para todo o espaço geográfico brasileiro, pois em cada escola vinculadora, mesmo que na mesma Diretoria de Ensino, cada região do Estado de São Paulo ou até em outros Estados brasileiros as condições da educação nos sistemas prisionais se modificam de acordo com a realidade apresentada em cada local.

Outra particularidade é o olhar de cada participante para a educação dentro das unidades prisionais. Embora os docentes possuíssem falas muito próximas sobre o tema, sempre há uma particularidade a ser analisada no discurso de cada um, seja por motivos familiares, pessoais ou político-social. Esses elementos afetam diretamente o modo de pensar e conceber a realidade da educação no sistema prisional.

Porém, a presente pesquisa proporcionou uma significativa coleta de dados sobre as práticas de ensino, ao levar em conta também o conteúdo do discurso dos docentes, o que contribuirá para novas pesquisas na área de ensino ou em outras diversas áreas que levem em consideração a educação nos ambientes prisionais, seja em mais escolas vinculadoras, em mais regiões do Estado ou em mais Estados ou regiões do país.

Outro fator a se levar em conta é o debate sobre uma Educação de Jovens e Adultos que promova de fato uma educação democrática, com indivíduos que possam aplicar o conhecimento que receberam no seu dia a dia. Tal debate foi realizado na presente pesquisa, ao observar sempre o caráter formativo e instrutivo que o assunto proporciona.

A presente pesquisa proporcionou a este pesquisador uma nova visão sobre a educação nas unidades prisionais, iniciando para o olhar sobre a instituição prisão, que em nosso país, devido a um capitalismo tardio e os efeitos do neoliberalismo acaba por ser completamente atual aos escritos de Michel Foucault em sua obra *Vigiar e Punir: o nascimento da prisão*, originalmente escrito em 1975.

A prisão continua a atender às necessidades do sistema social, devido à desigualdade de classes e à necessidade de continuar a “formar” ou “reformular” corpos dóceis, aptos a atender de alguma forma os Aparelhos Ideológicos de Estado, que aprisionam os indivíduos dentro ou fora de qualquer instituição.

A prisão e grande parte de seus agentes continua a reproduzir o velho sistema, em que o olhar sobre os indivíduos privados de liberdade é de total descaso, que não leva em conta o aspecto humanizador que a instituição prisão deveria ter e muito menos promove um ambiente de ressocialização que por excelência deveria ser.

Nesse ambiente, a educação é uma “intrusa” que adentra um sistema não programado para recebê-la, e provoca determinado incômodo para o sistema, seus agentes (que acreditam que a educação não deveria existir ali, já que o indivíduo teve “oportunidade” de estudar antes de ser privado de liberdade), para a escola vinculadora (por trazer um “grande” trabalho a mais na burocracia do Estado) e para a sociedade em geral que de forma ideológica acredita ser um serviço público desperdiçado, dinheiro jogado fora com quem não precisa. São sistemas de reprodução das relações de classes e de produção da ideologia dominante.

O que se percebe por outro lado, diante das alocações dos professores entrevistados (que não corresponde à totalidade dos educadores, devido a amostra ser pequena) é o entendimento de tais profissionais da importância de seu papel na EJA nas unidades prisionais, que encontra significado no seu trabalho e são um dos pontos de humanização dentro do falho sistema.

Os professores, dentro do sistema prisional, acabam por transmitir uma parcela de humanidade no ambiente, em que demonstram se importar com o indivíduo, o cuidado com o ser humano ali presente na construção do conhecimento e de si mesmo.

É a preocupação com a cidadania e os direitos individuais que tais professores demonstram estar atentos ao elaborar suas práticas de ensino. Ao se sentirem pertencentes ao processo de ressocialização, os docentes acrescentam de modo significativo este processo.

O que o pesquisador constatou é que a ressocialização não depende unicamente da educação ou da instituição prisão. A ressocialização depende de inúmeros fatores que estão sujeitos desde questões sociais a políticas públicas que favoreçam tal processo. A educação atende a uma pequena parcela deste processo, mas não deixa de ser um importante e decisivo agente colaborativo que propicia dignidade e humanidade ao indivíduo privado de liberdade.

Todo o resultado da presente pesquisa e entrevistas se formalizará em formato de *E-book*, para que outros profissionais da educação tenham acesso ao conteúdo e possam constituir possibilidades de trabalho na EJA nas Unidades Prisionais.

Destarte, a pesquisa demonstrou que os professores embora subjugados e restrito pelo sistema, consideram de grande importância as práticas de ensino que valorizam a visão de mundo dos indivíduos privados de liberdade, assim como demonstram o compromisso de exercer o melhor trabalho diante da realidade que eles se encontram, ao proporcionar um ambiente mais amplo e democrático, com senso crítico e de construção do conhecimento.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE). Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- BECCARIA, C. **Dos delitos e das penas**. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 1979.
- BENELLI, S. J. **Foucault e a prisão como modelo institucional da sociedade disciplinar**. Editora Unesp. 2014. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/74z7q/pdf/benelli-9788568334447-04.pdf> Acesso em: 05 de jan. 2023.
- BORGES, L. E. Q.; SANTOS, G. A. **A Formação de Professores no Sistema de Ensino Prisional – uma análise curricular, metodológica, emocional e utópica na busca da Ressocialização e Humanização dos Reeducandos**. RECet. Presidente Epitácio, SP, 2022. Disponível em: <<https://ojs.ifsp.edu.br/index.php/recet/article/view/2241>> Acesso em: 15 jan. 2024.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A Reprodução**. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora S.A.: 1982.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos**. 2012. Disponível em: <https://prograd.ufu.br/legislacoes/parecer-cnecp-0082012-de-06-de-marco-de-2012-diretrizes-nacionais-para-educacao-em> Acesso em: 15 jan. 2024.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Resolução Nº2, 19 de Maio de 2010 que Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5142-rceb002-10&category_slug=maio-2010-pdf&Itemid=30192> Acesso em: 06 Abr. 2024.
- BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. CASA CIVIL. SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS. **Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996 que Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm> Acesso em: 26 de nov. 2023.
- BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. CASA CIVIL. SUCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS. **Lei de Execução Penal**. 1984. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm Acesso em: 22 de jan. 2024.
- CAMPOS, E. P.; SÁ, J. M. Os Aparelhos Ideológicos de Estado e o Papel do Ensino de Filosofia em um modelo de Educação Neoliberal: reflexões introdutórias. In: *TREVISAN, A. L.; TOMAZETTI, E. M.; ROSSATO, N. D. (org.) Biopolítica, Barbárie e Formação Humana*. Santa Maria, RS, 2021, 123-131.
- DIAS, C. C. N. **Da Pulverização ao monopólio da violência**: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista. Tese (Doutorado em Sociologia) USP São Paulo: 2011. Disponível em:

<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-13062012-164151/publico/2011_CamilaCaldeiraNunesDias_VOrig.pdf> Acesso em 30 mar. 2024.

DINIZ-PEREIRA, J. E.; FONSECA, M.C.F.R. Identidade Docente e Formação de Educadores de Jovens e Adultos. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v.26, n.2, 2001.

Disponível em:

<<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/26138/15253>> Acesso em: 15 març. 2022.

DI-PIERRO, M. C.; JOIA, O. RIBEIRO, V. M. Visões da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. **Cadernos Cedes**, 2001. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/ccedes/a/44R8wkjSwvn8w6dtBbmBqgQ/?format=pdf&lang=pt>>

Acesso em 15 de nov. 2023.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 42 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

FREIRE, P. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FREITAS, M.C.A.; OLIVEIRA, A.C.F. **Os Desafios das Práticas do Pedagogo no Sistema Prisional**. 2020. Disponível em:

<<http://repositorio.aee.edu.br/bitstream/aee/18116/1/TC2%20Ana%20Carolina.pdf>> Acesso em: 12 jan. 2022.

GADOTTI, M. **Paulo Freire: uma biobibliografia**. São Paulo: Brasília. Editora Cortez, Instituto Paulo Freire: Unesco, 1996.

GARCIA, L. K. Notas sobre a história das prisões do Estado de São Paulo. **Revista Digital de Direito Administrativo**, vol. 7, n.2, p. 170-193, 2020. Disponível em:

<<https://www.revistas.usp.br/rdda/article/view/163556>> Acesso em: 17 fev. 2024.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JOSÉ, G.O.M. **Entre os Muros e Grades da Prisão**: o trabalho do professor que atua nas “celas” de aula. Tese (Doutorado em Educação) **Unesp**, Presidente Prudente: São Paulo.

2019. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/1e72a943-d266-43b4-a651-dde05610b7cc/content>> . Acesso em: 19 fev. 2023.

JOSÉ, G. O. O.; LEITE, Y. U. F. Educação Básica em Prisões no Brasil: entre Avanços e Desafios. **Revista Brasileira de Execução Penal**. Brasília. 2020. Disponível em: <

<https://rbepdepen.depen.gov.br/index.php/RBEP/article/view/Artigo2/47>> Acesso em: 05 jan. 2024.

LEME, J.A.G. **Educação nas prisões do Estado de São Paulo**: esforços históricos e os limites institucionais. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade de São Paulo,

São Paulo. 2018. Disponível em:

<<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/21495/2/Jos%c3%a9%20Antonio%20Gon%c3%a7alves%20Leme.pdf>>. Acesso em: 4 jan. 2022.

MARCA, D.K. P. **Educação de Jovens e Adultos: sujeitos, formação e trabalho- olhares a partir de documentos curriculares**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Fronteira Sul. Erechim. 2023. Disponível em:

<https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/6611/1/MARCA.pdf> Acesso em: 12 de jan. 2023.

MARCONDES, M.A.; MARCONDES, P. A. Educação nas Prisões. **Acervo Paulo Freire**. 2008. Disponível em:

<http://acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/4268/1/FPF_PTPF_01_0917.pdf>. Acesso em: 9 jan. 2022.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX. K. **O Capital: crítica da economia política: o processo de produção do capital**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2017.

PEREIRA, J. F. **O Massacre do Carandiru e o Surgimento e Ascensão do PCC**.

(Monografia) UFOP, Minas Gerais, 2023. Disponível em:

<https://www.monografias.ufop.br/bitstream/35400000/5337/8/MONOGRAFIA_MassacreCarandiruSurgimento.pdf> Acesso em 04 mar. 2024.

PRODANOV, C.C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAMOS, T. A. A Personalidade em Adorno: Educação, Emancipação e Vivência Democrática. In: *TREVISAN, A. L.; TOMAZETTI, E. M.; ROSSATO, N. D. (org.) Biopolítica, Barbárie e Formação Humana*. Santa Maria, RS, 2021, 59-65.

ROCHA, C. I. Educação de Jovens e Adultos (EJA): Necessidade, Interesse e Desafios na Busca por uma Educação Inclusiva e de Qualidade. **Revista Humanidades e Tecnologias (FINOM)**. 2023. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/371952037_Educacao_de_Jovens_e_Adultos_EJA_Necessidades_Interesses_e_Desafios_na_Busca_por_uma_Educacao_Inclusiva_e_de_Qualidade Acesso em: 9 de jan. 2023.

SANTIAGO, E.; BATISTA NETO, J. Formação de professores e prática pedagógica na perspectiva freireana. **Educar em Revista**, 2016. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/er/a/h5WjtqDm7d3bBmYQ9TzxpVh/?lang=pt>> Acesso em: 05 fev. 2024.

SANTOS, W. L. O papel do pedagogo dentro do sistema penitenciário. **Revista Científica da FASETE**, nº 9, p. 102-113, 2015. Disponível em: <<

https://www.unirios.edu.br/revistarios/media/revistas/2015/9/o_papel_do_pedagogo_dentro_d_o_sistema_penitenciario.pdf>> Acesso em: 16 mar. 2023.

SÃO PAULO (ESTADO). ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Decreto Estadual nº 57.238/2011 que Institui o Programa de Educação nas**

Prisões e dá providências correlatas. Disponível em:

<<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2011/decreto-57238-17.08.2011.html>> Acesso em 12 de agos. 2023.

SÃO PAULO (ESTADO). SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA. **Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional (2020-2024)**. São Paulo, 2020.

Disponível em: <<<https://www.gov.br/senappen/pt-br/pt-br/assuntos/politicas-penitenciarias/politica-nacional-de-educacao/sp.pdf>>>. Acesso em: 13 agos. 2022.

SILVA, F. A. A escola transforma a sociedade? uma leitura a partir de Durkheim, Althusser e Bourdieu. **Caderno de Produção Acadêmico-Científica**. 2021. Disponível em:

<<https://periodicos.ufes.br/prodiscente/article/view/24809>> Acesso em: 20 jan. 2024.

SILVA, A. S.; SANTOS, K. C. Educação em resistência contra a ignorância e a barbárie: notas do pensamento crítico de Paulo Freire e Theodor Adorno. In: *TREVISAN, A. L.; TOMAZETTI, E. M.; ROSSATO, N. D. (org.) Biopolítica, Barbárie e Formação Humana*. Santa Maria, RS, 2021, 91-98.

SOUZA, J. R.; SANTOS, S. C. M. Análise do conteúdo em pesquisa qualitativa: modo de pensar e de fazer. **Pesquisa e Debate em Educação**. 2020. Disponível em: <<

<https://periodicos.ufjf.br/index.php/RPDE/article/view/31559/22049>>> Acesso em 22 fev. 2024.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) E TERMO DE CONSENTIMENTO PARA USO DE IMAGEM E SOM DE VOZ (TCUISV)⁵

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO PARA USO DE IMAGEM E SOM DE VOZ (TCUISV)

Caro Sr.(a) Professor (a), eu, _____mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas, Sociais e da Natureza, Multicampi Londrina/Cornélio Procopio- PR. Tenho como orientador o professor Dr. _____. Por meio deste venho convidá-los a participar da investigação que tem como título: "EDUCAÇÃO NAS PRISÕES: EDUCAÇÃO COMO FORMA DE RESSOCIALIZAÇÃO POR MEIO DAS PRÁTICAS DOCENTES NO ESTADO DE SÃO PAULO (GUIA SOBRE A EJA NAS UNIDADES PRISIONAIS COMO INSTRUMENTO DE RESSOCIALIZAÇÃO)" que tem como objetivo buscar metodologias e práticas de ensino que colaborem com a ressocialização dos alunos da Educação de Jovens e Adultos nas Unidades Prisionais.

As entrevistas serão realizadas por videoconferência por até no máximo duas (2) horas, sendo respeitado o intervalo de dez (10) minutos.

Os cinco primeiros professores que responderem ao convite no prazo de quarenta e oito (48) horas, serão escolhidos para a entrevista.

Título da pesquisa: EDUCAÇÃO NAS PRISÕES: EDUCAÇÃO COMO FORMA DE RESSOCIALIZAÇÃO POR MEIO DAS PRÁTICAS DOCENTES NO ESTADO DE SÃO PAULO (GUIA SOBRE A EJA NAS UNIDADES PRISIONAIS COMO INSTRUMENTO DE RESSOCIALIZAÇÃO)

A) INFORMAÇÕES AO PARTICIPANTE

1. Apresentação da pesquisa.

A pesquisa traz como tema: Educação nas prisões: Educação como forma de ressocialização por meio das práticas docentes no estado de São Paulo (Guia sobre a EJA nas Unidades Prisionais como instrumento de ressocialização).

2. Objetivos da pesquisa.

Reunir elementos das práticas docentes através das entrevistas, escutas e observações de ensino de cinco docentes que possam ser compreendidos como capazes de contribuir efetivamente no processo de ressocialização e humanização do indivíduo privado de liberdade.

3. Confidencialidade.

⁵ Modelo de termo de consentimento geral assinado por todos os participantes da pesquisa.

Serão garantidas todas as formas de sigilo, a você participante, o pesquisador garante que nenhuma informação revelada nas entrevistas será atribuída ao seu nome no momento da divulgação da pesquisa. Dessa forma, fica garantido seu sigilo e privacidade ao participar desta pesquisa.

4. Desconfortos e Riscos.

Os riscos estão relacionados aos momentos de discussão e interação, nos quais os participantes podem expressar seus pensamentos e opiniões, podendo gerar o receio de se manifestar por relevar a maneira de ser crítica ou não sobre o tema proposto. Para minimizar esse risco, garantimos o direito de não manifestarem suas opiniões quando sentirem-se desconfortáveis.

Sabendo das delimitações das tecnologias e os riscos por ser em ambiente virtual, nenhum arquivo será armazenado em nuvem, será realizado o *download* de todos os dados e entrevistas e salvos em dispositivo separado (*pendrive*).

Todos os esforços se darão para minimizar quaisquer questões que prejudiquem ou afetem os participantes, sejam físicas, psicológicas, de exposição, socioemocional, cultural ou de qualquer outra natureza.

5. Benefícios.

A formação e a articulação dos professores com a escola promovem uma mudança educacional, desempenhando um papel relevante em uma nova profissionalização docente e na formação de uma nova cultura entre professores, alunos e escola.

6. Direito de sair da pesquisa e a esclarecimentos durante o processo. A participação na pesquisa é totalmente voluntária. Logo, você pode recusar-se a participar; solicitar esclarecimentos em qualquer etapa da pesquisa; desistir a qualquer momento ou pedir para não responder e/ou recomeçar em outro momento.

7. Ressarcimento ou indenização.

Conforme Resolução 466 de 2012 em seus itens II.21 e II.7 é direito do participante da pesquisa receber indenização, caso sinta-se lesado, por alguma etapa da pesquisa, ou tenha sofrido algum dano, ou ainda precise de ressarcimento por eventual gasto com a realização da mesma. Entretanto, afirma-se que os participantes desta pesquisa não terão nenhum gasto ou sofrerão alguma lesão ou danos.

B) CONSENTIMENTO

Eu declaro ter conhecimento das informações contidas neste documento e ter recebido respostas claras às minhas questões a propósito da minha participação direta (ou indireta) na pesquisa e, adicionalmente, declaro ter compreendido o objetivo, a natureza, os riscos, benefícios, ressarcimento e indenização relacionados a este estudo. Após reflexão e um tempo razoável, eu decidi, livre e voluntariamente, participar deste estudo, permitindo que os pesquisadores relacionados neste documento obtenham **fotografia, filmagem ou gravação de voz** de minha pessoa para fins de pesquisa científica/educacional.

As fotografias, vídeos e gravações ficarão sob a propriedade do grupo de pesquisadores pertinentes ao estudo e sob sua guarda. Concordo que o material e as informações obtidas relacionadas a minha pessoa possam ser publicados em aulas, congressos, eventos científicos,

palestras ou periódicos científicos. Porém, não devo ser identificado por nome ou qualquer outra forma.

Estou consciente que posso deixar o projeto a qualquer momento, sem nenhum prejuízo. Após reflexão e um tempo razoável, eu decidi, livre e voluntariamente, participar deste estudo.

Nome Completo: _____

RG: _____ Data de Nascimento: ____/____/____

Telefone: _____

Endereço: _____

CEP: _____ Cidade: _____

Estado: _____ Assinatura: _____

Data: ____/____/____

Eu declaro ter apresentado o estudo, explicado seus objetivos, natureza, riscos e benefícios e ter respondido da melhor forma possível às questões formuladas.

Nome completo: _____

Assinatura pesquisador (a): _____ Data: ____/____/____

Para todas as questões relativas ao estudo ou para se retirar do mesmo, poderão se comunicar com:

ESCLARECIMENTOS SOBRE O COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA:

O Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos (CEP) é constituído por uma equipe de profissionais com formação multidisciplinar que está trabalhando para assegurar o respeito aos seus direitos como participante de pesquisa. Ele tem por objetivo avaliar se a pesquisa foi planejada e se será executada de forma ética. Se você considerar que a pesquisa não está sendo realizada da forma como você foi informado ou que você está sendo prejudicado de alguma forma, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (CEP/UTFPR). Endereço: Av. Sete de Setembro, 3165, Bloco N, Térreo, Bairro Rebouças, CEP 80230-901, Curitiba-PR, Telefone: (41) 3310-4494, e-mail: coep@utfpr.edu.br.

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA ESTRUTURADA⁶

Inicialmente é importante reafirmar que aos participantes desta pesquisa é garantido o anonimato e o sigilo das respostas. Estas garantias visam que sua participação reflita o que realmente pensa sobre os assuntos que serão abordados ao longo deste processo.

- 1.O que é estar em sala de aula para você?
- 2.Você encontra significação para sua vida profissional no seu ambiente de trabalho?
- 3.Como foi sua formação profissional?
- 4.Você fez aprofundamentos, cursos, especializações?
- 5.Você já foi privado de liberdade ou possui algum familiar que foi privado de liberdade?
- 6.Você tem algum familiar que é agente de segurança nas unidades prisionais?
- 7.Como é para você dar aula na EJA nas Unidades Prisionais?
8. Como você chama os alunos privados de liberdade? Por que os chama assim?
- 9.Para você, qual ensino poderia contribuir para construir relações humanizadoras?
- 10.O que é ressocialização para você?
- 11.O que é o ensino para você?
- 12.Como o ensino pode ajudar ou não ajudar na situação da privação de liberdade?
- 13.Como é esse tempo entre professor e aluno dentro das unidades prisionais?

⁶ Roteiro da entrevista realizada com os participantes da pesquisa.

14. Como você constrói um ensino aprendizagem com os alunos?
15. Como você constrói junto aos indivíduos privados de liberdade a confiança?
16. Você utiliza técnicas diferenciadas nas aulas nas unidades prisionais? E fora dela?
17. Você, fazendo parte da educação nas prisões, se sente responsável também por esse processo de ressocialização?
18. É possível ocorrer um diálogo entre professor e aluno privado de liberdade?
19. Qual ou quais tarefas você sente ser mais difícil de serem alcançadas na educação dentro dos ambientes prisionais?
20. Houve alguma formação do Estado ou por parte da Escola vinculadora antes de você iniciar a docência nas unidades prisionais?
21. Ao longo do tempo que você leciona nas unidades prisionais foi oferecida alguma formação continuada ou curso voltado somente para a EJA nas Unidades Prisionais?
22. Quais práticas de ensino aplicadas você acredita que favorecem a ressocialização ou a humanização dentro do seu componente curricular?
23. Quais metodologias você utiliza que faz com que o indivíduo privado de liberdade possa chegar ao exercício da cidadania, da ressocialização e da humanização dentro do seu componente curricular?

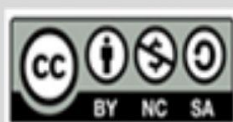
APÊNDICE C – PRODUTO EDUCATIVO TECNOLÓGICO



E-Book de Possibilidades de Atuação Política- Pedagógica da EJA nas Unidades Prisionais

LUCAS PAULO GOLIN

Nascimento, L. P. G. X. do
**E-BOOK DE POSSIBILIDADES
DE ATUAÇÃO POLÍTICA-
PEDAGÓGICA DA EJA NAS
UNIDADES PRISIONAIS. 2024.**



[1]
4.0 Internacional

Esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho para fins não comerciais, desde que atribuam o devido crédito e que licenciem as novas criações sob termos idênticos.
Conteúdos elaborados por terceiros, citados e referenciados nesta obra não são cobertos pela licença.

27/07/2024, 20:26



Ministério da Educação
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Campus Londrina



LUCAS PAULO GOLIN XAVIER DO NASCIMENTO

**DISCURSOS E PRÁTICAS DE ENSINO EM ALGUMAS UNIDADES PRISIONAIS NO PROCESSO DE
RESSOCIALIZAÇÃO VIA EJA (E-BOOK DE POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO POLÍTICA-PEDAGÓGICA
DA EJA NAS UNIDADES PRISIONAIS)**

Trabalho de pesquisa de mestrado apresentado como
requisito para obtenção do título de Mestre Em Ensino De
Ciências Humanas, Sociais E Da Natureza da Universidade
Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Área de
concentração: Ensino, Ciências E Novas Tecnologias.

Data de aprovação: 03 de Julho de 2024

David Da Silva Pereira, - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Dr. Carlos Roberto Da Silveira, Doutorado - Universidade São Francisco (Usf)

Dra. Gesilane De Oliveira Maciel Jose, Doutorado - Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (Ifms)

Jose Bento Suart Junior, - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Documento gerado pelo Sistema Acadêmico da UTFPR a partir dos dados da Ata de Defesa em 03/07/2024.



Sobre o Autor

Lucas Paulo Golin Xavier do Nascimento, é formado em Filosofia pela Faculdade João Paulo II de Marília-SP e em Piano Erudito pelo Conservatório Musical de Lins-SP, ambos no ano de 2013. Tem especialização nas áreas de Filosofia, Sociologia e Educação. Trabalhou em escolas particulares e é Professor pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. Mestrando pelo PPGEN- UTFPR.

Agradecimentos

Ao meu orientador Dr. David da Silva Pereira e ao meu coorientador Dr. Carlos Roberto da Silveira.

Aos professores das unidades prisionais que comigo dialogaram.

À Universidade Tecnológica Federal do Paraná, por meio do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências Humanas, Sociais e da Natureza (PPGEN) Multicampi Cornélio Procópio e Londrina - Paraná.

SUMÁRIO

Introdução.....	6
1 Sobre a Educação nas Prisões e sua Funcionalidade.....	8
2 Como escolher e adequar os conteúdos?.....	14
3 Como desenvolver práticas de ensino?.....	16
4 Sugestões de Práticas de Ensino.....	18
5 As Práticas Humanizadoras.....	21
6 Sobre os Métodos Avaliativos.....	23
Conclusão.....	25

INTRODUÇÃO

O presente trabalho, fruto de inúmeras pesquisas, do diálogo com os professores que atuam no sistema prisional e da dissertação de mestrado do autor, tem como objetivo apresentar um panorama sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) nos ambientes privados de liberdade e como as práticas de ensino docentes podem contribuir para a ressocialização de tais indivíduos.

Os docentes que atuam nessa modalidade de ensino passam por diversos problemas referentes ao trabalho, o sistema prisional e o trabalho docente, gerando inúmeros conflitos, falta de formação continuada ou de um guia de possíveis práticas para melhor pensar ou instituir suas práticas de ensino.

Percebe-se a crescente demanda do ensino da EJA nas unidades prisionais, no qual tal modalidade de ensino busca além de trazer o ensino, colaborar para o exercício da cidadania e os direitos previstos em lei para os estudantes privados de liberdade.

Diante da crescente demanda dessa modalidade de ensino, faz-se necessário buscar alternativas para que o ensino nas unidades prisionais seja uma aprendizagem significativa e que colabore para que os estudantes apliquem à realidade o livre exercício da cidadania, assim como pensar sua reinserção na sociedade.

Nesse aspecto, o presente trabalho tem como propósito colher alternativas metodológicas de ensino que nos distancie da metodologia tradicional e atenda ao público dessa modalidade de ensino, buscando referências entre os professores que atuam dentro das unidades prisionais de quais estratégias metodológicas possam colaborar com a ressocialização dos indivíduos privados de liberdade temporariamente e a busca incessante pela cidadania plena de tais indivíduos que voltarão a fazer parte da sociedade.

É dessa desta perspectiva, exploraremos nesse guia, as possíveis formas como a educação de jovens e adultos é implementada dentro dos ambientes prisionais e como professores de diversas áreas do conhecimento têm colaborado para melhorar as práticas de ensino e aprendizagem.



1 Sobre a Educação nas Prisões e sua Funcionalidade

A educação nos sistemas prisionais se aprimorou ao longo do tempo, ela passa a ter um importante papel no âmbito da ressocialização.

Por se tratar de um direito inalienável, a educação dentro do sistema penitenciário é algo garantido por lei e deve assegurar ao indivíduo o exercício pleno ao seu direito à educação, direito esse que, por inúmeras circunstâncias, lhe foram tirados em sua juventude.

A educação, no sistema prisional, possui um papel que colabora para a transformação da realidade vivenciada pelo estudante privado de liberdade, é um espaço para uma educação que não se permite descuidar da direção da humanização do sujeito ali inserido.

Quando se trata aqui da questão da ressocialização, não se pode achar que o processo é mágico, ou que se tem uma mudança radical no sujeito de um dia para o outro, mas antes, como todo e qualquer processo, a educação como colaboradora do método de ressocialização é um processo de curto, médio e longo prazo, que exige planejamento, tempo e discussões para criar estratégias e um olhar humanizado da sociedade e da própria instituição escola sobre os indivíduos privados de liberdade.

Quanto ao material para as aulas utilizado no ambiente prisional, cabe ao educador planejar e adequar o material para suas aulas de acordo com a realidade prisional, o que gera mais um desafio ao docente enquanto educador. São barreiras como a ausência de formação continuada, materiais próprios voltados ao público-alvo e alinhamento dos docentes que acabam por criar desafios a serem enfrentados no desenvolvimento das práticas pedagógicas.

Com o olhar positivo a essas barreiras, o processo de ressocialização deveria promover a reconstrução do indivíduo ali presente, ao oferecer aquilo que muitas vezes lhe foi tirado dentro da sociedade em suas diversas discrepâncias sociais e econômicas. A principal delas, a mais importante, é a educação, na qual qualifica e se tornar um dos principais agentes de socialização de nossa sociedade.

Ao tratar das práticas docentes nos ambientes prisionais, discorre-se de todo o trabalho e comprometimento que vários docentes desenvolvem, muitas vezes sozinhos, para lidar com essa modalidade de educação. Realizar um bom plano de ensino, objetivos a serem alcançados, utilizar dos poucos recursos materiais que estão disponíveis ou que podem ser utilizados em tais ambientes, são fortes componentes que o docente procura para tornar seu trabalho mais dinâmico.

Para que isso ocorra, as ações pedagógicas devem estar alinhadas de forma a favorecer que o trabalho docente em grupo e as perspectivas trazidas por cada área do conhecimento venham ao encontro desse pensamento, com sentido ao ato de lecionar em tal ambiente, de poder fazer com que a educação gere frutos e garanta novas perspectivas de vida para o ressocializando. Logo, é preciso alinhar conhecimentos e estratégias de ensino, fazer valer toda a perspectiva pedagógica que nos é apresentada na graduação e colocá-la em prática, modificando o trajeto político pedagógico que foi apresentado até então e, sobretudo, pensando a interdisciplinaridade com os demais docentes que atuam nas mesmas salas e unidades prisionais.

O estudante privado de liberdade traz consigo uma série de experiências vivenciadas dentro e fora do sistema prisional, e a junção de tais experiências com uma proposta pedagógica dinamizada e adequada são capazes de fazer com que as práticas práticas

educativas sejam eficazes e possibilite ao estudante aplicar o que foi aprendido no seu dia a dia e em sua vida fora da realidade prisional.

A educação nas unidades prisionais deve ser um processo desvinculado dos vestígios da vigilância e punição, ou atender a um sistema que não reintegra o indivíduo, antes disso, deve cumprir seu papel de comprometimento do indivíduo com a cidadania, vendo-o como um ser humano, dotado de dificuldades, porém com grandes experiências e espírito crítico, que pode mudar um cenário de desigualdades tão fortemente marcado no Brasil.

O docente deve valer-se da criticidade dos estudantes privados de liberdade, deve aproveitar das inúmeras experiências para construir conhecimentos junto aos estudantes, levando sempre em conta seu aspecto humano em constante construção, que agora se foca em construir uma educação que possa ajudá-lo na emancipação e à maturidade da constituição

de indivíduos críticos da realidade vigente.

Percebe-se a necessidade de constante aprimoramento dos professores, tendo em vista a necessidade de melhor contribuir para a formação do indivíduo privado de liberdade. Deve-se ocorrer constantes formações e momentos de discussões, para que o trabalho seja realizado em conjunto com os demais professores, e com isso favorecer trabalhos interdisciplinares, em que cada componente curricular caminhe lado a lado.

2 Como escolher e adequar os conteúdos?

Quando se trata da Educação de Jovens e Adultos nos ambientes privados de liberdade, é necessário antes de tudo prezar pela qualidade dos conteúdos. Priorizando o ambiente, as situações sociais, políticas, econômicas e culturais dos estudantes ali inseridos.

A escolha dos conteúdos deve partir da Base Nacional Comum Curricular, priorizando em cada componente curricular os principais conteúdos que devem ser trabalhados no ambiente prisional.

Tratando-se da modalidade da EJA semestral, preza-se pela qualidade e não pela quantidade exorbitante de conteúdo a serem trabalhados em um semestre. O educador ao escolher os conteúdos deve elaborar uma sequência didática e assim promover uma adequação dos conteúdos para a realidade presente da sala de aula.

A adequação dos conteúdos se vale do mapeamento cultural, social e histórico em que os indivíduos privados de liberdade se encontram. É necessário trazer os conteúdos para a realidade dos indivíduos, que permite uma interação profunda entre o educador, os conteúdos e os estudantes ali presentes, dotados de visão de mundo, argumentação e opinião sobre as questões levantadas em sala de aula.

Adequar os conteúdos se trata, sobretudo, de colocar o estudante presente na realidade apresentada, que o leva a questionar, a refletir e buscar respostas diante da sua experiência de vida.



3 Como desenvolver práticas de ensino?

Desenvolver práticas de ensino é uma tarefa constante. Não se pode ter algo pronto para todas as realidades, deve-se sempre levar em conta o público, o momento histórico e a necessidade que os indivíduos privados de liberdade necessitam no momento.

Cada unidade prisional possui regras de acordo com a direção e o sistema de segurança; logo, a pergunta é: como então criar uma prática de ensino em um ambiente que se modifica de acordo com o lugar e a direção vigente?

A experiência em sala de aula nas unidades prisionais colabora para que as ideias possam florescer no educador, que utiliza dos poucos recursos que possui para abrir caminhos para pensar grandes práticas.

Logo, as práticas de ensino docentes alteram-se de acordo com a realidade de cada unidade prisional, que faz com que o educador tenha que se adequar e planejar suas aulas, que leva em conta a contextualização do conteúdo para a realidade dos estudantes privados de liberdade. O trabalho docente em conjunto de forma interdisciplinar tende a reforçar o compromisso da oferta de uma educação de qualidade dentro de cada unidade prisional.

4 Sugestões de Práticas de ensino

No componente curricular de Matemática, ao trabalhar sobre frações, o educador pode tornar pertinente o assunto, já que os próprios estudantes tendem a contar suas “penas” de modo fracionado. Ora, ajudar o estudante a compreender a fração da pena que cumpre, o educador já consegue construir o conhecimento necessário sobre o assunto e o pode abordar com mais facilidade e interatividade.

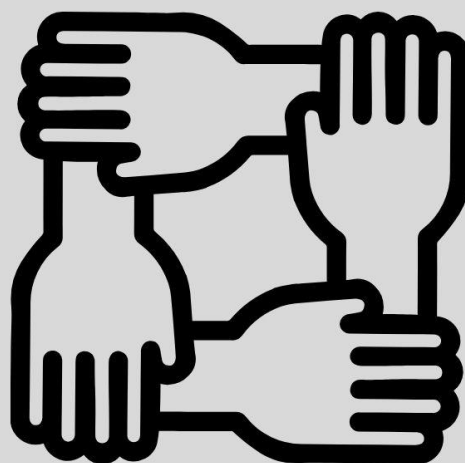
Na área de Ciências Humanas, é possível utilizar reportagens, fazer o levantamento do que os estudantes sabem sobre o que tem se noticiado na televisão ou no rádio (veículos que eles possuem acesso) e assim trabalhar dentro dos componentes curriculares os assuntos históricos, sociológicos, filosóficos e geográficos sobre as notícias.

Quando se trata da Ciência da Natureza, é de suma importância que os conteúdos sejam voltados à prevenção de doenças (ainda mais quando se trata de um ambiente fechado e propício a proliferação das mesmas), assim como trabalhar o desenvolvimento humano e sua relação com o meio ambiente e a ação do homem perante a natureza.

No componente curricular de Língua Portuguesa, toma-se como exemplo a variação linguística presente na realidade prisional, o uso formal da língua, contrapondo as gírias, assim como trabalhar aspectos linguísticos das várias regiões do país, acabando com o preconceito linguístico.



Vale ressaltar que o trabalho docente em conjunto, que amplia sequências didáticas ou conteúdos interdisciplinares, colabora ainda mais para o desenvolvimento dos estudantes, que permite que os mesmos assegurem o conhecimento sobre determinado assunto de diversos ângulos ou de acordo com cada componente curricular, para assim estabelecer parâmetros críticos sobre o tema abordado.



5 As práticas humanizadoras

Ao tratar de práticas humanizadoras, deve-se lembrar que o ambiente prisional por si só é um ambiente hostil, no qual enxergar o indivíduo privado de liberdade como um indivíduo que possui valores e direitos como qualquer outro é pouco ou nada frequente.

O professor ao adentrar tal ambiente, faz-se janela para a esperança, deve ter uma postura de acolhimento e de olhar positivo frente aos desafios a serem alcançados ali por meio da educação.

Muitos indivíduos privados de liberdade veem no professor uma ponte segura entre o lugar em que se encontram e o mundo lá fora, capazes de construir conhecimentos que agregarão para a vida de cada um dentro ou fora do sistema prisional.

A humanização presente na educação é observar cada indivíduo em sua singularidade, acolhê-lo em suas particularidades e visões de mundo e, acima de tudo, tratá-los como estudantes como em qualquer outra escola.

Pensar em práticas humanizadoras vai desde lidar com o socioemocional (que muitas vezes esses estudantes demonstram) até contribuir para o conhecimento dos direitos individuais e coletivos. Humanizar é realizar uma proposta de educação que coloque tais indivíduos dentro da sociedade, como cidadãos ativos, que reconheçam e saibam de seus direitos e deveres em conjunto.

Assim, cada professor é convidado a ser janela para novos horizontes na vida de seus estudantes, contribuindo para um pensamento crítico da realidade que faz com que todos se sintam acolhidos e pertencentes à comunidade em que vivem.



6 Sobre os Métodos Avaliativos

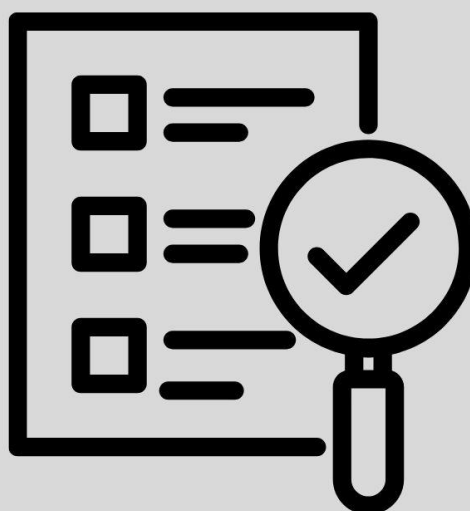
Os métodos avaliativos na EJA nas Unidades Prisionais é de total singularidade, levando em conta o ambiente e as necessidades que os estudantes privados de liberdade possuem. Em algumas unidades prisionais, os estudantes sequer podem levar os materiais ou cadernos de estudos para fora do ambiente escolar para estudar.

Primeiramente, é preciso voltar para a questão da avaliação diagnóstica. Sabe-se que trata de salas multisseriadas e com diversos níveis de aprendizagem e conhecimentos prévios, o docente deve aplicar uma avaliação diagnóstica de início e outra no meio do semestre, para verificar em qual nível a sala e cada estudante apresenta diante dos temas a serem abordados, só depois da aplicação e da averiguação dos níveis de conhecimento dos estudantes é possível traçar metas e objetivos a serem cumpridos individualmente e coletivamente com os estudantes.

Para que as avaliações ocorram ativamente, é preciso que sejam contínuas, partindo do pressuposto da construção individual do conhecimento de cada indivíduo.

Sugere-se a aplicação do conteúdo e, logo após, a avaliação imediata, para levar em conta a construção do conhecimento que cada estudante realiza em sua singularidade.

Quanto à recuperação, ela deve ser continuada, ou seja, deve ser realizada logo após a avaliação, sem interromper o ciclo de aprendizagem em que o estudante está e favorecer a construção do conhecimento do indivíduo para que ele chegue às expectativas desejadas.



Conclusão

Educar nas prisões é criar possibilidades de novos pensamentos, novos horizontes, visões de mundo e sociedade, sempre com a intenção de formar cidadãos críticos que contribuam significativamente para uma sociedade igualitária.

Ensinar nas prisões é fazer o direito à educação prevalecer, é colaborar para uma possível ressocialização do indivíduo, tornando-o protagonista de sua própria trajetória ao dialogar com a realidade em si.

Assim, a educação deve comprometer-se em colaborar para a ressocialização e as práticas docentes, deve estar alinhada à realidade vigente em cada unidade prisional, mesmo com a falta de recursos e o descaso do sistema público. O docente pode criar possibilidades, traçar metas e objetivos para que suas práticas de ensino estejam voltadas de fato para a construção do conhecimento com os estudantes privados de liberdade.

